

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Vanessa Xavier Nadotti

Cooperativismo, Crédito e Economia Solidária na Central Única dos Trabalhadores
(1983-2006)

GUARULHOS

2019

VANESSA XAVIER NADOTTI

Cooperativismo, Crédito e Economia Solidária na Central Única dos Trabalhadores
(1983-2006)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título de mestre em
História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosângela Ferreira Leite

Guarulhos
2019

NADOTTI, VANESSA XAVIER.

Cooperativismo, Crédito e Economia Solidária na Central Única dos Trabalhadores (1983-2006). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Paulo, 2019.

Orientadora: Dra. Rosângela Ferreira Leite

1. Sindicalismo. 2. Cooperativismo. 3. Crédito. 4. Economia Solidária.

VANESSA XAVIER NADOTTI

Cooperativismo, Crédito e Economia Solidária na Central Única dos Trabalhadores (1983-2006)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título de mestre em
História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Rosângela Ferreira Leite

Aprovado em 27 de fevereiro de 2019.

Ana Lúcia Lana Nemi

Pablo Oller Mont Serrath

Guarulhos

2019

AGRADECIMENTOS

Em primeiro plano, sem dúvida meu agradecimento vai para a professora Rosângela Ferreira Leite. Não fosse sua paciência, que infelizmente acabei por testar, jamais o texto que segue teria sido desenvolvido. No entanto, apesar da minha constante vontade de desistir, foi justamente as maravilhosas aulas sobre História do Consumo na Universidade Federal de São Paulo que despertou a vontade de começar e realizar pesquisa acadêmica. Rosângela me deu incondicional apoio para desenvolver o projeto inicial sobre o Banco do Povo e ingressar na Pós-Graduação. Verdade seja dita, me ajudou mais que uma orientadora, verdadeira paciência maternal. A cada passo para a desistência vinham três de motivação. Nesse sentido, agradeço ao mesmo tempo em que me desculpo.

Agradeço a professora Ana Lucia Lana Nemi e Pablo Oller Mont Serrath por aceitarem o convite, via Rosângela Leite, em participar de minha qualificação e agora da defesa. Não fosse a visão historiográfica estratégica dessa banca a pesquisa estaria ainda em fase inicial. Meus sinceros agradecimentos.

Aos vínculos familiares, agradeço a matriarca, Nela Brianez, a precursora de tudo, minha avó e inspiração de vida. Filha de imigrantes italianos, nos criou na barra de sua saia com luta, pulso firme e um amor imensurável. Lembra de tudo e de todos, sempre com mãos e braços abertos para partilhar o pouco que tem. Octogenária, toda vez que vou para São José do Rio Preto me recebe com carinho, canjica, e os quitutes que faz como forma de demonstrar amor.

Minha querida mãe, Vera Lúcia. Minhas melhores lembranças e exemplo de vida. Sempre se fazendo de forte, cuidando dos outros e esquecendo de si. Sua simplicidade e a maneira alegre com que encara a vida são minha inspiração diária. Obrigada pelo apoio e determinação com que continua seguindo. Não fosse sua força nenhum caminho teria sido percorrido. Sou incapaz de descrever o imenso amor que sinto e o desejo que esteja sempre ao nosso lado. Vivian, minha irmã, com suas broncas e puxões de orelha, me mostrou a importância da educação e serviu de inspiração com seu próprio exemplo e garra. Ao meu irmão, Neto, pelos risos e gargalhadas que marcaram nossa infância. Ao meu “tiodrasto” Valdemir, que esteve ao lado de minha mãe em todos os momentos, e, portanto, ao nosso lado, garantindo segurança em seguir adiante com seu jeito bondoso e alegre de encarar a vida. Sem os áudios que você e minha mãe enviam pela madrugada, meus dias não seriam

tão incríveis. Obrigada pelo carinho constante. Aos outros familiares tão presentes, Tia Célia, minha mãe de coração, sempre nos colocando em suas orações independente da fé que carregamos, constantemente preocupada com todos, mandava mensagens afetuosas diárias perguntando sobre o andamento da dissertação. Elisabete e João, pelos inúmeros apoios e palavras de sabedoria que marcaram minha trajetória e escolhas pessoais. Neusa, pelo vigor pessoal e pelos maravilhosos almoços com que demonstrava seu carinho, pelo riso e braços abertos que sempre me recebeu e por ser uma mulher forte que inspira a todos nós. Edgar, tio Dê, pelo carinho e por ser a melhor lembrança de futebol que compõe minhas memórias sobre o Palmeiras. Zeca, pelas muitas risadas, abstrações filosóficas, e por me receber sempre com um abraço e boa-fé. Mariana, Heitor e João Victor, o amor que tenho por vocês é incondicional. Tainá, Juninho e Valentina, a nova família que habita meu coração.

Ao meu companheiro Antônio Bruno de Carvalho Morales por sua paciência e carinho, pela cumplicidade e solicitude, sempre ao lado para socorrer nas horas de desespero. Seu incentivo para terminar esse trabalho foi de suma importância. Aos amigos que na alegria e na tristeza suportaram meu desequilíbrio emocional: Re, pela força desde o primeiro instante, pelos risos e humor sempre constantes, irmã alcançada ao longo da vida. Elson, suas mensagens diárias de conforto e incentivo serão lembradas para sempre. Sua fonte de bronca e gentileza é inesgotável. Obrigada por me lembrar sempre que essa não é a produção que sonhamos, mas a que foi possível. Suzi, amiga e companheira de lar, pelo ótimo apoio e paciência, ouviu cada lamúria, reclamação e ainda assim deixava a cerveja sempre gelada. Sua força não é desse mundo! Regis, parceiro de riso e de cerveja, contribuiu fortemente na luta diária. Marina, seus incentivos foram especiais, idas pelas bibliotecas, comida pronta e coração aberto, me abriram caminhos para estudar quando eu não tinha forças. Samanta, mulher, todo o meu coração é seu, obrigada por sua presença sutil, apoiando sempre minhas decisões tanto de desistir quanto ir adiante. Lilian, sempre preocupada, oferecendo todo tipo de ajuda, carinho de irmã indescritível. Obrigado por ter aparecido em nossas vidas. Letícia e Juliana, a base feminista que me sustenta diariamente. Elisa e Luana, amiga e chefe, pela paciência e pelas horas de trabalho que fingiram não notar minha ausência, e pelos gestos de confiança que sempre diziam que tudo ia terminar bem. Carolina Pontes e Bruno Meng, amigos do peito, vocês serão para sempre especiais em minha vida. Daniela Nascimento, Carlos, Fábio, Felipe Arthur: o companheirismo de vocês durante a graduação são meu alicerce. Bruna Prudêncio, sua inteligência e carisma é inspiração para

os nossos dias. Demétrio, Danilo, Ricardo, obrigada pelas boas conversas historiográficas e parabéns pelo talento profissional de vocês.

Felipe Souza Melo. Sua ajuda foi única e singular no momento de elaboração do meu projeto inicial. Por meio de seu amadurecimento historiográfico foi essencial em meus passos iniciais. Agora, ao acaso do destino e anos depois, acabou por me ajudar de forma carinhosa e atenciosa, me fazendo entender recortes, problema, hipóteses. Parabéns pelo doutorado e pela dissertação (quase me matou do coração com a bagatela de 600 páginas!), fruto do trabalho de um grande historiador. Perdão pelo parabéns tardio e minha sincera gratidão.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo estudar o papel do crédito e das cooperativas no processo de estruturação da Central Única dos Trabalhadores durante o período de 1983 a 2006. Cooperativas e crédito são ideais vinculados no interior da CUT ligados ao conceito de Economia Solidária (ES). A pesquisa identificou que, de 1983 até metade da década de 1990, a agenda sindical centrava-se em estratégias defensivas e reivindicativas tendo a greve e as paralisações como cerne da luta política. Passa-se a elaborar e pressionar por políticas de crédito e cooperativas quando se vê nessas a alternativa ideal frente ao desemprego e ao crescimento da informalidade no mundo do trabalho. Nesse momento, com o esgotamento da estratégia grevista, a CUT formulou políticas propositivas. A criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) é fruto dessa nova orientação e foi um marco no percurso das novas elaborações sindicais que buscavam a um só tempo preservar a própria existência, num quadro de desemprego e crescentes arranjos informais de trabalho. Sob os princípios da autogestão, solidariedade e democracia, surgiu, dentro da ADS, um programa para formar os trabalhadores e iniciá-los na prática do cooperativismo e luta por crédito. Num primeiro plano, esse processo formativo servia para vincular os cooperados ao sindicato, de maneira que garantisse sua continuidade e importância como uma das maiores centrais sindicais do país. A partir de 2002, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores, é instituído oficialmente um setor governamental para Economia Solidária que reconfigura as políticas de financiamento de empreendimentos solidários. Nesse novo quadro político, a CUT vê suas proposições alcançarem o patamar de políticas públicas, endossando, de vez, a tática de incentivar uma rede nacional de cooperativas de crédito. Ao passo que aumentava o número de cooperativas, crescia o poder de contribuição e de sua base sindical. Tem-se por hipótese central que os embates, consensos e discursos formulados nesse processo produziram um conjunto de práticas que apontou para a expansão do crédito como promotora da cidadania. Essa expansão das cooperativas possibilitava, por um lado, cidadania e, por outro, servia ao setor empresarial e patronal que se libertava de vínculos empregatícios.

Palavras-chave: Sindicalismo. Economia Solidária. Cooperativas. Crédito. Central Única dos Trabalhadores

ABSTRACT

The purpose of this work is to study the role of credit and cooperatives in the structuring of the Central Única dos Trabalhadores (Unified Workers' Central) during the period from 1983 to 2006. Cooperatives and credit are ideal within the CUT linked to the concept of Solidarity Economy. The research identified that from 1983 to the mid-1990s the trade union agenda focused on defensive and claiming strategies with strikes and deadlocks at the heart of the political struggle. We begin to elaborate and press for credit policies and cooperatives when we see in these the ideal alternative to unemployment and the growth of informality in the world of work. At that moment, with the exhaustion of the strike strategy, the CUT begins to formulate propositional policies. The creation of the Solidarity Development Agency (ADS) is the result of this new orientation of the trade union agenda. It represents a milestone in the course of the new union elaborations that sought at one and the same time to preserve one's own existence in a framework of unemployment and a growing sector of informality, and also to appease the ills provoked by this scenario, proposing a new model of development based essentially on the coming conceptualization solidarity economy. Under the principles of self-management, solidarity and democracy, they developed within the ADS a program to train workers and initiate them in the practice of cooperativism and struggle for credit. Our hypothesis is that this training process also served to link the cooperative to the union in a way that would guarantee its continuity and importance as one of the largest trade union centrals in the country. Since 2002, in the first year of the management of the Workers' Party, a specific government sector for the Solidarity Economy has been officially established, which reconfigures the financing policies of joint ventures. In this new political framework, the CUT sees its proposals reach the level of public policies, endorsing once and for all the tactic of encouraging a national network of credit cooperatives. Increasing the number of cooperatives would increase, therefore, the power of contribution and of its union base. It is a central hypothesis that the clashes, consensus and speeches formulated in this process produced a set of practices that pointed to the expansion of credit as a promoter of citizenship. While the expansion of the cooperative made possible by this, it has the capacity to signify both citizenship and interests that serve the business and employers sector that is free of employment links.

Keywords: Syndicalism. Solidarity economy. Cooperatives. Credit. Unified Workers' Central

Lista de Siglas

ADS – Agência de Desenvolvimento Social

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CEDOC – Centro de Documentação

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CONCUT – Congresso Nacional da CUT

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DESEP – Departamento de Estudos Sócioeconômicos

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos

ES – Economia Solidária

EES – Empreendimento de Economia Solidária

FMI – Fundo Monetário Internacional

ICCO - Organização Intereclesiástica de Cooperação e Desenvolvimento

ILDIS – Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil

SNF/CUT- Secretaria Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho

Sumário

Introdução	11
1. “Políticas de negociação”: cooperativismo e crédito na Central Única dos Trabalhadores.....	16
1.1. Atuação sindical, fomento ao crédito e incentivo ao cooperativismo	19
1.2. Cooperativismo, crédito e novas políticas de negociação	25
2. Economia Solidária: via alternativa na rota do Capitalismo	45
2.1. Da academia ao sindicato: concepções teóricas da economia solidária	50
2. 2. Economia Solidária e sindicato: as formulações teóricas no interior da Central Única dos Trabalhadores	55
3. Sindicalismo e “ação estratégica”: a Agência de Desenvolvimento Solidário	87
3.1. A instituição da Economia Solidária	88
3.2. A legitimação pública das cooperativas e da economia solidária: ação estratégica da Central Única dos Trabalhadores.	96
Considerações Finais	117
Bibliografia.....	122

Introdução

Esta dissertação tem por objetivo estudar o papel do crédito e das cooperativas no processo de estruturação da Central Única dos Trabalhadores. Cooperativas e crédito são ideais vinculados no interior da CUT, um presume o outro e supõe sua existência. Passa-se a pensar em crédito quando se pensa nas cooperativas como alternativa frente ao desemprego, como alternativa de geração de renda, democracia e cidadania. A opção pelas cooperativas, no entanto, também não vem sozinha. Está acompanhada pelo debate da Economia Solidária que no final da década de 1990 se tornou a nova agenda política da CUT. A demanda por crédito corresponde a um período de mudanças econômicas e da nova configuração das relações de trabalho inseridas na conjuntura nacional e de estratégias políticas frente a esse cenário. Tendo isso em vista, procuramos apreender o envolvimento da Central Única dos Trabalhadores, uma das maiores organizações sindicais do país, com as iniciativas de fomento ao crédito por meio das diretrizes da economia solidária.

No primeiro capítulo analisamos a trajetória da CUT no que diz respeito a sua agenda sindical fincada nos valores do socialismo, democracia e de caráter classista desde os primórdios da sua existência. Assim, através das fontes consultadas no Centro de Documentação, analisamos os valores que nortearam a fundação da Central Única dos Trabalhadores e que direcionaram suas práticas políticas. A opção por essa volta temporal na análise se deu para que possamos entender as maneiras pelas quais as estratégias de atuação política se modificaram de um modelo defensivo e reivindicativo para um propositivo. Acompanhar sua trajetória política foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

O segundo capítulo analisa o processo de elaboração da nova agenda sindical voltada para economia solidária. A partir da metade da década de 1990 coloca-se a necessidade de se pensar políticas sociais. No ano de 1998 e 1999 a CUT direciona esforços para elaboração de um projeto de economia solidária que vai resultar na Agência Nacional de Desenvolvimento Solidário (ADS). Neste capítulo analisamos justamente esse momento de reflexão teórica que precede a criação dessa agência. O quadro de informalidade no mundo do trabalho impôs à CUT a urgência de uma nova estratégia para o campo sindical. Essa nova abordagem resultou na sua proximidade com as formulações teóricas de Paul Singer e o desenvolvimento solidário para a agenda sindical e militante da CUT. Assim, no decorrer

do capítulo, foi possível observar a forma como a Central adequou as conceituações desenvolvidas no campo teórico da ES dentro das suas expectativas enquanto movimento sindical, ajustando-as conforme seu interesse.

No terceiro capítulo analisamos a própria implantação da Agência Nacional de Desenvolvimento Solidário, os debates e ações provenientes de sua implantação e as orientações da CUT para o campo da Economia Solidária. A partir dos projetos esboçados, das proposições e dos relatórios foi possível observar como os interesses da agenda sindical e política definiram as orientações no campo dos empreendimentos solidários e reivindicação por crédito. Essa pauta foi concebida como proposta de uma política que pretendia pressionar as instâncias públicas e fazer resistência ao modelo de neoliberalismo existente, indicava para a cidadania e promoção da qualidade de vida como fim último. Esse discurso prevaleceu ao longo dos anos, e, após 2003, passa-se a oferecer a proposta da Economia Solidária como objetivo para um novo padrão de desenvolvimento social.

O financiamento de crédito e a expansão de cooperativas à população é um campo ainda pouco explorado pela historiografia brasileira. Nas pesquisas sobre o tema se debruçam majoritariamente economistas, cientistas sociais e antropólogos. Os primeiros analisam os resultados da dinâmica do crédito para pessoas de baixo poder aquisitivo como fator de ampliação de renda e consequente acesso ao consumo, enxergando neste movimento um modo democrático de geração renda. Os cientistas políticos e sociólogos, de maneira geral, dedicam-se a analisar a transformação na renda e nos impactos de grupos sociais onde a política de microcrédito, seja por meio de bancos do povo ou de cooperativas, foi implantada. Os antropólogos, de maneira semelhante, realizam estudos de campo em comunidades solidárias analisando os novos laços sociais que são tecidos e engendrados com as novas relações econômicas estabelecidas pelo aval solidário.

Nas últimas três décadas historiadores britânicos e norte-americanos investigaram a maneira pela qual o acesso ao crédito pautou e transformou o significado de políticas públicas, e estimulou o consumo das famílias como um fator na melhoria da qualidade de vida. Nosso intuito, nesta dissertação, foi analisar como o debate sobre o crédito e cooperativas foi sendo pautado na Central Única dos Trabalhadores, uma das maiores organizações sindicais do país. A demanda aparece, quando, em meados da década de 1990, uma nova realidade de informalidade nas relações de trabalho e procura por novas ocupações se coloca na ordem do dia. Em pouco tempo, esta nova reivindicação por cooperativas passou

a compor a pauta dos sindicatos e também dos partidos políticos, endossada pelos economistas e setores da militância sindical. Dessa maneira, nesta pesquisa, focou-se apenas em um aspecto da atuação sindical que foi o envolvimento da CUT na agenda do cooperativismo, da ampliação do crédito e da economia solidária.

Consideramos que o olhar da História em direção a um objeto largamente debatido pelos economistas é de suma importância. O historiador busca compreender, através de suas ferramentas, o momento e o processo de redefinição de políticas públicas e participação social¹. Para os historiadores, o que é reivindicado, por quem e porque deve ser definidor no interesse sobre estudos da expansão do crédito. Para o historiador britânico Frank Trentmann, ainda que a filosofia e a sociologia contribuam de maneira significativa na construção dessas análises, é necessário problematizar de que forma as diferentes demandas emergem, se desenvolvem e se colocam em relação com diferentes agentes sociais em diferentes épocas. De acordo com ele,

o consumo de serviços sociais e públicos deve ser uma parte mais integrante da análise da “sociedade de consumo de massa”. Grupos excluídos socialmente e de baixa renda, por exemplo, podem muito bem ser deixado de fora de um mundo de sonho consumista, mas eles ainda são consumidores significativos de outras coisas - água, habitação social, educação, televisão, e assim por diante. Mesmo para os consumidores mais privilegiados, o lugar e a força do consumo de massa (através de mercados) permanecerá inadequadamente explicado a menos que seja conectado a um

¹ Em nossa pesquisa trabalhamos com a História do Tempo Presente. Para não restar dúvidas quanto a pertinência dessa abordagem, reforçamos as convicções historiográficas já pautadas no desenvolver do projeto. Partilhamos da visão de Henrique Padrós, no qual considera que “é necessário lembrar sempre que, em primeiro lugar, a história do presente é, antes de tudo, história. Independente das suas especificidades, objetivos, métodos e fontes, os desafios da história do presente não são essencialmente diferentes dos da história do período anterior”. In: PADRÓS, Enrique. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004, p. 203. Temos ainda as importantes considerações de Eric Hobsbawm sobre o historiador e o tempo presente. No prefácio de seu livro *Era dos Extremos* aponta que seu tempo de vida coincide com a maior parte do tempo que se trata o livro, e, ao defender essa possibilidade de análise historiográfica, argumenta sobre o problema colocado entre a objetividade da pesquisa e o necessário distanciamento do historiador de seu objeto, com o abandono de pressupostos que carregamos para que a análise historiográfica possa ser realizada. De acordo com ele, inevitavelmente “todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”, e, por isso, em qualquer análise histórica é necessário que se deixe de lado preceitos que não contamine a pesquisa. Não se trata, portanto, de um “problema” específico dos historiadores do tempo presente. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. O livro foi lançado em 1994, e o recorte de estudo do historiador é 1914-1991. Hobsbawm ainda problematiza a questão do “engajamento político”, uma “zona nebulosa” para os historiadores. De acordo com ele, “embora não haja dúvida que os acadêmicos continuarão a agir como advogados, com maior ou menor convicção, e embora um componente de advocacia seja inseparável de todo debate, é preciso ter bem clara a diferença entre advocacia e discussão científica”. HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 244.

estudo sobre a prestação de mudança e compreensão dos serviços públicos².

Dessa maneira, a discussão sobre a expansão de cooperativas e serviços de crédito engloba os sujeitos, suas práticas e as diferentes experiências sociais em seus flagrantes momentos de transformação. A reivindicação por cooperativas e financiamento de crédito feita pela Central Única dos Trabalhadores será analisada a partir desta perspectiva. Se, por um lado, tal como defendido por Trentmann, não podemos ficar presos ao debate economicista de classes ou enviesados por uma visão somente econômica dos fatos, por outro, não podemos deixar de considerar o peso do acesso aos serviços e políticas públicas na sociedade contemporânea³. Em nossa discussão privilegiaremos uma visão que perceba as contradições que envolvem a dinâmica da proliferação das cooperativas no atual desenvolvimento econômico. Isso porque, tal como afirmado pelo historiador britânico,

qualquer discussão séria da sociedade de consumo deve traçar as práticas e os significados do consumo e como eles são tecidos em estruturas sociais e ações que estão além do balcão da loja. Em vez de modelos de oposição de análise (consumo versus produção) e, em vez de modelos sequenciais (sociedade de consumo após a sociedade de classes), o desafio da próxima geração de trabalho será o de integração. O estudo do consumo tem o potencial de reunir o estudo do trabalho, política, família e identidade coletiva de maneiras novas.⁴

² “the consumption of social and public services (from welfare to culture) should be a more integral part of the analysis of ‘mass consumer society’. Groups suffering from social exclusion and low income, for example, may very well be left out of a consumerist dream world, but they nonetheless are significant consumers of other things – water, social housing, education, television, and so forth. Even for more privileged consumers, the place and force of mass consumption (through markets) will remain inadequately explained unless it is connected to a study of the changing provision and understanding of public services;” Tradução livre. Trentmann., Op. Cit.

³ O historiador Stearns, em sua obra *Stages of consumerism*, afirma que não devemos ter uma visão unilateral sobre o consumo de massas na sociedade contemporânea como algo por si alienante. Ao contrário, uma visão crítica permite perceber que consumir também é um ato de necessidade. Por exemplo, um indivíduo que reside na periferia dos grandes centros urbanos precisa de um carro para locomover-se caso a rede de transportes públicas seja precária. Dessa forma, o acesso ao crédito para financiamento do carro, faz-se de suma importância para este sujeito. STEARNS, P. Stages of consumerism: recent work on the issues of periodization. *Journal of Modern History* 69 (1997), 102-117.

⁴ “Any serious discussion of consumer society must trace the practices and meanings of consumption as they are woven into social structures and actions that lie beyond the shop counter. Instead of oppositional models of analysis (consumption versus production) and instead of sequential models (consumer society after class society), the challenge of the next generation of work will be one of integration. The study of consumption has the potential to bring together the study of work, politics, family and collective identity in fresh ways. Indeed, it needs to do so if it wants to avoid the fate of historiographical marginalisation experienced by earlier ‘leisure studies’”. Tradução livre. TRENTMANN, Frank. Beyond consumerism: new historical perspectives on consumption. *Journal of Contemporary History*, 39 (3), pp. 373-401.

1. “Políticas de negociação”: cooperativismo e crédito na Central Única dos Trabalhadores

Neste capítulo iremos discorrer sobre os valores que nortearam a fundação da Central Única dos Trabalhadores e que direcionaram suas práticas políticas. Para que possamos entender o momento histórico no qual a instituição se volta para desenvolvimento de projetos sociais como cooperativas e bancos de fomento ao crédito é essencial acompanhar a trajetória política da CUT, observando as maneiras pelas quais as estratégias de atuação política foram sendo pautadas em cada período histórico. Seu envolvimento com iniciativas de fomento ao crédito em suas variantes, como bancos e cooperativas não é fortuito. Corresponde a um período de mudanças econômicas no cenário nacional e de amadurecimento de estratégias de luta pelos trabalhadores e suas necessidades imediatas, bem como garantia de sua própria existência.

Dessa maneira, neste capítulo, procuramos apreender o envolvimento da Central Única dos Trabalhadores, uma das maiores organizações sindicais do país, com as iniciativas de fomento ao crédito através da proposição de cooperativas. Para isso iremos nos ancorar na bibliografia sobre o novo sindicalismo e também nas fontes consultadas no arquivo da Central Única dos Trabalhadores, o Centro de Documentação (CEDOC). As fontes que utilizaremos são as resoluções de Encontros e Congressos da CUT, Atas da Reunião Executiva e da Direção Nacional, Resoluções Políticas das Plenárias, relatórios e manuais publicados pela Agência de Desenvolvimento Solidário encontrados no Centro de Documentação.

As resoluções de Encontros e Congressos (CONCUT) estão disponíveis no endereço *online* do CEDOC. A consulta das atas da Executiva e da Diretoria Nacional da CUT foram consultadas presencialmente no acervo. Consultamos materiais da década de 1980 até 2006. Durante os meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Neste período consultamos materiais de fundação da instituição, todas as atas disponíveis, materiais do Departamento de Estudos Socioeconômicos e políticos (DESEP), materiais do setor DIEESE/CUT, DIEESE e Sindicato dos Bancários e por fim, o que tinha disponível sobre a Agência de Desenvolvimento Solidário. No caso dessa, pedimos consulta também de atas e materiais de produção própria. Não obtivemos retorno. A informação foi que, como se trata de uma instituição com autonomia no interior da CUT, produzem seus próprios documentos

e por razões institucionais, não foram ainda para o CEDOC. Os documentos que encontramos sobre a atuação da ADS/CUT no CEDOC são os relatórios que deram origem a ela, o projeto de criação apresentado à Diretoria Executiva Nacional, cartilhas desenvolvidas em seus primeiros anos de existência e propostas de desenvolvimento de cooperativas elaborada pela própria Agência. Documentos úteis para nós na medida em que mostram parte da atuação do sindicato bem como a concepção de crédito e desenvolvimento solidário da instituição. Ao longo do texto, nos ancoramos nos posicionamentos dos Congressos. Isso se justifica pelo fato de que o CONCUR é a instância máxima de deliberação, é onde se definem e delineiam as decisões que orientam as entidades filiadas.

Desde seus primórdios, na década de 1980, o cooperativismo e crédito era proposto como alternativa ao trabalhador. Contudo, aparece apenas como um tópico, sem discussão relevante, de forma pontual em suas resoluções. Somente em 1999, após 16 anos de sua fundação, a CUT dá início a um longo debate sobre Economia Solidária que visa, fundamentalmente, gerar novas cooperativas como alternativa de geração de renda, democratização e cidadania. Como resultado desse debate, é criado um setor específico para desenvolver projetos de cooperativismo. Em 03 de dezembro de 1999 é instituída a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, entidade ligada à Direção Nacional da CUT com autonomia de trabalho no interior do sindicato, concebida especialmente para elaborar projetos de empreendimentos solidários com o arcabouço teórico da Economia Solidária desenvolvido no Brasil principalmente pelo economista Paul Singer.

Ao longo da pesquisa, em contato com as fontes consultadas no Centro de Documentação (CEDOC/CUT), percebemos uma mudança de orientação política. Consultamos as atas de reuniões desde sua fundação até 2006. Nosso objetivo era analisar se desde o momento de sua criação havia alguma proposta ou menção que se referisse às cooperativas e associações de trabalhadores em geral. O resultado desse exame nos fez constatar o peso das arguições sobre uma postura *reivindicativa*, *defensiva* ou *propositiva*. É esse debate vai ocasionar tensões e que vai originar a mudança de posicionamento da CUT no final da década de 1990 quando se entende que o sindicalismo está em crise. Dessa maneira, para este capítulo, fizemos um resgate desse debate, apresentando os principais embates. Trouxemos as resoluções estabelecidas no contexto de sua criação pois esse conjunto de ideias balizaram a agenda sindical. Consideramos que as políticas propositivas da Central Única dos Trabalhadores em direção ao cooperativismo, crédito e economia

solidária firmadas e defendidas efetivamente a partir de 1999 só foram possíveis, pois foi necessário gestar e amadurecer a ideia do que significava representar os trabalhadores.

De maneira geral, o cenário brasileiro no período em que estudamos, no período que vai de meados da década de 1980 até os anos 2000 foi marcado pelos esforços de estabilização da inflação que deteriorava o poder de consumo da população. Apesar de uma situação relativamente mais folgada do que os anos 1980, durante a redemocratização, os anos que compreendem os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram tempos de crescimento econômico baixo, de dificuldades fiscais e de permanentes desigualdades sociais.⁵ O excesso de capitais dos países centrais do capitalismo⁶ e as reformas do sistema econômico brasileiro conseguiram canalizar créditos para investimentos no setor público e privado, principalmente no primeiro governo de FHC. Essa pequena conjuntura positiva, do ponto de vista do capital, chegaria ao seu fim em 1998, quando a crise mundial gerou nova retração de capitais dos países centrais. Tal conjuntura negativa persistiria até o começo do governo Lula, momento em que os capitais externos retornaram ao Brasil, devido, principalmente, a boa conjuntura puxada pela economia chinesa.

A história do crédito no Brasil nos últimos 30 anos está, em grande medida, ligada a essas conjunturas externas que constituíram ciclos econômicos de curta duração. Por outro lado, boa parte dos créditos externos era utilizada para capitalizar as grandes empresas particulares e também para pagar as contas públicas do governo brasileiro. O crédito para pessoas de baixa renda ainda formava um campo restrito e de pouco interesse para as instituições tradicionais que ofereciam tais serviços. O fornecimento desse tipo de crédito ficava nas mãos de organizações não governamentais e instituições públicas, no intuito de

⁵ABREU, Marcelo; WERNECK, Rogério. The Brazilian economy from Cardoso to Lula. A interim View. *Texto para discussão PUC-RJ*. No. 504, 2005, p. 3. Por essa época, “os pequenos negócios urbanos e rurais, formais e informais” sofriam “aguda escassez de capital” algo que gerava “baixa produtividade e baixo rendimento de capital”, impedindo “o efeito multiplicador da renda”⁵ e, consequentemente, o aumento do poder de compra, principalmente por parte das populações mais pobres. In: ZOUAIN, Deborah Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. *Revista de Administração Pública*, vol.41 no.2 Rio de Janeiro Mar./Abr. 2007, p. 379.

⁶Leva-se em consideração os termos “centro”, “periferia” e “semiperiferia” amplamente discutidos e aprofundados por WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, *passim*, para se discutir as relações conjunturais e estruturais das diversas regiões da economia mundial.

fomentar o microcrédito, através de “poupança popular, crédito para moradia, seguros, crédito para emergências e cartão de crédito popular” entre outros.⁷

Na Central Única dos Trabalhadores, o interesse por esse tipo de política surge somente a partir da metade da década de 1990 em diante, quando uma nova agenda sindical foi sendo construída e questionada. A crescente informalidade no mercado de trabalho e desemprego, forçaram a CUT a voltar-se para o financiamento de crédito e criação de cooperativas como estratégia de sobrevivência. Antes disso, seu foco centrava-se no cerne de sua agenda sindical principal: greve como ferramenta de resistência e preservação dos direitos dos trabalhadores.

1.1. Atuação sindical, fomento ao crédito e incentivo ao cooperativismo

A Central Única dos Trabalhadores foi fundada oficialmente em 1983. Agrupou em torno de si militantes oriundos da luta pela redemocratização no Brasil, representantes de diversos segmentos sociais tais como da Igreja Católica, partidos políticos, organizações de esquerda e sindicalistas que tentavam lutar por um novo modelo sindical no cenário brasileiro do período. Momentos antes de sua fundação institucional houve a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), fruto da Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais realizada no dia 21 de março de 1981 no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo. Neste evento, os delegados e delegadas presentes, representantes de 183 entidades sindicais decidiram pela convocação da CONCLAT. O intuito era reunir o maior número de representantes sindicais em oposição à legislação vigente sobre a atuação e papel dos sindicatos no Brasil. Durante o evento, foi sinalizado a necessidade de criação de um sindicato que unisse diversas categorias sindicais, mas não dentro dos moldes tradicionais. Propunha-se autonomia e independência de atuação política, desvinculando-se do sindicalismo convencionalmente atrelado ao estado, fruto dos governos ditatoriais que funcionavam em um modelo corporativista⁸. Objetivando-se com liberdade de atuação, a CONCLAT estabelecia que

⁷ ZOUAIN, Deborah Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. *Revista de Administração Pública*, vol.41 no. 2. Rio de Janeiro Mar./Abr. 2007, p. 372.

⁸ O corporativismo foi tema de debate ao longo da existência da Central Única dos Trabalhadores. Entende-se por corporativismo um modelo que vê o Estado como normatizador das atividades dos sindicatos. Ao

as entidades sindicais são o efetivo instrumento de luta dos trabalhadores brasileiros, que têm o sindicato como a sua referência para a defesa dos seus interesses, apesar da legislação que restringe a liberdade e a autonomia sindical. É dentro dos sindicatos, portanto, por onde devem passar as lutas dos trabalhadores⁹

Neste encontro, que reuniu aproximadamente cinco mil delegados e delegadas representantes de mil sindicatos de todo país, estabeleceu-se a criação da Comissão Pró-CUT. O encontro atestou, naquele momento, a capacidade de organização e reunião de trabalhadores diversos e a possibilidade de unificação da luta sindical. A comissão pró-CUT seria então responsável por organizar as resoluções obtidas nesse encontro e dar andamento à construção de uma Central Única que reunisse a diversidade dos grupos que iriam compor a instituição.

Na historiografia contemporânea, a construção desse agrupamento que reuniu diversos e novos sujeitos é entendida como o *novo sindicalismo*. A criação da CUT representa um marco na atuação sindical e política do país ao tentar forjar uma nova prática militante no cenário das lutas populares que vinham sendo construídas a partir da década de 1970. Hélio da Costa, ao estudar o processo de criação da CUT nos diz que

o novo sindicalismo, como ficou conhecido o movimento sindical que emergiu na segunda metade da década de 1970, e que, poucos anos depois, desembocaria na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983, representa um dos ciclos do sindicalismo brasileiro de maior importância da história da classe trabalhadora do nosso país, tantos pelos desdobramentos das lutas no âmbito da organização sindical como pela sua incidência marcante nos principais momentos da história política do país nos últimos 25 anos.¹⁰

A diversidade dos segmentos que se aglutinaram em torno da CUT, metalúrgicos, bancários, petroleiros, químicos, grupos oriundos das comissões de fábrica, apontara para um novo cenário e novos laços de solidariedade frente o cenário de luta existente até então, de acordo com Costa. Ao propor um novo modelo de atuação política que confrontava a tutela estatal, conseguiu aglutinar setores com opinião e atuação sindical variadas.

estabelecer padrões para impostos sindicais, linhas de atuação, e também por regular as relações de trabalho, acaba por criar uma “camisa de força” que limita as linhas de atuação política do sindicato.

⁹ Resoluções da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. 21, 22 e 23 de agosto de 1981, Praia Grande (SP) – Colônia de Férias dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, p. 06. CEDOC/CUT.

¹⁰ COSTA, Helio da. O novo sindicalismo da CUT: entre continuidades e rupturas. IN: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 597.

No momento inicial, a entidade congregava dois grandes blocos, de um lado o bloco da “reforma”, denominado Unidade Sindical, e de outro, os “autênticos”¹¹. Esse último defendia a greve e paralisação como instrumento autêntico e eficaz da luta dos trabalhadores, sem pactuação com governos e o setor empresarial. Os primeiros entendiam que as greves muitas vezes podiam desgastar a relação entre trabalho e poder, enfraquecendo a capacidade de negociação entre os setores empresariais e governamentais.

A estrutura da CUT propunha uma organização denominada horizontal. Em nível nacional de deliberação por meio da Comissão Executiva Nacional e também a composição da Direção Nacional, todos representantes eleitos. Além da comissão nacional, a CUT propunha organização nos estados através dos sindicatos estaduais, também com representantes e secretários devidamente eleitos. Propunha também organizações regionais, nos municípios, para que a atuação dessa instância pudesse dialogar diretamente com a classe trabalhadora em suas diversas categorias. A despeito da divergência de opiniões, a CUT adotou ao longo da década de 1980 a linha de sindicato autônomo, contrária a negociações e pactuações com o governo. Definiu em seu estatuto ser uma entidade classista, democrática que aspira ao socialismo. Esses três eixos formaram a pedra angular da instituição. A todo custo, tentou-se defender esses três pilares. Na luta pelos trabalhadores e seus interesses, as greves se tornaram o principal instrumento político de luta ao longo das décadas de 1980 e 1990. Na resolução política do seu primeiro Congresso Nacional¹² realizado em 1983 essa linha está claramente definida:

O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora que ora se realiza reveste-se de uma importância histórica fundamental, à medida que vem denunciar e desmascarar tanto as propostas dos patrões, quanto as manobras daqueles que buscam atrelar o movimento sindical aos interesses das classes exploradoras, e à medida que reafirma a saída independente dos trabalhadores para a crise, proporciona a criação de instrumentos e formas de luta: a CUT e a *Greve Geral*¹³.

¹¹ CF. COSTA, Helio da. O novo sindicalismo da CUT: entre continuidades e rupturas. IN: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹² O I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora ocorreu em 26, 27 e 28 de agosto de 1983 em São Bernardo do Campo/SP. Contou com 5.260 participantes. 1590 entidades rurais, 1048 entidades da Indústria, 1357 entidades do setor de Serviços, 1227 entidades denominadas “Associações” (composta principalmente por funcionários públicos), e 38 observadores. Fonte: *InformeCUT*, ano II, n. 01, 1984. CEDOC/CUT.

¹³ Resolução do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1983, p. 2. Fonte: CEDOC/CUT. Grifos originais.

Neste momento, vê-se a tentativa de declarar autonomia sindical. Ou seja, reafirmar que a instituição se manterá distante de negociações entre governo e empresariado. Para isso, proclamava *Greve Geral* como estratégia de enfrentamento ao cenário político e econômico. Na mesma resolução ficaram estabelecidos como tópicos de luta, além de liberdade de organização, o rompimento com agendas econômicas do governo e FMI:

1. o fim da política econômica do governo; 2. o rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional - FMI; 3. a liberdade e a autonomia sindical; 4. a liberdade de organização política; 5. a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores; 6. o não-pagamento da dívida externa; 7. o fim da Lei de Segurança Nacional – LSN; 8. o fim do regime militar e por um governo controlado pelos trabalhadores; 9. eleições diretas para presidente¹⁴.

Por meio de suas resoluções, a CUT propunha rompimento de negociações com governo e além disso pedia o rompimento desse com o FMI. Naquele contexto, o Fundo Monetário internacional propunha para o Brasil a desindexação e correção automáticas dos salários como medida para redução da inflação. No início de 1983, o governo brasileiro decretou a medida 2045 que limitava a indexação salarial. Por isso, ao longo da resolução, a opção pela paralisação geral era vista como meio para alcançar a correção salarial e pressionar o Estado para que esse rompesse com o FMI. Ademais, também ficou estipulado neste congresso que, na defesa dos trabalhadores, a “CUT adotará as formas de luta compatíveis com seus princípios, buscando em todos os casos a realização de seu objetivo geral. Estas formas de luta compreendem: Ação direta de massa através de paralisações, manifestações, greves, controle coletivo de terras”¹⁵. Assim, vemos que desde sua fundação as estratégias de ação giraram em torno de rompimentos, reivindicações e resistência a negociações com Estado e instâncias internacionais como o FMI, sempre pautadas nas reuniões da Direção Nacional e Executiva, refletidas nos Congressos Nacionais da Central.

Na ata da primeira reunião da Direção Nacional da CUT realizada em agosto de 1983 em São Bernardo do Campo, São Paulo, encontramos a mesma linha de atuação política pautada na greve como estratégia de enfrentamento ao cenário econômico:

Propostas em relação ao Plano de Greve: 1 – Que se elabore um plano de preparação para a greve (cartilha) com base nas experiências das jornadas grevistas de julho, para orientação dos trabalhadores. Esta, se possível, deverá estar pronta até a data da próxima reunião onde será apresentada e

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Resolução do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1983, p. 09. Fonte: CEDOC/CUT.

adendada, caso seja necessário. 2 – A Direção da CUT da região Nordeste procure, em conjunto, elaborar um plano de preparação da greve na região, que inclua a greve nas frentes de trabalho e na região da seca. Que o plano seja apresentado na próxima reunião da Direção¹⁶.

Na ata de reunião de setembro de 1983 a reunião se inicia indicando a necessidade urgente de greve:

Plano de ação e a organização dos trabalhadores para a preparação da greve geral. Greve Geral: Caráter: a greve é de caráter político-reivindicativo. Eixo central: Decreto-Lei 2.045 e as bandeiras encaminhadas no documento enviado ao presidente da República, que são: Contra o Decreto-Lei 2.045.

Contra o Decreto-Lei 2.036 (Pacote das Estatais).

Pelo não pagamento dos 130% do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Pela mudança da política econômica atual.

Pelo rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por liberdade de organização sindical.

Por liberdade de organização política.

Pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores.

Pelo não pagamento da dívida externa.

Pela revogação da Lei de Segurança Nacional.

Por eleições diretas em todos os níveis.

Por estabilidade no emprego e salário-desemprego.

Pelo fim das intervenções nos sindicatos e pela reintegração das diretorias cassadas.

Pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

A partir do dia 11 de setembro deve ser iniciado em todo o País um trabalho de divulgação da GREVE GERAL, através de pichações, cartazes, panfletos, rádio, imprensa escrita e televisionada¹⁷.

Nesta reunião ficou estabelecido o envio ao Presidente da República de uma carta assinada pela Direção Nacional da CUT pedindo o pronto atendimento dos itens acima, com prazo de resposta marcado para 14 de outubro de 1983. O não atendimento dessas reivindicações teria como resultado a paralisação ampla e geral. Ou seja, nesse contexto, a Central atuava com reivindicações impositivas às instâncias governamentais. Marcelo Badaró Mattos, realizou um estudo sobre o sindicalismo no Brasil pós 1930. Em sua obra, aponta que após 1982 houve um crescimento na incidência das greves. Entre 1982 e 1983 aconteceram 1837 paralisações¹⁸. Diante desse quadro, na reunião de 12 de novembro de

¹⁶ 1ª Reunião da Direção Nacional Colegiada da Central Única dos Trabalhadores - CUT 29 de agosto de 1983. São Bernardo Campo/SP. Fonte: CEDOC/CUT.

¹⁷ 2ª Reunião da Direção Nacional Colegiada da Central Única dos Trabalhadores – CUT, 10 de setembro de 1983. Santo André/SP. Fonte: CEDOC/CUT.

¹⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 64.

1983, consta na ata o resultado do esforço de mobilização e organização da greve geral proposta pela CUT para o mesmo ano:

A preparação da greve geral foi à atividade que absorveu quase exclusivamente a Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT [...] Nos dias 11 e 12 de novembro, a Direção Nacional discutiu a preparação e o adiantamento da greve, tendo surgido opiniões diferenciadas sobre a decisão. Posicionaram-se contra o adiamento os estados que haviam alcançado nível maior de mobilização e organização, sendo, porém, majoritário o posicionamento favorável ao adiamento. A preparação da greve geral serviu para divulgar o Plano de Lutas aprovado no CONCLAT, divulgando a proposta de greve geral, evidenciando a necessidade e possibilidade de concretizá-la; contribuiu para, na prática, descobrir formas de articular o movimento popular com o sindical, e evidenciou a necessidade de criação de estruturas administrativas e financeiras alternativas a estrutura sindical atrelada, o que vem reforçar a necessidade de conquistas liberdade e autonomia sindicais¹⁹.

Por meio das atas das primeiras reuniões da Direção Nacional e das resoluções vindas do Congresso, podemos perceber que o esforço de mobilização e luta do sindicato era direcionado às ações práticas de enfrentamento ao governo. A greve é pauta constantemente debatida, e, apesar de divergências de opiniões sobre sua eficácia, foi continuamente defendida ao longo do primeiro ano de existência da entidade. Nesse momento a CUT centrava seus esforços na atuação política defensiva e reivindicativa. Pressionava o governo e empresariado sob intimidações de novas paralisações. Não havia ainda estratégias de elaborações de projetos sociais como as cooperativas mencionado em seus documentos de fundação. Essa postura que marcou sua atuação durante a década de 1980, é entendida por alguns autores como Armando Boito Jr. como *sindicalismo defensivo*. De acordo com o estudioso, e tal como veremos nas resoluções, plenárias e atas de reuniões,

a CUT, durante a década de 1980, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. [...] a CUT foi, gradativamente, consolidando uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia²⁰

Durante a década de 1980 a linha de atuação da CUT, ainda que composta por diferentes vozes que votavam qual caminho e atuação política, se constituiu na luta contra o

¹⁹ 3ª Reunião da Direção Nacional Colegiada da Central Única dos Trabalhadores – CUT, 12 e 13 de novembro de 1983. Fonte: CEDOC/CUT.

²⁰ BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editor Xamã, 1999, p. 129.

arrocho, desemprego e por uma nova política salarial. Por essa razão, nesse período, a Central tinha fôlego para apoiar e impulsionar grandes paralisações como meio de pressão e estratégia. Nas greves gerais de 1983, 1986, 1987 e 1989²¹ a CUT esteve presente ao lado dos trabalhadores. De acordo com Costa, ao final da década “era inquestionável a hegemonia da CUT como principal expressão do sindicalismo brasileiro e, conseqüentemente, sua importância no cenário político brasileiro”²², a tal ponto que a CUT se tornou expoente de transformação das relações de trabalho tamanha a capacidade de mobilização dos trabalhadores.

1.2. Cooperativismo, crédito e novas políticas de negociação

Apesar dessa postura extremamente defensiva vinda ao largo dos anos 1980, a agenda sindical da Central Única dos Trabalhadores ao final da década e início da próxima sofre alterações quanto ao seu objetivo de atuação. A partir das resoluções das plenárias é possível perceber que desde sua fundação na década de 1980 até o início dos anos 1990 a instituição propunha uma postura *defensiva* diante dos acontecimentos políticos e econômicos no cenário nacional. Sua linha de atuação constituía a proposição de greves gerais, confronto ao neoliberalismo e denúncias sobre ações contra os trabalhadores. A partir do início da década de 1990 há uma mudança de projeto na ação sindical.

Em 1986 foi criado o Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos da CUT (DESEP/CUT)²³. De acordo com seu estatuto, o objetivo de sua criação consistia em “a partir das prioridades e demandas definidas pela Central Única dos Trabalhadores, realizar estudos, análises e pesquisas relativos aos mais diversos temas que, direta ou indiretamente, possam contribuir no enriquecimento do processo de discussão e tomada de decisão política da

²¹ COSTA, Helio da. O novo sindicalismo da CUT, Op. Cit, p. 621.

²² Ibidem.

²³ O Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e políticos da CUT foi criado em 1986 como um setor estratégico da CUT estadual de São Paulo. Em 1989 foi incorporado com personalidade jurídica própria como uma entidade vinculada à CUT nacional. De acordo com seu estatuto “o planejamento de suas atividades obedece às resoluções, diretrizes e prioridades da CUT, ao mesmo tempo em que busca adotar procedimentos técnicos capazes de assegurar a confiabilidade e a qualidade de suas análises, estudos e pesquisas”. Nesse contexto a direção executiva era composta por Marco Antonio de Oliveira (Coordenador Geral), Osvaldo Martines Bargas (Diretor Geral), Rosiver Pavan (Diretora de programas e projetos), José Olívio Miranda de Oliveira (Diretor Administrativo Financeiro), Gerson de Almeida Silva (Diretor Adjunto), Jorge Lorenzetti (Diretor Adjunto). Equipe composta por Andréia FozzattiBuendia, Carlos Augusto Gonçalves Junior, Claudia Valéria Cardoso, Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, José Renato Vieira Martins, Josete Lopes de Carvalho, Lauro Francisco Mattei, Luiz Guilherme Piva, Maria Ines Negri de Barros.

CUT”²⁴. A criação desse setor é um marco importante dentro da Central para pensarmos o redirecionamento de suas ações políticas. Além de estudos sobre conjuntura econômica, desenvolvimento e ações sociais, encontramos nos arquivos documentos e estudos sobre negociação entre sindicatos e governos que evidenciam o peso do debate dentro do sindicato na transição da década de 1980 para a década de 1990. É durante os anos noventa que os temas do cooperativismo e crédito ganham destaque na CUT, como veremos a seguir. Acreditamos que essas propostas são resultados da reorientação da ação política frente ao cenário nacional, o que forçou a instituição a criar um setor específico de estudos para se debater alternativas. A discussão sobre pactuação *versus* ação direta por meio de greves esteve pautado no DESEP.

No que toca aos registros das atas de reunião da Direção Nacional da CUT, vemos a persistência, ao longo da década de 1980, da postura combativa de não negociação frente ao Estado e empresariado. Na ata de junho de 1986, há o debate entre os presentes²⁵ se deveriam ou não comparecer em reunião solicitada pelo presidente Sarney. Nos relatos, constam a inversão dos pontos da pauta que seria discutir estratégias de greve para tratar sobre esse assunto:

Logo no início dos trabalhos Jacó sugeriu um novo ponto na pauta pela importância do assunto: convite via telefônica feito na véspera por um assessor do Presidente Sarney a Jair para que comparecesse como representante da CUT ao almoço na Granja do Torto dia 24.06. [...] Ele [Jacó] achava que a CUT deveria tomar a decisão de não comparecer e comunica-la ao companheiro Jair tendo em vista que de acordo com as declarações do assessor de imprensa da Presidência, Fernando Cesar Mesquita, à reunião, além de oferecer a oportunidade aos dirigentes sindicais de apresentarem suas reivindicações tinha o significado de ser o momento de firmar o pacto social pretendido, contra o qual a CUT já tinha posição claramente definida em documento. [...] Os presentes concordaram com as colocações iniciais com exceção de João Paulo que manifestou a opinião de que não ir significa que a Cut abre mão de seu papel de ser uma Central representativa dos trabalhadores e de suas reivindicações, portanto com autoridade para levar propostas e fazer denúncias. [...] Os presentes debateram longamente o assunto e os argumentos que prevaleceram foram os seguintes: há interesse de cooptar as lideranças sindicais e são diversas as formas de isto ser mostrado à opinião pública pois os meios de comunicação, a imprensa de modo geral, só publicam o que convém ao Governo e empresários, haja vista o que aconteceu com as notícias sobre as greves. [...] O encontro faz parte de uma encenação há longo tempo

²⁴ Estatuto do Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos da CUT. Fonte: CEDOC/CUT.

²⁵ De acordo com a ata estiveram presentes Abdias, Ana Lucia, Delúbio, Pereirinha, Luis, Jacó, Domingos, João Paulo e Novaes.

preparada como se fosse um teatro. [...] O Governo sabe que sem a CUT não há pacto confiável e seguro e ele necessita de pilares de sustentação política. O não comparecimento já seria uma forma de marcar perante a opinião pública e, principalmente, perante os trabalhadores a posição da CUT e deixar evidente que o Presidente Sarney não tem condições de “puxar” a classe operária [...] Ter a clareza de que a CUT não pode trocar espaço na imprensa pela opinião que tem suas bases. A não ida causará mais efeito inclusive perante a imprensa estrangeira que querará saber o “por que” deste comportamento. Não ter medo do isolamento porque na realidade a CUT é a referência concreta da luta dos trabalhadores neste 1º semestre quando centenas de greves aconteceram em todo país²⁶

Neste relato contido nos registros da reunião da Direção Nacional, vemos com clareza uma estratégia de seus integrantes em marcar-se como oposição ao governo, negando convites de negociações. Destaque para a ênfase no que a “opinião pública” iria pensar diante de uma negativa ou um aceite só no comparecimento dos sindicalistas em uma reunião. Uma simples presença poderia significar “pacto”, enquanto a CUT deveria representar resistência, manter-se firme na postura reivindicativa, sinônimo de *referência concreta* na luta dos trabalhadores. As diversas greves que aconteciam em todo país eram o resultado concreto de que a CUT era essa referência à sociedade civil.

Dessa maneira, diante da negativa em negociações e conversas, no ano de 1986 ocorreu a Campanha Nacional de Lutas. Reivindicações sobre os salários, contra o arrocho, contra os pacotes econômicos do governo, especialmente contrários ao Plano Cruzado, centravam os ataques da CUT. Neste momento, a Direção Executiva aprovou teses em suas reuniões que analisavam a conjuntura econômica e os impactos que trariam à população nos preços, juros de financiamento, aluguel, moradia, e como isso afetaria o consumo do trabalhador de modo geral. Nesse cenário, a Direção elaborou questões a serem debatidas em suas plenárias: “Qual deve ser a resposta política da CUT ao pacote? Quais eixos principais e qual a avaliação da capacidade de mobilização a partir deste último pacote? Qual o prazo de uma resposta do movimento sindical? Qual a estratégia de relacionamento com a CGT, organizações populares e partidos políticos? Qual a forma de luta? A greve geral é a resposta?”²⁷. Como resposta a essas problemáticas, a Direção Executiva elabora uma estratégia de mobilização política para ser enviada à Direção Nacional: Realização de Greve Geral de 24 horas no dia 12 de dezembro próximo tendo eixo principal: “Não ao Pacote e Congelamento real dos preços”. Na reunião de dezembro de 1986 consta na ata que “a

²⁶ Ata de reunião da Direção Executiva Nacional. 20 de junho de 1985. CEDOC/CUT.

²⁷ Ata de Resolução da Reunião da Direção Executiva Nacional, 27 e 28 de novembro de 1986. CEDOC/CUT.

Executiva Nacional da CUT reunida em São Paulo, depois da análise do movimento [grevista] declara que a paralisação nacional do dia 12 de dezembro passado foi amplamente bem-sucedida, demonstrou impressionante adesão nacional, iniciando vitoriosamente a luta pela revogação do Pacote.

Durante o ano de 1987 a Direção Executiva continuou posicionando-se contra o arrocho salarial. Seguiu elaborando análises de conjuntura que mostravam a deterioração dos salários pela inflação e aumento dos preços, acordos com FMI e contra o pagamento da dívida externa. A bandeira de luta da direção foi pela recomposição dos salários. O eixo de mobilização consistiu na continuidade da Campanha Nacional de Luta, estabelecido em 1986.

Em 1988 a CUT reuniu-se com representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) para discutir alternativas de negociações e apresentar propostas. “Os representantes do empresariado centralizaram o debate na questão da inflação e propuseram a participação da CUT em um fórum tripartite de negociação para um possível ‘entendimento nacional’ que incluísse representantes do governo Sarney”²⁸. A resposta desse encontro estabelecida pela Direção Nacional é que a CUT não aceitaria a participação em fóruns de negociação. A Central devia apenas dirigir-se aos trabalhadores e movimentos sociais e não participar de negociações com empresariado e governo. Os convites que a CUT recebeu na década de 1980, tanto por representantes do governo, quanto pelo setor empresarial demonstram a capacidade de organização e mobilização da entidade. A força das greves, largamente reafirmada como estratégia durante a década de 1980, obrigava os setores governamentais e do empresariado a responder. Neste período a CUT optava por não participar das reuniões de negociações tripartites e firmava o posicionamento de não relação entre sindicato, estado e empresariado para realização dos “pactos”. Continuava a optar pelas campanhas de mobilização e avaliava os esforços de greve como positivos em suas reuniões.

Em 1989, o Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos (DESEP) se torna um setor autônomo no interior da Central, incumbido de realizar estudos, proposta e programas de ação. O setor começa a elaborar “Programa de Trabalho” que sugeriam linhas de ação. As formulações elaboradas para se pensar internamente e definir trabalhos para CUT indicadas pelo projeto do DESEP constavam: reflexão sobre a economia brasileira,

²⁸ Ata da Reunião Executiva da Nacional da CUT, 24 de outubro de 1988. CEDOC/CUT.

política institucional, economia e política internacional, questão agrária, movimento sindical, políticas sociais, banco de dados, e, por último, atividades de apoio. Para as políticas sociais, ao longo do programa, é informado que foram incorporadas como tarefas de pesquisa ao DESEP em dezembro de 1988 através da colaboração de intelectuais da Unicamp especialistas para a área de políticas públicas. O Programa sugere a realização de estudos que tragam inovações no campo dos projetos sociais e sindicalismo de modo que, dessa pesquisa, possa-se ampliar as atividades sindicais para além de ações diretas que respondem a momentos imediatos.

Na IV Plenária da CUT²⁹, no ano seguinte, é proposto uma campanha nacional para a realização de uma Greve Geral. O quadro econômico de desemprego e arrocho dos salários, de acordo com a Central, “seqüestrou as economias de milhares de pequenos poupadores, violentando a democracia e desorganizando a economia. A inflação não acabou e o que está em vigor é um modelo econômico ortodoxo, de inspiração neoliberal, baseado no receituário do FMI”³⁰. A década se abre nas discussões internas ainda fundadas na estratégia de paralisação e rompimento com FMI. A linha de ação deliberada já em 1990 entendia que era necessário “novos e antigos métodos de luta”. O eixo de atividade, contudo, não incluía novos métodos, apenas reafirmava a necessidade de articulação em âmbito nacional motivando a greve. O documento sintetizava que essa continuava “na ordem do dia”³¹.

No ano seguinte, durante o IV Congresso Nacional da CUT realizado em 1991, é mencionado as deliberações provenientes da plenária e também do congresso anterior. O texto afirma que

cumprindo as resoluções do 3º Concut, que definiram a nossa Central como entidade sindical que negocia representando a classe, e partindo das definições da Plenária Nacional de agosto, que compreendeu a necessidade de atacar o projeto Collor em todos os espaços, após uma consulta democrática às suas instâncias de base, compareceu ao fórum de negociações com o governo, empresários e outros setores do movimento sindical³²

²⁹ A 4ª Plenária da Central Única dos Trabalhadores ocorreu em 17, 18 e 19 de agosto de 1990 na Escola Sindical 7 de Outubro em Belo Horizonte/MG. De acordo com o relatório da plenária, estiveram presentes 168 participantes, sendo 13 membros da Executiva Nacional, 36 representantes da Direção Nacional, 66 das estaduais e 13 das regionais.

³⁰ Resoluções da IV Plenária da Central Única dos Trabalhadores. Fonte: CEDOC/CUT.

³¹ Idem.

³² IV Congresso Nacional da CUT – CONCUR. O IV Congresso foi realizado em 4 a 8 de setembro de 1991 Palácio das Convenções do Anhembi - São Paulo – SP.

O Congresso reafirma a posição da plenária, de que “a dinâmica da conjuntura atual exige um salto de qualidade da ação sindical da CUT”³³. A proposta da Plenária, tal como vimos, era uma campanha ampla de greve geral em território nacional que reunisse as categorias do campo e dos centros urbanos. O Congresso propõe “atacar” o projeto Collor. Reafirma, assim, o posicionamento reivindicativo da CUT que vinha sendo gestado desde sua fundação e que abre a década de 1990.

Diante dessa postura defensiva aprovada pela Plenária e pelo Congresso, a decisão de negociação tripartite com governo, movimento sindical e empresarial ocasionou tensão dentro da instituição. De acordo com a mesma resolução, alguns membros contrários à ala majoritária da CUT, a Articulação Sindical, durante as assembleias realizadas entre Comissão Nacional, Estadual e Regional, denunciava e protestava contra a deliberação vinda da IV Plenária. Opositores afirmavam que o campo majoritário trocou “mobilização por negociação”, em uma postura eleitoreira, reforçando um “pacto social” que não deveria ser a postura da CUT, cuja ação até então era de enfrentamento e mobilização por meio de greves. Contudo, de acordo com a resolução nacional, ao adotar essa postura de imobilismo, os setores de oposição acabavam por restringir o potencial de atuação do sindicato, que poderia se dedicar a outras alternativas que não só viabilização de greves e paralisações. Ao contrário de uma postura que resultou em pacto, a resolução afirma que o não comparecimento da CUT junto às negociações do governo “credenciou a CUT junto à sociedade e ao conjunto da classe trabalhadora para desenvolver uma política de combate global ao projeto neoliberal”³⁴. O texto finaliza afirmando que a estratégia reivindicativa ou de “não pactuação” traz legitimidade do sindicato frente aos trabalhadores e à sociedade civil. Dessa maneira, além de afirmar essa postura de “combate” proposta pela resolução, também é trazido como estratégia de ação política alcançar uma sociedade democrática rumo ao socialismo, alternativa ao capitalismo:

A CUT é uma central sindical classista, democrática, autônoma, unitária, de massas e pela base. Fundamentada nessa concepção, fruto do acúmulo de experiências obtidas nas lutas e nos avanços teóricos de nossas resoluções, o desafio estratégico hoje consiste em avançar na consolidação da Central, articulando reivindicações imediatas com as de interesse histórico da classe trabalhadora. Assim a CUT, ao afirmar seu objetivo de superação do capitalismo e pelo socialismo, assume o papel estratégico de agente fundamental na construção de um projeto de sociedade

³³ Resoluções do IV Congresso Nacional da CUT. em 4 a 8 de setembro de 1991 Palácio das Convenções do Anhembi - São Paulo – SP. Fonte: CEDOC/CUT.

³⁴ Idem.

democrática, organizando autônoma e independentemente os trabalhadores, condição *sine qua non* para se chegar ao socialismo.³⁵

Apesar de endossar uma linha de ação reivindicativa, esse Congresso representa um marco em relação aos anos anteriores. A partir desse momento, diante dos embates sobre a linha política, apresenta-se um discurso que propõe novas técnicas e opções de enfrentamento ao avanço do neoliberalismo. De acordo com a resolução era necessário pensar novas formas de atuação frente ao cenário de recessão econômica e crise financeira que afeta diretamente os trabalhadores. Para além de greves e denúncias, o congresso propunha que:

Considerando que o debate sobre o enfrentamento da crise e a retomada do desenvolvimento ocupará o centro das atenções nos anos 1990 [sic], a CUT deve intervir decisivamente nesse debate incorporando novos temas, atualizando seu discurso e adotando uma prática voltada para o conjunto da classe trabalhadora, de modo a contemplar os interesses dos setores organizados, dos setores desorganizados ou excluídos do mercado formal e dos novos setores que irão emergir com a generalização do processo de modernização técnico-produtiva no país e no mundo³⁶.

A orientação do discurso institucional foi mudando paulatinamente ao longo da década. Apesar deste ensejo proposto no Congresso, no mesmo ano de 1991, nas atas das duas reuniões da Diretoria Nacional, realizada em 27 e 28 de abril, anterior ao IV Congresso, e em 09 a 13 de dezembro após o Congresso, as linhas de atuação discutidas são direcionadas às atividades grevistas. Diante do avanço do neoliberalismo e do crescente desemprego do período, a Direção aponta para a necessidade de mobilização e enfrentamento ao governo com ações diretas, tais como greves e fóruns contra a recessão econômica. Na reunião de abril vemos no registro da ata a preocupação com o crédito precário concedido ao produtor rural. Esta preocupação não ganha aprofundamento nas atas seguintes. Nesse contexto, não se pensou nenhuma solução, o tópico apenas aparece como consequência do avanço neoliberal vindo do governo Collor.

Os relatórios que encontramos do DESEP mostram um interesse na discussão sobre linhas de atuação política do sindicato centradas na ação prática ou nas negociações. No CEDOC, junto aos Textos de Discussão que subsidiam as reuniões da Direção Nacional,

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

estava um ofício endereçado a Rolando Diaz³⁷. O texto era uma análise econômica do governo Collor:

Ao realizar a pesquisa sobre o tema “movimento sindical e experiências de negociação na América Latina”, o DESEP pretende resgatar o conteúdo, a abrangência e as consequências da política de negociação (concertação ou pacto social) entre governo, trabalhadores e empresários.³⁸

Além desse ofício destinado ao ILDIS, no conjunto de textos sobre discussão da conjuntura econômica, estavam contidas pesquisas sobre o desenvolvimento agrícola e luta camponesa. Nele, é apontado que a Central reuniu em torno de si trabalhadores do campo e dos centros urbanos. Informava que após a promulgação da Constituição de 1988 e a possibilidade de um novo tipo de sindicalismo que se opunha ao modelo corporativista que subordinava os trabalhadores, neste novo modelo pensado pela CUT, seria possível operacionalizar um sindicalismo que se adequava a realidade nacional. Tendo isso em vista, a necessidade de ajustes da estrutura sindical que se adequasse diante do cenário econômico e social, “a CUT já conta com um departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos DESEP subordinado à sua direção Nacional, que vem desenvolvendo estudos e pesquisas para subsidiar a formulação de políticas sindicais da Central”³⁹, reafirmando a importância desse setor que se autonomizou no interior da instituição.

Dessa maneira, o DESEP, a pedido da Direção, desenvolveu um projeto de pesquisa para formular *políticas sindicais e formas de organização* para a complexa realidade brasileira. De acordo com o documento o “objetivo do projeto de estudos e pesquisas é responder pelo menos algumas indagações que, hoje, inquietam as principais lideranças rurais”⁴⁰. Dentre as diretrizes listadas no documento estão “É papel de uma central sindical classista lutar por preços, créditos, etc.; é tarefa de uma central sindical preocupar-se com a formação e desempenho de cooperativas?”⁴¹. A partir desses documentos que datam de 1989 é possível perceber que começava-se delinear na CUT, a partir da preocupação com os trabalhadores no campo, um debate sobre criação de cooperativas e também alternativas de

³⁷ Rolando Diaz, no contexto, era Coordenador da Área Sindical do Instituto Latino-Americano de Investigações Sociais - ILDIS, localizado na Venezuela.

³⁸ Relatórios DESEP, 30 de abril de 1991. Ofícios. Fonte: CEDOC/CUT.

³⁹ Ofícios do DESEP, São Paulo, 19 de maio de 1989. Fonte: CEDOC/CUT.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

acesso ao crédito por parte desses trabalhadores. Junto com esse debate, se era papel do sindicato realizar tais funções, discutia-se também o próprio formato do sindicato. A instituição questionava se o formato vertical, ou seja, criar em cada área de trabalho um sindicato específico, seria o adequado para se resolver os problemas que acometiam os trabalhadores tanto no campo quanto nos centros urbanos. A falta de crédito, meios de produção e desemprego eram questões debatidas pela Central associada a um tipo de sindicalismo que se entendia como horizontal. Pretendia congregar ao redor de si diversas categorias erigidas sob as direções regionais, estaduais e nacionais, que poderiam colaborar em conjunto para solução dos dilemas vividos pelos trabalhadores. Neste mesmo documento apontava-se a CONTAG como exemplo de sindicalismo “oficialista”. Sem se preocupar com uma organização sindical *sólida e combativa* a atuação dessa se resumiu, de acordo com o documento, na subordinação às orientações governamentais. O resultado dessa postura é que uma pequena cúpula negocia com órgãos oficiais e ministros do governo, prejudicando o fortalecimento dos próprios sindicatos e organização dos trabalhadores na solução de conflitos. O documento dizia ainda que era urgente a CUT discutir respostas sobre sua política sindical e realizar a primeira experiência de aplicação do projeto realizado no estado de São Paulo.

Ainda nas documentações da DESEP, encontramos um *Informe de Reunião*⁴² simbólico sobre a atuação política do DESEP/CUT. O objetivo era informar sobre a “reunião convocada pela FIESP para discutir “a livre negociação””. Dentre os participantes, de acordo com o documento, estiveram presentes “assessores sindicais, técnicos do DIEESE e representantes de entidades empresariais” reunidos no Centro de Negociações da FIESP em São Paulo, no dia 23 de maio de 1990. O resumo informava que

Os representantes das entidades empresariais justificaram o encontro como uma primeira rodada de conversações que visam, como desdobramento futuro, o estabelecimento de novas e modernas relações entre capital e trabalho. Avaliam que o atual modelo é arcaico e extremamente centralizado: dizem que a intervenção estatal não leva em conta as diferenciadas realidades das empresas e impõe encargos e condições que dificultam a evolução da negociação livre e direta segundo os critérios de eficiência, produtividade, mercado, etc. Manifestaram o desejo de saber a opinião dos técnicos convidados ao encontro a respeito do tema em questão, a título de uma “discussão conceitual” que balizasse as futuras conversas entre as partes⁴³

⁴² Informe de Reunião. DESEP/CUT. O informe foi assinado por Luiz Guilherme Piva, coordenador da área de Economia Brasileira do DESEP/CUT. Fonte: CEDOC/CUT.

⁴³ Idem.

Neste informativo que relatava o teor da reunião foi informado que se estabeleceu uma nova data para negociações. No resumo acima é possível perceber tentativas por parte do setor empresarial de propor alternativas de negociação com a Central Única dos Trabalhadores, uma das maiores centrais sindicais do Brasil na década de 1990. Contudo, apesar de genericamente citadas as “novas e modernas relações de capital-trabalho”, o sentido geral do encontro não foi bem avaliado pelos sindicalistas presentes. O documento, ao discorrer sobre o teor da reunião, informa que o empresariado vê que a parte sindical não quer abrir mão de determinados aspectos quando o assunto é intervenção estatal. A livre-negociação permitiria, aos olhos destes, que mercado e produtividade pudessem ser fruto de acordo entre trabalhadores e representantes empresariais. Dessa maneira, relata o documento, que os pares da FIESP “se manifestaram abertos ao debate”, apontando a necessidade de um novo encontro. A avaliação do setor sindical, no entanto, compreendida que:

O encontro na verdade teve muito mais o caráter de criação de fato político por parte dos empresários. A discussão, ainda que pouco aprofundada, serviu para mostrar que no terreno concreto não existe praticamente nenhum ponto de intersecção entre os objetivos das partes envolvidas. A intenção empresarial parece ser a de encampar a temática da livre-negociação num momento em que julgam o movimento sindical numa postura mais defensiva, em vista da conjuntura. Na prática, pretendiam caminhar para a negociação na esfera de cada empresa, sem a participação de qualquer mecanismo ou entidade de negociação coletiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a livre negociação concebida pelos empresários representados no encontro é algo como a substituição das relações capital-trabalho pelas políticas de recursos humanos de cada empresa.⁴⁴

Vemos, portanto, que houve iniciativas por parte do setor empresarial de convocar os representantes da CUT para negociar posturas menos *defensivas*, ou seja, negociações que envolvessem não só as estratégias de greves e paralisações, meio até então largamente defendido pela Central, como vimos nos documentos acima, mas partir para negociações diretas entre patronato e trabalhadores. Como vimos no documento citado acima “Movimento sindical e negociações na América Latina”, a CUT já vinha empreendendo estudos sobre formas de negociações dos sindicatos desde 1989, um ano antes da referida reunião com FIESP e setores empresariais. Apesar do estudo, não citado na conclusão e

⁴⁴ *Informe de Reunião*, Op. cit. Fonte: CEDOC/CUT.

avaliação final da reunião, a posição dos presentes foi de rejeitar a proposta vinda do setor empresarial.

Após esse período, os documentos produzidos pela DESEP sinalizam uma clara necessidade de redefinição de atuação política da CUT. Nos relatórios e planos de trabalho dissertam sobre a importância de expandir a linha tática dos sindicalistas. Sustentando uma orientação vinda do que os próprios consideravam o *novo sindicalismo*, a definição propunha um novo roteiro de ação. Em 1991 no Plano de Trabalho que definia a estratégia de trabalho para 1991, seguindo as prioridades definidas pela própria instituição e veiculada pelo DESEP, afirmava que

Desde sua fundação em 1983, até o III CONCURT, em 1988, a Central realizou uma enorme tarefa de organização, de estruturação interna e de definição de seus objetivos programáticos. Durante esses anos, a CUT teve ainda uma atuação marcante na luta frente à crise brasileira, fazendo-se presente nos momentos decisivos da vida política Nacional.

Apesar disso, o movimento sindical como um todo não conseguiu superar sua prática defensiva/reivindicativa, revelando assim a existência de sérias debilidades no plano estratégico. Se é verdade que o poder de resistência dos sindicatos foi fundamental para reduzir os efeitos da crise, é verdade também que o aumento da organização e mobilização sindicais não se traduziu, na maioria das vezes, em ganho real frente à instabilidade econômica e à inflação crônica.

Hoje, diante das mudanças em curso – já apontadas na introdução do programa de trabalho – a luta política e social alcança um novo patamar e exige que a CUT formule uma nova estratégia sindical, deixando de ser apenas uma “referência” para se consolidar como o principal canal de “representação” dos interesses da classe trabalhadora e como instrumento capaz de incorporar os interesses de amplos setores sociais.⁴⁵

Vemos claramente, a partir desse trecho, a necessidade, segundo uma avaliação feita pela própria instituição, de construir alternativas de atuação sindical. É possível perceber a tônica de que o “poder de resistência” correspondeu ao cenário imediato dos problemas que acometiam os trabalhadores diante da falta de garantias trabalhistas, arrocho, crise econômica, etc. A conclusão do plano de trabalho para 1991 feita pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos é de que “a formulação dessa nova estratégia, num contexto de construção democrática, passa pela definição de uma política propositiva voltada para o

⁴⁵ Plano de Trabalho - DESEP, 1991. Fonte: CEDOC/CUT.

conjunto dos trabalhadores e alicerçada em propostas de ações claras para o curto, médio e longo prazos”⁴⁶.

Nesse momento, no abrir da década de 1990, é que se começa o debate interno sobre um sindicalismo *propositivo*, em contraponto ao *reivindicativo* como vimos refletidos nos documentos. Essa mudança não aconteceu de uma hora pra outra, mas é fruto de um processo de gestação, embates entre a direção e disputa de projetos internos. Nos parece, analisando as colocações do DESEP, que se tratavam de leituras diversas sobre os próprios caminhos do sindicalismo, antes de aparecer como esgotamento de um modelo de atuação pautado na greve, pura e simplesmente. Esse debate já estava encorpado no início da década que também foi marcada por importantes paralisações e greves, testemunhando a preocupação em construir programas e políticas sociais que colaborassem para melhorar a vida dos trabalhadores de modo geral, para além de reivindicações pautadas pela conjuntura.

Durante a década de 1990, é possível perceber mudança na tônica das reuniões. Aparece com maior frequência a necessidade de a CUT debater questões sobre *desenvolvimento e cidadania*, de maneira que essa seja fruto de um crescimento e aprofundamento da democracia e desenvolvimento econômico alternativos ao modelo neoliberal. Nesse sentido, nos registros da reunião de 27 de janeiro da Direção Executiva, fica proposto que a CUT elabore um estudo sobre *Cidadania, democracia e papel do estado* para discutir os desafios impostos à prolongada crise no qual atravessou o país durante a década de 1980 e que iria se arrastar durante o governo Collor durante os anos 1990. É notável a diferença de postura, uma vez que se passa a pensar o longo prazo. Ao invés de apontar soluções contra pautas momentâneas, aparece a preocupação de se pensar soluções para os problemas econômicos e sociais decorrentes da década de 80 e que persistiriam ao longo da próxima. Dessa maneira, apontar o Estado como sujeito imprescindível no desenvolvimento econômico e colocar a CUT como defensora e agente social na luta dos trabalhadores era a nova tarefa concebida pela Direção Executiva. Nessa ata, é possível notar um novo discurso sobre desenvolvimento econômico e social mais focado no desenvolvimento da democracia e aprofundamento de soluções para problemas sociais. Para atingir seus objetivos “a CUT aproveitará os espaços que se abrem na conjuntura para disputar um novo padrão de negociação e um novo patamar de organização sindical”⁴⁷. A

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Ata da Reunião Executiva Nacional da CUT, 27 e 28 de janeiro de 1993. Fonte: CEDOC/CUT.

Direção entendia, nesse contexto, que a CUT deveria se propor como prioridade para o ano de 1993 “resgatar o poder dos sindicatos e da Central na representação dos trabalhadores”⁴⁸.

Na reunião de 1994 da Direção Nacional, também começa a delinear um novo discurso, segundo o qual é necessário um programa específico de geração de renda. Devem ser estabelecidas políticas que ajudem os pequenos produtores, artesãos, trabalhadores autônomos, dentre outros, a desenvolver atividades geradoras de renda sob formas associativas tais como cooperativas ou até mesmo mutirões⁴⁹

O Planejamento da Direção Executiva Nacional da CUT de 1999 previa em suas tabelas organizativas que dentre a “Área de atuação/prioridades” para o ano estava a Economia Solidária. O objetivo dessa área consistia no “estímulo à organização dos trabalhadores não assalariados”⁵⁰. A operação para realização seria “Debate com entidades dos setores informais, desempregados e trabalhadores precários”. As ações previam workshops com entidades desses setores para relatar experiências e também “socializar experiências de cooperativismo e autogestão”. Além disso, previa-se Projeto de Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT⁵¹. Esse é um marco importante. Essa agência ganha autonomia no interior da CUT para elaborar e desenvolver projetos de economia solidária como veremos a seguir.

Ainda no mesmo Planejamento de 1999, a Diretoria Executiva previa como tarefa para a Secretaria Nacional de Formação um eixo chamado Desenvolvimento e Democracia. Os objetivos listados eram

contribuir com o conjunto das instâncias da CUT no debate sobre consolidação e atualização do seu projeto sindical, em suas dimensões imediatas e estratégicas, levando em conta a globalização, os processos de integração regional, aspectos do sindicalismo internacional, as transformações no mundo do trabalho, o debate sobre estrutura sindical, e alternativas de desenvolvimento tendo como referências as suas resoluções [de Encontros e Congressos]⁵²

⁴⁸ Ata da Reunião Executiva Nacional da CUT, 27 e 28 de janeiro de 1993. Fonte: CEDOC/CUT.

⁴⁹ Ata da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), 10 de março de 1994. CEDOC/CUT.

⁵⁰ Ata de Reunião da Direção Executiva Nacional. Planejamento anexado junto à ata da reunião de março de 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

⁵¹ Ata de Reunião da Direção Executiva Nacional. Planejamento anexado junto à ata da reunião de março de 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

⁵² Idem.

É notória a nova agenda política estabelecida pela CUT no ano de 1999 e 2000. A Central define novas prioridades pautadas em suas instâncias, atribuindo tarefas para os setores no interior da instituição, e autonomizando setores estratégicos como a Agência de Desenvolvimento Solidário. Dentre as tarefas elencadas para realização e formulação de “alternativas de desenvolvimento”, é proposto pela Direção Executiva

realizar um levantamento das experiências mais significativas no campo do cooperativismo/associativismo no âmbito sindical cutista, visando um processo de sistematização das mesmas com vistas ao aprimoramento das formulações da CUT no campo da economia”. “Realizar 5 seminários regionais sobre as experiências e acúmulos políticos e teóricos, buscando precisar os principais elementos da sistematização quanto aos limites e potencialidades: Região Norte (PA/AM/RR/AC/RO); Sul: (SC/PR/RS); Região Nordeste (PE/AL/PI/MA/SE/PB/CE/BA/RN); Região Sudeste: (SP/MG/RJ/ES). Região Centro-Oeste: (GO/MS/TO/MT/DF).

Viabilizar um processo de aprofundamento teórico sobre economia solidária que num diálogo com a sistematização das experiências em curso possibilitem avançarmos na formulação de políticas sobre o tema na CUT, na perspectiva da construção de bases para o debate sobre desenvolvimento solidário⁵³

Essa discussão preconizou as formulações sobre Economia Solidária e cooperativismo que surgiram somente em 1998 e 1999. Foi necessário um longo debate sobre os rumos do sindicalismo e quais melhores eixos políticos a seguir para que pautas propositivas aparecessem. Ancorados nos pilares do socialismo e democracia, no início dos anos 80 e 90, buscar outra solução para os trabalhadores que não fossem pautadas por paralisações parecia assustar os sindicalistas. A nova configuração provocada pelo mundo do trabalho e a crescente informalidade pressionou a CUT para essas formulações. É a partir desse cenário que os termos “economia solidária”, “desenvolvimento solidário” e cooperativismo passam a aparecer nos relatórios e atas da CUT. Tanto nas reuniões da Executiva quando da Direção Nacional é colocado a importância de desenvolvimento de estudos e projetos sobre o tema.

Abrindo a década, em 2000, no planejamento estratégico elaborado pela Direção Executiva que constam nas atas de fevereiro é apontada a necessidade da criação da Agência de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – ADS como resultado de um processo de atuação sindical que de fato conseguisse enfrentar os problemas econômicos no cenário

⁵³ Ata de Reunião da Direção Executiva Nacional. Planejamento anexado junto à ata da reunião de março de 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

nacional. Colocava-se na ordem do dia a importância de uma agência no interior da CUT para desenvolver projetos específicos de desenvolvimento solidário:

Levar os trabalhadores à compreenderem à lógica neoliberal, como tal lógica se articula ao pensamento dominante da globalização, se concretiza nos processos de integração econômica, nos processos de reorganização das empresas, impactando as relações de trabalho e seu cotidiano, coloca-se como uma das questões mais relevantes para a ação formativa da CUT no momento atual. Coloca-se então, como tarefa para a SNF [Secretaria Nacional de Formação] neste processo de planejamento a concanetenação de suas ações com o processo de debates e implantação da Agência de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – ADS, provavelmente um dos projetos mais ousados do movimento sindical brasileiro dos últimos tempos, dado os campos de abordagens temáticas, o caráter, a abrangência, o público alvo e a repercussão das ações à serem desenvolvidas. Tal projeto se constitui num grande desafio para a CUT, e, particularmente para a SNF, já que será de sua responsabilidade a implementação de um projeto de capacitação que busque qualificar os trabalhadores (as) para que se coloquem na condição de agentes formuladores e gestores de políticas de desenvolvimento alternativas à lógica neoliberal⁵⁴

Neste trecho do planejamento estratégico da Direção Executiva da CUT constata-se uma nova preocupação com os empreendimentos solidários. Tal como menciona o documento, era considerado um dos “projetos mais ousados do movimento sindical”, por se tratar de uma iniciativa *propositiva* que previa criar um setor específico no interior de uma das maiores centrais sindicais do país para formular propostas que se opunham à lógica neoliberal. É visível o apelo às ideias oriundas da escola da Economia Solidária inseridas no debate nacional a partir das concepções do economista Paul Singer, como veremos a seguir. O intuito da criação da ADS é dar autonomia aos trabalhadores para que estes sejam sujeitos ativos no enfrentamento da lógica neoliberal. O projeto, *ousado*, proposto pela CUT neste momento, entende o desenvolvimento solidário dentro de sua proposta: ser antagônico ao modelo capitalista vigente.

Ainda neste período, a CUT trazia em suas resoluções que era uma instituição que deveria propor um modelo socialista de desenvolvimento. Por essa razão via na Economia Solidária um antagonismo ao modelo capitalista. O texto é enfático ao ressaltar, de um lado, tanto a autonomia dos trabalhadores proporcionada por modelos de auto-gestão e cooperativas, como, por outro, a importância de ações e políticas sindicais desse teor:

⁵⁴ Planejamento da Direção Executiva Nacional da CUT para os anos 2000, por secretaria. Caixa 0009. 1998 – 2000. 151607. Anexo à Ata de reunião. Fonte: CEDOC/CUT.

Temos claro que a formulação de uma estratégia formativa que busque tornar sempre mais consistente a relação formação sindical X organização X formulação de políticas alternativas no campo do desenvolvimento sustentável e solidário, numa perspectiva autônoma e independente, tendo em vista o fortalecimento da ação sindical na base e os espaços públicos, como condição para o exercício da cidadania ativa, remete ao debate do financiamento da formação cutista, desafio que deve ser encarado como uma das prioridades da PNF nos próximos períodos. O momento de realização do 7º CONCURTO é fundamental para este debate e definição⁵⁵

É visível a preocupação por parte da Direção Executiva em fortalecer e legitimar o trabalho da CUT socialmente, “nos espaços públicos”, preocupação corrente desde os anos 1980. Os meios para esse fortalecimento e *exercício da cidadania ativa* é investir em projetos de desenvolvimento solidário. Nos anos 2000, diferente do curso dos anos 1990, temos uma virada da CUT para desenvolvimento de projetos como esse. Da sua postura defensiva, passou para a propositiva como meio de construir ações para os trabalhadores e suas organizações. No mesmo documento, Planejamento para os anos 2000, o tópico Eixos Prioritários/Objetivos/Principais Ações/Parcerias, desenvolve a temática “Desenvolvimento e Democracia”. Como *objetivo* desse tema é elencado:

Contribuir com o conjunto das instâncias da CUT no debate sobre a atualização do seu projeto sindical, em suas dimensões imediatas e estratégicas, levando em conta a globalização e os processos de integração regional, seus impactos sobre as relações de produção e de trabalho, na perspectiva da construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário;

Avançar no projeto de sistematização de experiências em curso no campo do cooperativismo, associativismo e autogestão nos processos de trabalho como meio para o aprofundamento das reflexões, formulações e processos formativos em torno do tema desenvolvimento e políticas de geração de emprego e renda;

Implantar uma estratégia no campo da economia solidária para dirigentes, assessores e lideranças de base, possibilitando uma apropriação crítica, sobre os fundamentos das políticas neoliberais em curso no Brasil, seus efeitos sobre os direitos da cidadania e dos trabalhadores, na perspectiva de avançar as análises sobre alternativas e construção de novas bases de desenvolvimento⁵⁶.

Assim, os anos 2000 seguem com esse projeto em curso, de implantar estratégias que levem em conta o desenvolvimento solidário como parte de um projeto de *atualização* da

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Planejamento da Direção Executiva Nacional da CUT para os anos 2000, por secretaria. Caixa 0009. 1998 – 2000. 151607. Anexo à Ata de reunião. Fonte: CEDOC/CUT.

CUT. Armando Boito Jr., ao estudar a estrutura do novo sindicalismo durante a década de 1990, enxerga o modelo da CUT a princípio como reivindicativo e não propositivo: “O sindicalismo propositivo, é, estritamente falando, um método de ação sindical: elaborar propostas próprias para negociá-las com os empresários e os governos (neoliberais)”⁵⁷. Tal é a razão que durante vinte anos fez com que a Central se afastasse de modelos de negociações propositivas optando pelo enfrentamento. As negociações que não vinham do modelo grevista eram entendidas como “pactuação”, típicas de sindicatos corporativistas, exemplo que era repudiado amplamente desde sua fundação.

Analisando trajetórias sindicais no cenário brasileiro, Boito Jr. ainda conclui que o método propositivo “impõe, de antemão, limites importantes. Se o objetivo é participar dos fóruns decisórios com os governos (neoliberais) e empresários, é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar. Portanto, o método propositivo condiciona uma postura conciliatória com o neoliberalismo”⁵⁸. A CUT sempre procurou manter-se firme na postura de se afastar das medidas que consideravam em suas resoluções e reuniões frutos do neoliberalismo. Ao contrário, ao longo de suas publicações é possível ver a corrente reafirmação de que se mantinha como um sindicato que aspirava ao socialismo em oposição ao modelo liberal advindo do capitalismo. No VIII Congresso Nacional, assim como nos anteriores, o texto se repete:

A Central Única dos Trabalhadores, desde sua fundação, procura desenvolver a luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, buscando, numa perspectiva democrática, o alcance de uma sociedade socialista, justa, fraterna e igualitária, fundada pela superação dos marcos do capitalismo. O 8º Concut reafirma este compromisso de classe para a continuidade do enfrentamento de desafios históricos e imediatos, definindo suas estratégias para o próximo período⁵⁹

No abrir do novo século é possível perceber que a Central vê no desenvolvimento solidário e suas formulações, criação de cooperativas e fornecimento de crédito, uma condição para a própria cidadania. Passa-se a ver no cooperativismo e organização autônoma dos trabalhadores um novo meio de enfrentamento das crises econômicas, fruto das escolhas

⁵⁷ BOITO JR, Op. Cit. 1999, p.159.

⁵⁸ BOITO JR, Op. Cit. 1999, p.159.

⁵⁹ Resoluções do VIII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 3 a 7 de junho de 2003, Palácio das Convenções, Anhembi, São Paulo. Fonte: CEDOC/CUT.

neoliberais sustentadas pelo Estado, uma nova forma de enfrentamento por parte dos trabalhadores. Analisaremos de maneira detida as propostas de Economia Solidária no capítulo 03.

Neste capítulo, nos propusemos a fazer um breve resgate da atuação política da CUT. Parecia haver, a princípio, receio de políticas sociais tais como essa que culminou nos anos 2000. No entanto, reflexões realizadas em seu interior, sustentadas pelo DESEP, e também os quadros de desemprego e crescimento da informalidade direcionaram outra agenda política.

Armando Boito afirma que “nos moldes da estrutura sindical brasileira, a ação reivindicativa, na sua forma típica, apresenta características próprias. A reivindicação fecha-se por si mesma, esgota-se no economicismo, justamente porque no sindicalismo de Estado os dirigentes e os ativistas sindicais esperam que o Estado exerça a direção política do processo⁶⁰. Essa análise nos elucida algumas questões. Propor uma nova agenda poderia romper com as lutas momentâneas, que se esvaziavam assim que tinha as reivindicações atendidas ou negociadas, para ampliar em propostas de longo prazo tal como a formulação de cooperativas por meio da Economia Solidária.

Explica também por que a denúncia do modelo corporativista no interior da CUT foi sempre denunciada pela direção. Buscando um novo modelo de representação que não fosse por categoria específica, e sim construir uma unidade nacional que congregasse diversos trabalhadores, optou por um modelo horizontal que direcionasse o trabalho e linha de ação sindical. Contudo, o que podemos observar a partir das atas da direção executiva e nacional, bem como nas resoluções, é que o modelo reivindicativo típico dos sindicatos corporativistas prevaleceu por mais de uma década desde sua criação. Mesmo nos anos 1990 a Central ainda pautava suas ações baseada num modelo de confronto ao cenário econômico. É somente em fins da década de 1990 que temos mudanças de ação e passa-se a priorizar outras formas de organização direcionadas aos trabalhadores. Após os anos 2000 esse redirecionamento é evidente. O teor do discurso se reconfigura. De gritos de ordem como “*Reforma agrária já!*”, “*Greve Geral*”, passa-se a pedir por “Campanhas Nacionais por democracia”. A partir de 2002 isso se reconfigura totalmente. Não se vê em suas Resoluções a postura de enfrentamento total. “Educação, Democracia e Trabalho” pautam os temas dos novos Congressos.

⁶⁰ BOITO JR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. IN: BOITO JR, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 61.

Ao estudar a atuação da CUT ao longo desde sua criação até 1993, Iram Jácome Rodrigues afirma que sua organização é um “componente fundamental no processo político brasileiro e da luta pelo alargamento dos direitos democráticos da sociedade, trazendo para o centro da agenda da transição as demandas do mundo do trabalho”⁶¹. E que, esse objetivo entendido no horizonte como ponto central de atuação da Central, seria reafirmado ao longo dos anos por parte da Direção apesar das disputas internas entre as correntes Articulação e Unidade Sindical. Rodrigues aponta que “desde sua fundação até o seu terceiro congresso nacional realizado em 1988, representou o período de sua construção interna e afirmação externa, cuja fase mais movimentista, libertária, socialista e conflitiva, enfim, heroica”⁶². Apesar do autor ter feito sua pesquisa até meados da década de 1990, compartilhamos desse entendimento por constatar a postura heroica e conflitiva. Importar-se com a opinião pública e a suas representações, tal como vimos, fez parte da estratégia da CUT para pintar-se como alternativa concreta de luta dos trabalhadores.

No que se refere a nova forma de atuação política, a nova agenda sindical da CUT estabelecida no início dos anos 1990 firma os pilares que vão aproximá-la das iniciativas de crédito solidário e cooperativismo. A Economia Solidária é pautada por novas relações de produção e concepção de mundo, como veremos mais detidamente no capítulo dois. Embasada pelo discurso socialista, coloca-se para seus principais teóricos, como Paul Singer, e para a Central Única dos Trabalhadores como alternativa ao próprio sistema capitalista.

Cabe averiguar se essa nova agenda política vai encaminhar-se para um novo tipo de negociação com Estado e empresariado, postura tão temida pela instituição. As cooperativas são alvos de polêmicas quanto a sua função. Pode tanto ser entendida como emancipação do trabalhador, como sua própria precarização. Assim, nos esforços de elaboração e criação de cooperativas, o sindicato seria responsável por produzir políticas e iniciativas que acabam por “pactuar” com setores que ideologicamente deveria se opor e ser antagônico.

O que nos parece, e que será analisado adiante nos próximos capítulos, é que no início dos anos 2000, ao propor a Economia Solidária a ideia era enfrentar o neoliberalismo. No correr dos anos essa perspectiva parece se alterar. De um modo ou de outro, ao produzir

⁶¹ RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT (1983-1993)*. São Paulo: LTR 75 Editora, 2011, p. 79.

⁶² Idem, p. 91.

medidas que aplacam as mazelas do capitalismo como desemprego e pobreza por meio de bancos do povo e cooperativas de crédito (sejam elas rurais, produtiva ou orientada), acaba-se por colaborar para um cenário de conciliação e apaziguamento dos conflitos sociais. Desde sua fundação, em 1983, como vimos neste capítulo, o discurso da defesa das greves e paralisações é defendido. Ele não vem sozinho, obviamente significa a defesa do emprego e das condições e garantias que a carteira formal de trabalho carrega. Férias, Fundo de Garantia, Previdência Social, 13º, Proteção contra acidente de trabalho, Licença Maternidade e aumento salarial. Uma vez cooperados, os sujeitos passam a não contar mais com esse sistema que foi, em substância, agenda defendida pela CUT no correr dos anos 1980 e 1990.

2. Economia Solidária: via alternativa na rota do Capitalismo

Neste capítulo vamos discorrer sobre a maneira pelo qual foi pensada e articulada a Economia Solidária, o desenvolvimento de cooperativa e incentivo ao crédito no interior da Central Única dos Trabalhadores. Seu envolvimento com iniciativas de fomento ao crédito e cooperativas não se deu ao acaso. Corresponde a um contexto que é marcado por discussões internas, mudanças no quadro dirigente, e esgotamento de um modelo grevista frente ao cenário político nacional. Essas iniciativas tomam fôlego no início do século como proposta alternativa ao capitalismo e passa a ser vista como uma solução que aplaque as mazelas desse sistema. A opção pelo crédito e cooperativas corresponde a um período de mudanças econômicas ocasionadas pela conjuntura nacional e também de opções políticas frente a esse cenário. Tendo isso em vista, procuramos apreender o envolvimento da Central Única dos Trabalhadores, uma das maiores organizações sindicais do país, com as iniciativas de fomento ao crédito por meio dos empreendimentos solidários.

A ideia de cooperativas e a necessidade de fornecimento de crédito encontra-se nas resoluções da CUT desde o início da década de 1990. Nesse momento denunciava-se a precariedade do trabalho no campo, as condições de miséria em que se encontravam os trabalhadores e apontava-se de forma pontual as cooperativas como solução para este quadro. Não havia ainda a insistência na aplicação de cooperativas como clara alternativa ao desenvolvimento brasileiro. Indicava-se de forma pontual para os setores rurais.

No cenário geral brasileiro, as cooperativas remontam ao século XIX. A primeira de que se tem notícia era uma cooperativa de crédito ao consumo criada em Minas Gerais no ano de 1888 chamada *Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto*. Houve expansão quanto a finalidade e a diversidade de atuações no decorrer do século XX, mas, somente durante o período militar que passa a existir uma legislação específica para esse setor, que permitiu às cooperativas a existência enquanto instituições baseadas em um modelo de empresa, com características empresariais, respondendo, em certa medida ao desenvolvimento econômico e ao mercado. A lei 5.764, de 1971 determinou que essas organizações estivessem ligadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que congregaria interesses e poderia conceder uniformidade ao setor. A OCB, para fins organizacionais convencionou que os ramos de trabalho das cooperativas no Brasil são

divididos em doze grandes temas: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Infraestrutura, Portadores de necessidades especiais, Produção, Habitacional, Mineral, Trabalho, Turismo, Saúde e Lazer, Transporte⁶³.

A OCB, no entanto, é uma instituição polêmica no que se refere ao incentivo das cooperativas no Brasil. Os referenciais acima sugeridos por ela apenas servem para marcar os traços gerais e conceituações da área de atuação e para ressaltar que constitui um esforço de regulamentação por parte do Estado. Esse fato em si gera ambiguidades. Arelada ao governo, a OCB criou a Frente Parlamentar de Cooperativismo que tenta estabelecer diretrizes para a atuação das Cooperativas no Brasil. Essa prática acaba por despertar os interesses do empresariado que vê nessa frente a oportunidade de influenciar as decisões políticas sobre o funcionamento de cooperativas, que passam a atuar muitas vezes como um setor estratégico que precariza ainda mais o trabalho por terceirizar a mão de obra. Nos centros urbanos, diversas instituições desempenham atividades fins que poderiam ser realizadas no interior das indústrias⁶⁴. Além disso, não há, nas iniciativas endossadas pela OCB, formulações teóricas que guiem o trabalho geral produzido pelas cooperativas. No caso da CUT, vai pautar-se, fundamentalmente na escola do pensamento solidário. Essa postura de afirmar-se ancorada na Economia Solidária só vem em fins da década de noventa. Antes desse período preconiza-se ideais “cidadãos”, de forma genérica, mas não há uma formulação teórica específica que guie a criação dessas cooperativas.

Na década de 1990 surge também a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), instituição que vai marcar o cenário brasileiro no que se refere às alternativas de autogestão. Essa iniciativa partiu da reorganização de trabalhadores a partir de uma fábrica falida em Franca no início da década de 1990. A partir dessa primeira experiência de agrupamento, outros trabalhadores somaram-se para dar continuidade nesse processo de juntar operários e operárias de empresas em processo de falência na forma de cooperativas. Os idealizadores previam emancipação do trabalhador por meio de cursos de formação, capacitação e gestão das cooperativas. Colocavam-se mesmo como alternativa ao desenvolvimento capitalista, sinalizando claramente pela experiência da Economia Solidária. A atuação da ANTEAG e suas propostas conferiram um

⁶³ Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ramos>

⁶⁴ Para melhor entendimento da atuação ambígua da OCB ver o trabalho de LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do trabalho associado. *Tempo Social*. 2009, vol.21, n.1, pp.113-132. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 30 mai 2010. Os trabalhadores ligados à essa instituição, pioneira na regulamentação do cooperativismo durante a década de 1980 e 1990, poderiam ser tanto cooperados quanto assalariados.

caráter politizador no que se refere às cooperativas, inédito no cenário brasileiro. A CUT percorre esse caminho atribuindo um caráter politizador nas propostas de criação de cooperativas e fornecimento de crédito a partir da perspectiva da Economia Solidária. Na década de 1990, nas resoluções, aparecia de forma pontual como estratégia para o setor agrícola. Mas, ao final da década, os ideais de cooperativismo vão ao encontro da formulação teórica desenvolvida pela economia solidária.

No cenário nacional, o quadro geral da expansão de cooperativas no Brasil, nesta década, estava em crescimento. Essa expansão chamava atenção dos movimentos sociais e sociedade civil, por ter experiências como as da Anteag, por exemplo, que originavam cooperativas de empresas que estavam em processo de falência. Ainda era restrito, em sua maioria, aos setores rurais⁶⁵ como é possível ver no levantamento abaixo realizado pelo Grupo de Pesquisa de Economia Solidária da Central Única dos Trabalhadores em 1999.

Tabela 1. Brasil - Evolução do número de cooperativas de 1990 a 1998

Segmento/Ano	1990	1994	1998
<i>Agropecuário</i>	1393	1334	1408
<i>Consumo</i>	311	261	193
<i>Serviços</i>	195	191	187
<i>Educacional</i>	101	105	193
<i>Trabalho</i>	629	825	1334
<i>Habitacional</i>	179	176	202
<i>Crédito</i>	741	809	890
<i>Saúde</i>	-	-	585
<i>Especial/Mineral/ Produção</i>	-	-	110
Total	3549	3701	5102

Fonte: *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*. Central Única dos Trabalhadores, 1999, p. 38.

⁶⁵ As primeiras cooperativas no Brasil remontam ao século XIX. A primeira de que se tem notícia era uma cooperativa de crédito ao consumo criada em Minas Gerais no ano de 1888 chamada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. SINGER, Paul. A origem do cooperativismo. In: *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999, Central Única dos Trabalhadores. Fonte: CEDOC/CUT.

Cooperativa por ramo:

Tabela 2 . Brasil – Cooperativas, cooperados e empregados por segmento – 1998

Segmento	Número de cooperativas	Número de cooperados	Número de empregados
<i>Agropecuário</i>	1.408	1.028.378	107.086
<i>Consumo</i>	193	1.412.664	8.017
<i>Crédito</i>	890	825.911	5.800
<i>Educacional</i>	193	65.818	2.330
<i>Energia e Telecomunicações</i>	187	523.179	5.161
<i>Especial – escolar</i>	4	1.964	6
<i>Habitacional</i>	202	46.216	1.226
<i>Mineração</i>	15	4.027	24
<i>Produção</i>	91	4.372	35
<i>Saúde</i>	585	288.929	15.443
<i>Trabalho</i>	1.334	227.467	5.057
Total	5.102	4.428.925	150.185

Fonte: *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*. Central Única dos Trabalhadores, 1999, p. 38.

Os indicadores acima correspondem às instituições cadastradas na Organização das Cooperativas Brasileiras, órgão responsável por tentar regular o setor. Contudo, não retratam com fidelidade o cenário nacional e os índices das instituições e cooperativas. A instituição tentou organizar e sistematizar em números oficiais de associações cadastradas. O cenário de informalidade das próprias cooperativas ainda é uma estatística incerta. No entanto, através desse mapeamento que realizaram, é possível perceber o porquê as sugestões incipientes da CUT eram de modo geral, voltadas ao setor rural. Era nesse setor que se reunia o maior número de cooperados e cooperativas. As cooperativas de consumo também tinham forte adesão. As de crédito, tão almejadas pela CUT após 1999 com as concepções da Economia Solidária, ainda se configuravam como um setor em crescimento.

Após os anos 2000, outras iniciativas aparecem tentando sistematizar o número de instituições vinculadas ao governo federal. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) é um marco nesse processo de mapeamento e identificação dos empreendimentos. Como veremos, sua criação é extremamente vinculada à figura de Paul Singer e sua influência no debate nacional. O intelectual esteve envolvido na criação da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT.

O Senaes em parceria com a ECOSOL – Grupo de Estudos em Economia Solidária da Unisinos – realizou um estudo para tentar identificar historicamente a criação e expansão dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) em suas variadas formas. O intuito era identificar formas de atuação, pessoas e instituições envolvidas, entre outros. Dessa pesquisa surgiu o primeiro mapeamento que deu origem ao Atlas da Economia Solidária⁶⁶, finalizado em 2007. A partir desse ano inicia-se uma nova fase de estudos que finaliza em 2013. O resultado dessas investigações é a base de dados disponível *online* no qual fornecem alguns indicadores e instruções para quem deseja iniciar um projeto de Economia Solidária.

De acordo com esse Atlas, existem no Brasil aproximadamente 22 mil empreendimentos solidários. Desses, apenas uma parcela constitui-se como cooperativas, o restante se configura apenas como *associação* ou *grupos informais* que não possuem nenhum tipo de amparo legal, e, portanto, acabam por mesclar-se em termos de objetivo. As cooperativas, como estabelecido pela legislação, podem exercer atividade econômica e podem servir a fins econômicos de modo geral, ao passo que as associações apenas têm um caráter social de atuação sem objetivos econômicos de qualquer ordem. Os grupos informais, detectados pelo Atlas, exercem atividades econômicas nas mais variadas formas de atuação das cooperativas – atualmente entendida como doze setores – e têm como objetivo fins financeiros, contudo, por não estarem legalmente amparadas mesclam-se com funções de cunho puramente social ou cultural. As cooperativas podem, além de remunerar os empregados e trabalhadores envolvidos em qualquer instância, emitir notas fiscais de prestação de serviços, função restrita às *Associações e Grupos Informais*.

Essa incongruência se expressa por diversos fatores. Desde que foi estabelecida uma legislação específica, as Associações podem ser registradas legalmente a partir de 02 membros, enquanto os cooperados devem ser de 20 para cima. Para alguns setores é fácil

⁶⁶ Atlas disponível em: <<http://atlas.sies.org.br/sobre.html>>

reunir 20 pessoas que tenham interesse em constituir cooperativas, como no setor de trabalho, atuação principal da política sindical da CUT, como veremos. Em outros casos, a junção de tantos membros que se responsabilize legalmente pelo desenvolvimento da cooperativa torna dificultosa a criação. A CUT, tem papel fundamental nesse sentido. Ela atuou, como veremos, para além de entusiasta teoricamente da economia solidária, como formadora de potencial para os cooperados. Realizou cursos, seminários, apostilas e outros materiais necessários para formação e instituição das cooperativas. Ou seja, o sindicato atuou de fato como responsável por desenvolver políticas públicas e aplicá-las, realizando um papel normalmente atribuído ao Estado até os anos 2002, após a criação efetiva da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

2.1. Da academia ao sindicato: concepções teóricas da economia solidária

O modelo de cooperativas e fornecimento de crédito proposto pela CUT em suas formulações são pautados fundamentalmente nas proposições teóricas do economista Paul Singer e suas considerações sobre a Economia solidária. A partir das resoluções de Encontros e Congressos, Plenárias, projetos de desenvolvimento solidário e também de suas publicações, é possível perceber que a aplicação de projetos de cooperativas são aperfeiçoados a partir das considerações do economista. Desde o início da década de 1990 a Central propunha cooperativas, no entanto, como veremos a seguir, a partir da Economia Solidária as propostas da CUT ganham arcabouço teórico. Há uma aproximação com o intelectual e pedidos de formulações de ideias para o desenvolvimento de cooperativas, que foi desempenhada, ao que parece, como consultoria. Além de sua presença no interior do Grupo de Trabalho de Economia Solidária/CUT, na instituição da Agência Nacional de Desenvolvimento Solidário foi nomeado Coordenador Adjunto.

Paul Singer é o principal teórico sobre o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. Concebe que as cooperativas de crédito popular são um meio democrático de participação social que garantam aos indivíduos uma qualidade de vida melhor. Esse processo ocorre tanto no acesso ao consumo e produção de bens, como numa maior autonomia da atividade produtiva, por considerar que os cidadãos não ficam submetidos à lógica da competitividade de “todos contra todos” da sociedade capitalista, nem à mercê do desemprego em tempos de crise. Partindo da ideia de que a desigualdade e pobreza são

situações inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, ao iniciar suas formulações sobre uma alternativa ao modelo capitalista que pense soluções concretas para um novo tipo de prática, formulou uma economia pautada em novos preceitos. Considerou que “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir”⁶⁷. Nesse momento, Singer começa a formular através de suas pesquisas e considerações o que mais tarde denominaria como Economia Solidária. Para o progresso dessa seria fundamental *cooperar* em vez de *competir*. Dessa maneira, pautado nas experiências do cooperativismo inglês e suas experiências de autogestão no século XIX, bem como na experiência do Grameen Bank, o Banco dos Pobres, elabora uma nova proposta teórica que acaba por erguer uma nova escola do pensamento econômico fundada nas cooperativas e fornecimento de crédito como possibilidade de desenvolvimento econômico e social:

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.⁶⁸

Para o desenvolvimento de novas forças produtivas é essencial as iniciativas de cooperativas e organizações auto-gestionárias por meio de organizações da sociedade civil. O surgimento dessas instituições, para eles, esteve condicionado à própria crise do sistema capitalista: “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”⁶⁹. E, justamente por serem fruto de um momento de crise, são alternativas que se colocam diante do capitalismo em busca de uma sociedade igualitária.

No entanto, as cooperativas e organizações de crédito solidário não devem ser apenas uma resposta às crises capitalistas, pois, se assim forem, elas continuariam a ser um braço do próprio desenvolvimento capitalista. Ao contrário, o crédito popular para Singer tem sua

⁶⁷ SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 09.

⁶⁸ SINGER, Paul. *Desenvolvimento Solidário: significado e estratégia*. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2004b.

⁶⁹ SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 112.

justificação por se tratar de um meio cidadão e democrático no acesso à renda e desenvolvimento social. Em termos econômicos e sociais, o crédito popular não é simplesmente uma forma de enfrentar a crise capitalista que provoca desemprego, mas é, no entanto, uma alternativa cidadã ao capitalismo:

A economia solidária é ou poderá ser *mais que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma *vida melhor*.⁷⁰

No trecho acima vemos que Singer concebe a ES como uma estratégia ou uma saída viável ao capitalismo pois leva em consideração o aspecto social do desenvolvimento econômico que é uma *vida melhor* aos sujeitos. Por ser concebida com formulações que levam em conta fatores igualitários de gestão e também autonomia na gestão possuindo um caráter de “solidariedade” no interior dos empreendimentos proporciona aos homens um novo modelo de desenvolvimento pautado pelo fim da competitividade que os divide. É preciso dar fim à lógica da “usina satânica”⁷¹, da competitividade de todos contra todos para que ocorra uma superação das angústias e tensões ocasionadas pelo modelo capitalista.

Tendo esse pano de fundo, as formulações sobre Economia Solidária elaborada por Paul Singer ganham espaço nas pesquisas acadêmicas gerando uma nova escola do pensamento econômico. João Cláudio Tupinambá Arroyo e Flávio Camargo Schuch, ao analisarem as políticas de crédito popular, ponderam que “as duas maiores escolas do pensamento econômico são o neoliberalismo [...] e a economia solidária [...] que, do ponto de vista político-econômico, expõe com muita clareza para a sociedade a disputa entre projetos societários antagônicos”⁷². Os estudiosos consideram que a importância da economia solidária e suas formulações sobre cooperativismo e crédito popular se justifica

⁷⁰ SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. P. 114.

⁷¹ Singer esboça seu pensamento a partir de estudiosos como Karl Polanyi, autor que cunhou a expressão “moinho/usina satânica” ao discorrer sobre a lógica da competitividade no sistema capitalista. In: SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. P. 115.

⁷² ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. P. 77.

por configurarem não somente acesso ao crédito e instauração de novas relações de produção, mas também, o mérito e relevância do crédito popular para beneficiar aqueles que estão na base da pirâmide social. Os estudos dessa temática ganham fôlego em função do caráter da possibilidade de ampliação da cidadania à população. Da academia aos sindicatos não foi diferente, a proeminência de Singer e da Economia Solidária corresponde à um momento de nova atuação política.

As associações formam um pulso vivo à elaboração teórica. Segundo Singer, o avanço da economia solidária não depende inteiramente do apoio do Estado e de fundos públicos, embora seja uma alternativa. Ao contrário, como se trata de instituições que são organizadas primordialmente a partir da iniciativa popular acabam sendo obra de inúmeras entidades, tais como os sindicatos e também por parte de trabalhadores que se mobilizam de maneira autônoma sem o arcabouço do Estado. De acordo com o autor, as instituições tais com os sindicatos teriam papel fundamental no desenvolvimento dessas alternativas. Eles teriam a função de apoiar e difundir entre os trabalhadores um novo modelo de desenvolvimento e gestão, bem como fornecer assistência para realização de negócios.⁷³

Em suas análises, o expoente da ES concebe que nas décadas que seguiram os anos 70 parte significativa da produção industrial mundial foi direcionada aos países em que as reivindicações dos sindicatos e conquistas do movimento operário nunca aconteceram. Esse fenômeno impulsionou a desindustrialização de países centrais que transferiu para os países subdesenvolvidos seu contingente industrial. Cenários como esse, de transferência de polos industriais acarretam crises econômicas em que ter postos de trabalhos formais passou a ser privilégio de uma minoria. Nessa conjuntura “os sindicatos se debilitaram pela perda de grande parte de sua base social e consequentemente de sua capacidade de ampliar os direitos dos assalariados. [...] Como resultado ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Na realidade, ela foi reinventada”⁷⁴. Esse ressurgimento se configura pela capacidade de sindicatos e união dos trabalhadores em propor alternativas ao contexto de desemprego provocados pelas crises. Se num primeiro momento os sindicatos se debilitaram pela incapacidade de garantir direitos, em um segundo se fortaleceram por apresentar alternativas viáveis aos trabalhadores como as cooperativas. Essa análise,

⁷³ SINGER, Op. Cit. 2006, p. 113.

⁷⁴ SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 111.

publicada no livro *Introdução à Economia Solidária* em 2006, corresponde ao trajeto de atuação sindical percorrido pela CUT.

Nessa pesquisa, consideramos que as conceituações de Economia Solidárias elaboradas por Singer, extrapolaram para o movimento sindical, através de sua postura de intelectual militante. Nesse período, ele transitava tanto pela Central Única dos Trabalhadores, como também no próprio Partido dos Trabalhadores, onde teve participação fundamental. Encontramos como texto subsidiário de leitura para a reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, de 1997, uma pesquisa da CUT no qual dizia ser uma proposta ao Codefat – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O documento informa que no contexto, Delúbio Soares de Castro era representante da CUT no Codefat e Bernardo Gouthier Macedo Assessor Técnico da CUT no Codefat. Ao que dava entender, o texto era assinado por esses dois integrantes em março de 1997. O texto discorre sobre diversos aspectos que envolvem o emprego e em contrapartida, o desemprego. Propunha extensão do seguro desemprego e outras alternativas para conter as mazelas da política econômica nesse período:

A disseminação pelo país de um novo modelo de gestão democrática de políticas públicas, que tem como ponto de partida, da ótica do Codefat, a democratização do acesso ao crédito e a melhoria das condições de funcionamento do mercado de trabalho (e formação profissional), vem preparando o terreno para, no momento em que o conjunto de políticas públicas estiver orientado numa direção menos excludente, haja condições de se implementar um novo projeto de desenvolvimento⁷⁵

Neste trecho, o documento deixa claro que o assunto a ser tratado é a questão de uma alternativa à política econômica do período, apresentando o crédito como uma alternativa possível naquele cenário, e como sinônimo de democratização do mercado de trabalho. Em seguida, traz um texto informando uma possível alternativa para aquele momento. Trata-se do texto “Economia Solidária, geração de renda e alternativa ao liberalismo” de autoria de Paul Singer. Vemos que, os textos e concepções aparecem como opção para os debates internos do Partido dos Trabalhadores, a partir de suas elaborações para a Central Única dos Trabalhadores. Singer vai fazer parte do Grupo de Trabalho que deu origem a Agência de

⁷⁵ Texto subsidiário para reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. 19 de maio de 1997. ADM.DIPO. CT/04. Acervo CSBH/FPA.

Desenvolvimento Solidário da CUT e vai presidir a Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2002, assim que o Partido dos Trabalhadores assume o Poder Executivo.

2. 2. Economia Solidária e sindicato: as formulações teóricas no interior da Central Única dos Trabalhadores

Na década de 1990 a CUT propunha cooperativas para o setor agropecuário e uma sugestão para o setor de moradia nos centros urbanos. Nesse período, essa indicação ia de encontro com as pautas da reforma agrária e combate ao trabalho escravo no campo. Consultando tanto as atas da Diretoria Executiva como Nacional, não víamos com frequência esse tema aparecer. Entendemos, dessa maneira, que não havia uma discussão específica que direcionava esforços para esse setor. Também no caso do crédito, as análises centravam-se para os juros altos, que baixavam o poder de consumo da população e, sobretudo, discutia-se sobre a privatização dos bancos que naquele período estava em curso. Enfatizava-se a importância de bancos públicos para o desenvolvimento econômico e social. Denunciava-se, por parte da Central, que a privatização seria maléfica para a área de empréstimos, já restrita no cenário nacional e, principalmente, para os trabalhadores que perderiam seus postos de trabalho. Assim, o núcleo das discussões estava no bojo dos acontecimentos que marcou a década de noventa. Privatização, terceirização, ampliação do setor informal, perda de postos de trabalho e, portanto, aumento da desigualdade social.

Em 1997 a possibilidade das cooperativas aparece parcialmente. Começa a discussão mais específica sobre essa estratégia como uma política que tem a atenção e elaboração teórica por parte da Central Única dos Trabalhadores e seus dirigentes. No VI Congresso Nacional o tema das cooperativas vem à tona junto com a afirmação do socialismo como projeto de sociedade.

É importante lembrar que a CUT defendeu o socialismo e o apresentou como estratégia desde a sua fundação, na formulação de seu estatuto. Os pilares que fincaram seus ideais foram como uma entidade classista, socialista e democrática. Qualquer ação que fosse proposta deveria estar nesse tripé ideológico. A última resolução da década apontava que

No Brasil e no mundo resistir à política neoliberal é o primeiro passo, indispensável, fundamental, para a defesa dos interesses dos trabalhadores

e do povo. Mas a resistência, por si só, não é suficiente. É preciso que os trabalhadores e as forças de esquerda, hoje constrangidas a uma situação de defensismo estratégico e ainda amargando os efeitos psicológicos da derrocada do chamado socialismo real, também apresentem alternativas. A elaboração deste projeto alternativo deve ser (na medida do possível) unitária e apontar a perspectiva de um desenvolvimento econômico nacional soberano, com distribuição de renda e trabalho para todos. Os fatos indicam que não há solução para a crise nos marcos do capitalismo. A fase crítica e decadente do sistema que em passado recente garantiu prosperidade econômica, estabilidade política e avanço dos direitos sociais, só apresenta a perspectiva de crescimento da miséria social, arrocho dos salários, desemprego em massa, ameaças à democracia (obscurantismo neofascista), eliminação e redução de direitos. Não parece viável uma solução intermediária no contexto do sistema. Por isto, o socialismo coloca-se como a única saída progressista para a humanidade, a única alternativa à degradação social⁷⁶.

Ao final da década, diante do avanço neoliberal, reafirmava esse posicionamento apontando-o ainda como a única saída para os problemas vividos no país. Desde sua fundação, em 1983, a Central teve que enfrentar, ao lado dos trabalhadores, defesa de postos de trabalho, garantias de direitos sociais, etc. Em suas análises, estar na década de 1990 num quadro de recessão econômica nada mais era que o esgotamento do modelo neoliberal. Assim, a única solução possível aos trabalhadores seria justamente a opção firmada desde o momento de sua fundação. Dessa maneira, nesse VI Congresso, notamos que na denúncia das mazelas do neoliberalismo vividas até o momento, teriam que ser enfrentadas com uma nova postura política e agenda sindical. Nesse contexto, sinalizava-se para as novas formulações de caráter propositivo que seriam levadas adiante pela Central:

Assim, pesará para o movimento sindical, no próximo período, a responsabilidade de intervir de maneira ativa na sociedade com vistas a construir permanentemente uma alternativa global ao modelo neoliberal em curso, opondo-se às políticas neoliberais, apresentando alternativas de desenvolvimento, e reorganizando as atuais formas de organização e ação sindicais.

Por isso a CUT deve promover mudanças necessárias nas formas de organização sindical, fundamentais para viabilizar uma ação sindical de massas que viabilize a disputa da hegemonia política no país⁷⁷.

⁷⁶ Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT, 13 a 17 de agosto em São Paulo. Fonte: CEDOC/CUT.

⁷⁷ Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT, 13 a 17 de agosto em São Paulo. Fonte: CEDOC/CUT.

Num momento de crise econômica e enfraquecimento de estratégias de greve, era fundamental que a CUT elaborasse novas propostas. Sua preocupação com a opinião pública e com a legitimidade que tinha socialmente estava em jogo. Se não apresentasse um novo projeto que servisse de solução aos trabalhadores, poderia, paulatinamente, perder esse potencial de representação.

Dessa maneira, em 1998, durante a penúltima reunião da executiva, o texto subsidiário desenvolvido pela própria Central proposto para a discussão denunciava a crise e apontava a necessidade de opções à atuação política:

Romper o isolamento e buscar alianças na sociedade para resistir a nova etapa de aprofundamento do neoliberalismo determinada pela implementação do pacote do FMI serão desafios para a CUT no próximo período. Para tanto será fundamental a mobilização dos trabalhadores formais e a organização de ações que ampliem a influência da CUT para junto dos desempregados e trabalhadores informais. Ao mesmo tempo o conjunto de reformas a serem implementadas exigirá da CUT a elaboração de alternativas através de uma ação propositiva junto as oposições e aos diversos segmentos do setor produtivo, visando a defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores.⁷⁸

Nesta análise é possível ver o debate sobre a atuação política da CUT e as alternativas de luta frente aos cenários de instabilidade. Propõe-se buscar alianças, conversar com a oposição, aumentar a influência do sindicato frente aos trabalhadores informais e dialogar com os setores produtivos. Esses dois últimos, principais públicos das cooperativas. Já era possível visualizar um esboço de atuação sindical que buscava alternativas para além das greves, já que essas num cenário de aumento do desemprego se mostravam ineficazes. Discutia-se internamente proposições, ao invés de gritos de ordem por greves e paralisações. No início de 1999, na Reunião da Executiva Nacional encontramos um projeto nas atas intitulado *Nossa proposta para criação de empregos e melhoria de renda*. As proposições eram: Criação de bancos do povo: com uma completa redefinição dos programas de crédito para pessoas físicas, pequenas e micro-empresas, articulado com o sistema público de emprego, de forma a oferecer mais alternativas ao desempregado.⁷⁹

⁷⁸ Análise de Conjuntura. Central Única dos Trabalhadores. Anexo a reunião da Executiva Nacional, outubro de 1998. Doc.141357. Fonte: CEDOC/CUT.

⁷⁹ Ata de Reunião da Direção Executiva Nacional. 150521. Fonte: CEDOC/CUT.

Essas reflexões debatidas pelos dirigentes nacionais, reflete-se em agosto de 1999 na Plenária Nacional, que serve para orientar, por meio de suas resoluções, a prática dos sindicatos filiados à CUT. Na IX reunião de plenária, além de ter discutido o *Papel das associações e cooperativas* como um tópico do encontro, discutiu-se também *As bases para a construção do Sistema Público de Emprego no Brasil*. Teve como pano de fundo o cenário econômico, político e social, pautando o confronto entre classe trabalhadora e governo, apontando para a necessidade de rompimento com o FMI. A análise sobre o problema do desemprego considerava que

a falta de articulação entre as atuais políticas de emprego – seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, formação profissional e programas de geração de trabalho e renda – promove forte dispersão da atuação pública e perda de eficácia no tratamento das diversas dimensões que incidem sobre o esforço público de reinserir não só os trabalhadores no mercado de trabalho, mas também na vida pública, familiar e em comunidade.

O texto se debruçou na análise dos próprios sentidos que as cooperativas podiam tomar:

Intervir na organização da produção é uma das principais demandas dos agricultores familiares para o sindicalismo rural. A estrutura cooperativista oficial (OCB) representa os interesses do setor patronal no campo, sendo um dos seus principais instrumentos políticos. A Contag e a CUT precisam incentivar a constituição de estruturas associativas econômicas próprias dos agricultores familiares, as quais possibilitem uma inserção não subordinada da produção familiar no mercado e que ajudem na implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Por outro lado, é preciso aprofundar o debate sobre as cooperativas. Nesse período, a CUT e suas instâncias não devem impulsionar a criação de cooperativas de mão-de-obra. A CUT simultaneamente realizará campanhas contra todas as cooperativas que sejam instrumento de sonegação e/ou precarização das relações de trabalho (Coopergatos)⁸⁰.

Ao mesmo tempo que apontava as cooperativas como saída viável para os problemas no campo e como possibilidade alternativa de desenvolvimento, tinha certo receio de se investir nesse segmento justamente pela característica ambígua vinda desse tipo de organização, que é acabar por representando os interesses do sindicato patronal. Uma vez que os trabalhadores se reúnem e se tornam os donos dos negócios, prestação de serviços que antes poderiam ser feitas no interior das fábricas ou com vínculo empregatício, isenta-

⁸⁰ IX Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 17 a 20 de agosto de 1999, p. 39. Memorial da América Latina, São Paulo. Fonte: CEDOC/CUT.

se tanto Estado quanto setor empresarial da preocupação com regulamentação das leis de trabalho.

Essas contradições acionaram a criação, em 1999, de um Grupo de Trabalho que passou o ano inteiro refletindo sobre as possibilidades oriundas das cooperativas. Se na plenária ainda se defendia o não incentivo a esse segmento, por outro lado, por meio dos quadros intelectuais, estudava-se como construir alternativas às cooperativas. A solução encontrada foi via Economia Solidária. Singer, como vimos, já havia formulado suas principais elaborações teóricas dessa escola, fazia publicações sobre o assunto. Além disso, tinha circulação entre dirigentes da Central Única dos Trabalhadores. Passa-se a forjar, então, um projeto de viabilização de uma Agência Solidária no interior da CUT, que, pautada nos valores e ideais socialistas, poderia a um só tempo resolver o problema do desemprego e também enfrentar estruturalmente o capitalismo.

É desse modo que anterior à instituição oficial da ADS em 03 de dezembro de 1999, desenvolve-se um grupo de reflexão e trabalho sobre Economia Solidária, crédito e cooperativas. Foi elaborado projetos que analisavam sua viabilidade, tivemos acesso ao modelo de desenvolvimento proposto nos arquivos do CEDOC. O projeto que encontramos de implantação chama-se “Desenvolvimento Solidário: Bases para uma Ação Estratégica no Campo da Economia Solidária”⁸¹. O projeto fazia uma longa explanação econômica apontando índices de desemprego, quantidade de pessoas com carteira assinada, aumento do setor informal, etc. O cenário de recessão econômica era colocado como a Justificativa para o desenvolvimento daquele projeto.

Para dar vida à Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) para que essa pudesse levar adiante os projetos de cooperativas e fornecimento de crédito, a Central Única dos Trabalhadores instituiu a criação de grupos de trabalho para realização de pesquisas sobre o cenário nacional e internacional a esse respeito. Em uma de suas publicações, a CUT afirma que

o projeto de Economia Solidária começou a ser formulado pela Central Única dos Trabalhadores como uma resposta criativa à grave crise da economia e do mercado de trabalho que está massacrando os trabalhadores. Acompanhando as profundas transformações que modificaram o perfil da classe trabalhadora, as relações de trabalho e buscando construir

⁸¹ Projeto encontrado no conjunto de documentos denominados Dossiê ADS. 112309. Fonte: CEDOC/CUT.

alternativas de desenvolvimento sustentável e solidário, a CUT está em processo de organização de uma Agência de Desenvolvimento Solidário⁸²

Nesse trecho, vemos que a CUT propunha como alternativa *criativa* frente ao cenário de desemprego e transformações pelo qual passou a classe trabalhadora. Enquanto no interior do sindicato ainda pairava as discussões sobre o modelo propositivo ou defensivo, bem como as discussões sobre a viabilidade de negociações com empresariado e governo, para a opinião pública divulgava-se que estavam em curso soluções criativas para as *novas relações de trabalho*.

Na tarefa de desenvolver o Grupo de Trabalho que iria instituir a ADS e sua forma de atuação, a Central organizou seminários regionais que buscavam estudar as especificidades locais e a possibilidade de fazer a ADS possuir uma matriz e filiais espalhadas pelo Brasil. Belém, Goiânia, Recife, São Paulo e Florianópolis foram os lugares escolhidos para realização de debates. Destes encontros, em 1999 realizou-se o Seminário Nacional sobre Economia Solidária que divulgou dados e os aspectos de expansão e possibilidades desse setor. Nele foi divulgado e publicado, posteriormente, “as propostas de uma política da CUT para a Economia Solidária”⁸³, acúmulo de pesquisa ao longo da década, que visava ser uma contribuição para o campo da ES.

O GT possuía grande variedade de membros e parcerias. Apesar de não ter acesso às atas que o instituiu, tivemos acesso ao próprio projeto e também à proposta que estabeleceu os seminários regionais e o nacional. Não havia o registro do que foi conversado e debatido nas reuniões, mas havia o projeto. Acessamos também a publicação que foi resultado final do grupo de Trabalho, o Seminário Nacional de Economia Solidária e nesta publicação vemos o peso do debate sobre empreendimentos solidário, crédito e cooperativas, apontados como soluções para o momento político e econômico.

O projeto que encontramos no arquivo chama-se “Agências de Desenvolvimento no Brasil: Levantamento das organizações que operam políticas de financiamento e apoio a

⁸² Central Única dos Trabalhadores. *Reflexões sobre o projeto da CUT*. 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

⁸³ Idem.

cooperativas e microempresas”⁸⁴. Na capa, constava que era um “Subsídio ao debate de estruturação da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores ADS/CUT”. Na introdução era apresentado a proposta de cooperativa e crédito nos moldes da economia solidária:

Um grande número de iniciativas estão se estruturando, seja por iniciativas da própria sociedade e de movimentos organizados ou através de organismos governamentais. Apenas algumas destas organizações atuam no campo da Economia Solidária, a maioria busca a geração de empregos ou de novos empreendimentos dentro dos moldes da economia capitalista. Porém, as políticas que vem sendo adotadas mostram, de certa forma, as diferentes estratégias para a promoção e viabilização dos pequenos empreendimentos e podem ser uma rica referência para a formulação de políticas para a promoção da economia solidária.

O levantamento de organismos governamentais precisa ainda ser complementado pelo levantamento de fontes de recursos e outras políticas, principalmente aquelas voltadas para a geração de emprego e de crédito, que podem ser acessadas para o fortalecimento de organizações populares da economia solidária.⁸⁵

No mesmo ano em que se divulgava na Plenária Nacional diretrizes gerais para não se impulsionar as cooperativas de mão de obra, era debatido no interior do sindicato maneiras de se desenvolver e criar alternativas para o trabalho e geração de renda. Obviamente que as cooperativas seriam não só de crédito, mas também de mão de obra tanto nos setores rurais como nos centros urbanos. O que se tinha em vista era o diferencial dos preceitos da economia solidária. Sob esse molde, teoricamente, as cooperativas não se desenvolveriam como sendo um processo do desenvolvimento capitalista, com precarização das relações de trabalho; ao contrário, poderiam ser um segmento de confronto ao padrão vigente. Isso validaria que um dos maiores sindicatos do país apoiasse e endossasse as cooperativas como alternativa de geração de renda e emprego.

Havia ainda, a proposta do Programa de capacitação que visava a contratação de agentes formativos para adequar os empreendimentos aos princípios da economia solidária, sugestões de agências financiadoras previamente pesquisadas, modelo de estrutura organizacional e, por fim, o programa de incubação que trabalharia para ampliar a rede de cooperativas de crédito em todo país. Contudo, a proposta que possuía maior ênfase era para

⁸⁴ Agências de Desenvolvimento no Brasil: Levantamento das organizações que operam políticas de financiamento e apoio a cooperativas e microempresas. ADS/CUT, junho de 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

⁸⁵ Idem, p. 2.

a necessidade de criar um banco cooperativo de crédito seguindo a estrutura esboçada abaixo:

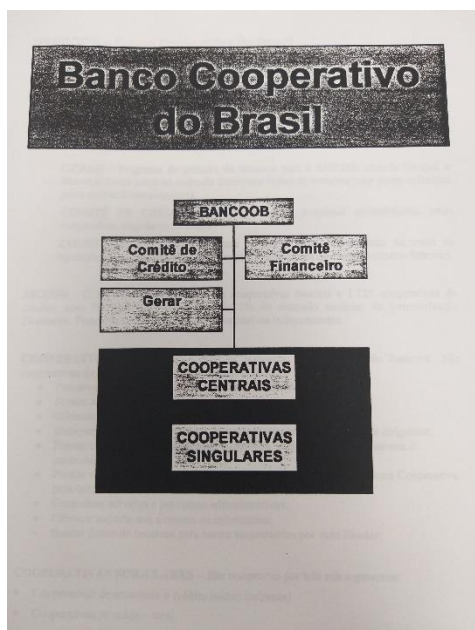


Imagem 01. Agências de Desenvolvimento no Brasil: Levantamento das organizações que operam políticas de financiamento e apoio a cooperativas e microempresas. ADS/CUT, junho de 1999. Fonte: CEDOC/CUT

Através desse arquétipo esboçado no projeto de desenvolvido da ADS, vê-se que a missão do banco era ser uma estrutura fornecedora de crédito para geração de cooperativas. Dentre as finalidades, constava a função de “prestar serviços de natureza financeira, operacional e consultiva ao sistema de cooperativas de crédito, suportados na sua organização e nos recursos humanos e tecnológicos, com vistas ao fortalecimento do sistema”⁸⁶. Para início de seu desenvolvimento, almejava-se o capital de 19 milhões de reais para funcionamento inicial. Do total desse montante, propôs-se que 5% seriam destinados ao crédito e 95% ao mercado interfinanceiro. As cooperativas centrais seriam as acionistas das cooperativas singulares que seriam exclusivamente de serviços, mão de obra e direcionadas ao trabalho rural. As Centrais iriam gerenciar as Singulares, oferecendo treinamento para funcionários e dirigentes, prestando serviços financeiros, assessoria, etc.

Foi a partir desse projeto inicial, datado de junho de 1999, que encontramos o documento de proposta dos seminários regionais. Acredita-se que a partir desses estudos a

⁸⁶ Idem.

viabilidade do projeto de Economia Solidária tenha parecido palpável. Nesse quadro formase o Grupo de Estudo sobre Economia Solidária.

O GT possuía uma heterogeneidade de parcerias simbólicas do esforço necessário para realização dos projetos de cooperativas. Na década de 1990 a parceria com a CUT para discutir Economia Solidária e empreendimentos de autogestão era da ICCO, Unitrabalho, Dieese, Institute of Social Studies Rabobank, Universidade de Wageningen. Os membros refletiam essa miscelânea, o grupo foi composto por Remigio Todeschini, Coordenador Geral da CUT Nacional; Gilmar Carneiro, Coordenador da Área de Crédito da SEEB/SP; Mônica Valente, Coordenadora da Área de Estudos e Pesquisas da CUT Nacional; Altermir Tortelli, Coordenador da Área de Formação da CUT Nacional; Jorge Lorenzetti, membro da Escola Sul da CUT; Jorge Luiz Martins, membro da CUT Nacional; Francisco Dias Barbosa, membro do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Sérgio Mendonça, do DIEESE; Sidney Lianza, da Unitrabalho; Reginaldo S. Magalhães, assessor da CUT Nacional; Waldeli P. M. Castello Branco, Assessora da CUT Nacional.

Assim, no “Projeto de Desenvolvimento Solidário” era apresentada uma proposta de Seminários regionais sobre economia solidária com objetivos de:

Aprofundamento político e ideológico sobre o papel do sindicalismo na geração de trabalho e o papel do sindicalismo no campo da economia solidária; Socialização de experiências em curso no contexto da CUT e de outros atores sociais, identificadas com a concepção de desenvolvimento solidário e sustentável; Apontar os limites e possibilidades de atuação sindical nesse campo.

Público alvo: Dirigentes da CUT Nacional e CUTs Estaduais; Dirigentes dos Ramos.

Temáticas: Transformações no mercado de trabalho brasileiro (rural e urbano); Políticas da CUT para a geração de trabalho e renda; Economia solidária – conceito, limites e possibilidades; Experiências de Economia Solidária na Região; Papel do sindicalismo e a economia solidária; Projeto de desenvolvimento solidário da CUT;

Locais e Datas: Sul -, Sudeste – Belo Horizonte, 15 a 17 de julho; Centro-oeste – Goiânia, 8 e 9 de julho; Nordeste – Recife, 19 a 20 de julho; Norte -.

⁸⁷

Para a programação dos seminários regionais constava:

⁸⁷ Projeto de Desenvolvimento Solidário. Proposta de Seminários Regionais. Documento 112746. Fonte: CEDOC/ CUT.

1º Dia: Abertura, Transformações no mercado de Trabalho e as políticas da CUT para a geração de trabalho; Economia Solidária – Conceitos, limites e possibilidades; Experiências de Economia Solidária para a região.
 2º Dia: Papel do sindicalismo e a economia Solidária. Trabalho em Grupos; Apresentação dos trabalhos em grupo e debate; Apresentação do projeto de Desenvolvimento Solidário da CUT.
 3º Dia: Trabalhos em Grupos: Políticas de desenvolvimento solidário para a região; Apresentação e debate⁸⁸

Essa foi a proposta que culminou do estudo feito em junho de 1999 apresentado acima, que idealizou a criação de um banco nacional cooperativo de crédito. Das pesquisas e debates encabeçados pela CUT, apontou-se para a necessidade de debater nacionalmente o projeto de Economia Solidária para que, dessa maneira, fosse analisado as especificidades de cada região. Seus resultados seriam compartilhados durante o Seminário Nacional de Economia Solidária.

Em 1999, é publicado os resultados do Grupo de Trabalho de Economia Solidária: *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*. Corresponde ao produto realizado pelo GT que instituiu oficialmente a Agência de Desenvolvimento Solidário. A análise aponta que as privatizações, novas organizações em redes, crescente desemprego, transformações no mercado de trabalho e a própria economia nacional foram os fatores que levaram a necessidade de novas formulações para os trabalhadores. Nesse ambiente de instabilidade econômica vivida pela década de 1990, diante dos quadros de falência e também do surgimento de formas alternativas de trabalho, inicia-se “uma retomada na formação de cooperativas de crédito, assim como novas instituições de crédito vêm sendo organizadas por prefeituras e governos estaduais – os bancos do povo”⁸⁹. Essas instituições se configuram como resultado da organização da sociedade civil em melhorar o acesso a recursos e políticas públicas. Contudo, de acordo com a análise do seminário, constata-se que

a maioria das organizações associativas e cooperativas encontram enormes dificuldades de se estabelecer e de se viabilizar no médio prazo. A falta de organizações de representação destes trabalhadores exigem a readequação das políticas e das organizações existentes para a interlocução com o Estado e a sociedade. Além disso, a falta de políticas públicas ou privadas voltadas pra a assessoria, qualificação técnica, apoio jurídico, comercialização e crédito e a falta de tecnologias adequadas às pequenas

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

escalas de produção deixam estes empreendimentos em frágeis condições de se viabilizar em mercados cada vez mais exigentes⁹⁰

Anteriormente vimos que existem uma série de exigências para a viabilização de cooperativas e sua manutenção. Esse cenário burocrático para sua implementação muitas vezes faz com que os trabalhadores optem por permanecer na informalidade. Inseridos nos denominados Grupos Informais, ficam excluídos da possibilidade de inserção no mercado por manter-se como Associação, apenas, sem poder exercer atividade financeira. Tendo isso em vista, a CUT, através de suas pesquisas, coloca-se como interlocutora entre Estado e sociedade para assegurar a existência desse tipo de empreendimento. Por meio de assessoria e acompanhamento formativo faria com que os trabalhadores se agrupassem. Atribuía à falta de políticas públicas específicas, ou seja, da atuação do Estado, como justificativa para entrar nessa nova relação com os trabalhadores. *A falta de organização de representação* dos trabalhadores interessados nesse tipo de empreendimento seria suprida através da iniciativa de uma das maiores centrais sindicais do país, que, justamente por ter sua estrutura horizontal, poderia estabelecer-se em diversos lugares do território nacional. Para vencer os trâmites que seriam enfrentados pelos trabalhadores, a CUT coloca-se como formadora e assessora para assuntos jurídicos. No final da década, considerando uma proposta inovadora e criativa para a conjuntura brasileira, afirmava que

para viabilizar a expansão da economia solidária, uma série de desafios precisam ser superados, especialmente aqueles relacionados à necessidade de novas políticas e instituições públicas e populares voltadas à representação e, principalmente, ao acompanhamento permanente de demandas de formação, crédito, tecnologia, mercado e gestão. Neste contexto, a Central Única dos Trabalhadores vem debatendo a formulação de uma política sindical para Economia Solidária, organizada através de uma Agência de Desenvolvimento Solidário que desenvolverá políticas de crédito, de formação, de pesquisa e criação e empreendimentos solidários. Ao mesmo tempo, deverá formular propostas pra uma nova legislação que regule e fiscalize as novas relações de trabalho, de políticas públicas para a economia solidária- com prioridade para as políticas de crédito, tecnologia, política fiscal, políticas regionais, setoriais e comercial- e uma

⁹⁰ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*. Central Única dos Trabalhadores, 1999, p. 6.

política para a incorporação dos trabalhadores desempregados e cooperados na base sindical⁹¹

Além de se colocar como intermediária que propunha colaborar e resolver os impasses impostos à criação de cooperativas para os trabalhadores, neste trecho vemos que a Central também se colocava como agente no processo de cobrança por parte do Estado, de políticas e legislação específicas para fiscalizar e promover o avanço das organizações cooperadas. Apesar de nesse contexto existir uma legislação que regulava a existência da cooperativa, não havia, de fato, uma política pública específica para esse setor. Mesmo que os índices – exibidos nesse capítulo – apontassem para um crescimento do setor de cooperativas, ainda não havia nenhuma iniciativa governamental nesse sentido. Ao contrário, ao que parece, esse crescimento de cooperativas e associações eram justamente resultado do aumento da precariedade de vida e do desemprego, além do interesse do empresariado em terceirizar a mão de obra e se livrar das obrigações exigidas pela Consolidação das Leis do Trabalho. Esse quadro fazia com que a CUT fosse uma das pioneiras em elaborar políticas de acesso ao crédito e promoção de cooperativas.

Nesse contexto, outros sindicatos também estavam envolvidos em projetos similares. O Sindicato dos Bancários estava elaborando um projeto de fomento ao crédito popular a juros baixos. O Sindicato dos Metalúrgicos também estava elaborando um projeto que tentava criar uma “Liga das Cooperativas” com intuito de fiscalizar as falsas cooperativas criadas pelo empresariado que buscavam precarizar o trabalho na região do ABC, em São Paulo. Os sindicatos de trabalhadores rurais nesse período também lutavam por cooperativas de crédito para incentivar a agricultura familiar. Encontravam na CUT um espaço para o desenvolvimento dessas iniciativas. Durante a década de 1990, só na região Sul do país a Central colaborou na implementação de 30 cooperativas de crédito por meio do Sistema Cresol.

A economia solidária foi uma nova possibilidade na agenda sindical, e, por essa razão, “a formulação de uma política permanente é uma necessidade urgente”, que levava em conta as novas configurações e realidade do mercado de trabalho. Devia haver, diante dessa nova realidade, uma grande reflexão sobre “o papel do Estado, e principalmente, sobre

⁹¹ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

o papel do movimento sindical e as implicações e mudanças necessárias na organização sindical”⁹². Colocava-se aqui, ao final da década, o longo debate que percorreu as instâncias e Congressos da CUT sobre a função do sindicalismo na ação política do país. Vimos no capítulo anterior que essa discussão percorria os temas de encontros, plenárias e reuniões, e, ainda, que ter uma postura propositiva ou defensiva foi pauta política e eixo de disputa no interior da CUT. Na década de 1990 as propostas de greve ainda se colocavam na ordem do dia. No entanto, claramente estavam se mostrando como uma alternativa que caminhava para um esgotamento, o que pressionava as instâncias sindicais a formularem alternativas *criativas* de articulação e luta dos trabalhadores.

No final de 1998, estava presente nas atas de reunião da executiva da CUT um projeto intitulado “Centro de Atendimento Integrado ao Trabalhador: rumo ao trabalho e a cidadania” de autoria da Central Única dos Trabalhadores, Ministério do Trabalho, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Neste projeto constava que o processo de reestruturação produtiva vivido pelo Brasil nas últimas décadas (1980/1990) que incorporou novas tecnologias, liberação dos mercados financeiros, influenciou “profundamente a desestruturação do mercado de trabalho e das relações trabalhistas”. Era urgente, por isso, parcerias que apresentassem propostas alternativas aos trabalhadores. E, embora ações de qualificação profissional, e programas de geração de trabalho e renda fossem responsabilidade do Estado, “pode tornar-se mais efetivas com a participação de toda sociedade, parceiros governamentais, empresários e entidades sindicais”⁹³. Os dados trazidos pelo projeto, coletados no Ministério do Trabalho, apontavam que entre 1989 e 1995, 20% da população ocupada deslocou-se da indústria para o setor terciário; entre 1990, o emprego formal na indústria caiu quase 30%, eliminando diversos postos de trabalho. Nesse cenário, em parceria com organizações governamentais, era proposto criar este programa que buscava, dentre outras coisas, aplacar o desemprego e promover geração de renda. Neste aspecto, era necessário:

Desenvolver e implantar o programa de crédito assistido, em conjunto com os parceiros, contemplando as seguintes ações: realizar o mapeamento dos polos produtivos e empreendimentos potenciais, com vistas à subsidiar as

⁹² Idem.

⁹³ Projeto Centro de Atendimento Integrado ao Trabalhador: rumo ao trabalho e a cidadania. Central Única dos Trabalhadores; Fundo de Amparo ao Trabalhador, Ministério do Trabalho. Fonte: CEDOC/CUT.

ações de crédito assistido; identificar iniciativas individuais, familiares e de pequenas unidades de produção, a fim de viabilizar assistência necessária; promover divulgação do programa junto às comunidades; realizar o cadastramento dos candidatos interessados na obtenção do crédito; receber, analisar e selecionar propostas dos candidatos inscritos no programa de crédito, emitindo parecer técnico sobre a viabilidade econômica do empreendimento; promover capacitação profissional dos inscritos no programa; encaminhar os processos deferidos à instituição financeira que concede créditos; acompanhar os empreendimentos assistidos, analisando sua evolução e avaliando seus resultados; prestar assistência técnica aos empreendimentos assistidos. Realizar o mapeamento da produção de empreendimentos associativas/cooperativas, com vistas a subsidiar as ações de apoio, identificar potencialidades associativas e/ou cooperativas, promover a capacitação, apoio creditício e fornecer assistência técnica à formação de associações e cooperativas, acompanhar os empreendimentos analisando sua evolução e resultados, propor, em conjunto com entidades cooperativistas, a política integrada de cooperativismo⁹⁴.

Esse projeto, realizado em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador e Ministério do Trabalho, não tem mencionando em nenhum ponto ao longo de sua justificativa e objetivos qualquer menção à solidariedade ou Economia Solidária. É uma iniciativa, junto aos órgãos governamentais, de mapear, assistir e promover o crescimento das cooperativas e fornecimento de crédito para população. Esta proposta está inserida no contexto de desemprego e procura por alternativas para o mercado de trabalho. Esse projeto não é desenvolvimento da Agência de Desenvolvimento Solidário, que, nesse contexto, ainda se encontrava em fase de elaboração. Havia apenas o Grupo de Estudos que faziam as pesquisas necessárias que culminariam na sua criação em 1999. No entanto, nele também a CUT se colocava como interlocutora entre trabalhadores e Estado, promovendo assistência jurídica, apontando para a necessidade de crédito, de mapeamento de possibilidades de criação de cooperativas e propunha meios para a fiscalização desses empreendimentos. Apesar de ver com ressalvas a promoção de cooperativas e fornecimento de crédito fora do âmbito da ES, nesse momento se delineava paralelamente esse projeto.

Voltando às concepções do Grupo de Trabalho, os resultados obtidos ao longo do ano de 1999 foi firmado em 03 de dezembro quando oficialmente instituiu-se a Agência de

⁹⁴ Projeto Centro de Atendimento Integrado ao Trabalhador: rumo ao trabalho e a cidadania. Central Única dos Trabalhadores; Fundo de Amparo ao Trabalhador, Ministério do Trabalho. Fonte: CEDOC/CUT.

Desenvolvimento Solidário. Como vimos, Paul Singer deu contribuição fundamental e estava presente nesse momento. Em 1998 e 1999 quando se iniciou o debate no interior da CUT para o desenvolvimento estudos sobre Economia Solidária, além de professor da Universidade de São Paulo, Singer era coordenador do Grupo de Trabalho de Economia Solidária da Unitrabalho. Para o Seminário Nacional de Economia realizado pela CUT em 1999, colaborou com formulações teóricas que serviram de orientação. No *Reflexões sobre o projeto da CUT* publicou dois artigos que refletem o papel da ES. No primeiro, explica o percurso das cooperativas internacionalmente e também no Brasil e a importância delas para o enfrentamento da crise de empregos e taxas de juros elevadas do mercado. Trazia dados sobre cooperativas que, diante da atuação da ANTEAG, conseguiram passar para gestão dos trabalhadores em forma de cooperação, 15.000 trabalhadores naquele período, associados à ANTEAG. Neste quadro geral, fins da década de 1990 e início dos anos 2000, afirmava que a Economia Solidária poderia ser uma resposta para a luta dos trabalhadores por proporcionar uma nova forma de sociabilidade e relação de trabalho pautada na solidariedade entre os pares: “A economia solidária enquanto realidade concreta e alternativa ao capitalismo está sendo construída no Brasil, apesar de todas as dificuldades [...] É fundamental, no entanto, que as centrais sindicais se envolvam mais nesta batalha, que é de interesse vital para a classe trabalhadora”⁹⁵. O economista pontuava também que apesar do cooperativismo remontar aos ingleses e suas organizações, e, aqui no Brasil ter existido diversas iniciativas até aquele momento, era necessário classificar esses dois tipos de iniciativas dado o momento, contexto político e intenção no qual procurava se realizar. O que era proposto no final da década de 1990 pela Economia Solidária era um novo cooperativismo, marcado pela “crise ideológica da esquerda e a necessidade de enfrentar o neoliberalismo e a atual crise das relações de trabalho”. Havia esse ponto fundamental que cindia as iniciativas. O novo cooperativismo constituía a “reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de renda e trabalho, contra a pobreza e exclusão social”⁹⁶.

⁹⁵ SINGER, Paul. A origem do cooperativismo. In: *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999, Central Única dos Trabalhadores. Fonte: CEDOC/CUT.

⁹⁶ Idem.

Esse arcabouço teórico serviu para embasar o modelo de cooperativas pensado e articulado pela CUT. Em um segundo artigo, Singer oferecia formulações teóricas que indicavam possibilidades de funcionamento e organização interna das cooperativas. Em suas análises vemos a coadunação de discurso que mais tarde irá finalizar o projeto defendido pelo sindicato. Nesse momento, o autor afirmava que

As cooperativas e as pequenas empresas são coisas muito distintas, mas ambas não são capitalistas: não há exploração – seja na pequena empresa sem assalariados, seja na cooperativa. A empresa coletiva é mais complexa e portanto é diferente da pequena empresa. Por isso resisto a coloca-las na mesma categoria, como se integrassem um setor homogêneo, chamado ‘economia popular’. E eu diria que as duas merecem ser apoiadas, e mais: eu faria, pessoalmente, campanha para que todos pequenos empresários entrassem em cooperativas de produção ou comercialização, em perder autonomia, porque isso os fortaleceria. O pequeno empresário, totalmente isolado, sempre está em perigo de rapidamente submergir pois ele é muito frágil⁹⁷.

O pai da ES no Brasil sugeria estratégias de atuação e possibilidades de agregar não só os trabalhadores desempregados e informais, mas também os pequenos empresários já existentes. Como veremos mais abaixo, a preocupação de como isso se daria foi um tema presente durante o desenvolvimento do projeto de economia solidária da CUT. Tinha-se apreensão sobre a maneira pelo qual se daria essa nova forma de sindicalizados. Até então os trabalhadores vinculados aos sindicatos eram os que possuíam registro formal o que garantia as estratégias de lutas que eram pautadas por greves e paralisações. A partir do momento em que se propunha uma nova agenda sindical pautada pela livre associação era necessário pensar em como juntar, representar e reunir os trabalhadores no sindicato, já que seriam autônomos, donos do próprio negócio.

É importante ponderar as considerações de Paul Singer. Se trata de um intelectual que circulava entre sindicatos e partidos políticos. O economista havia sido membro da Fundação Wilson Pinheiro, fundação política do Partido dos Trabalhadores desde a década de 1980 no momento em que ele formulava teoricamente os preceitos da economia solidária, divulgada na década de 1990. Ao longo de sua militância participou das instâncias intelectuais do PT, colaborando para formulações de projetos e ações políticas, tal como

⁹⁷ SINGER, Paul. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil. In: *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999, Central Única dos Trabalhadores. Fonte: CEDOC/CUT.

vimos anteriormente, servindo de consultor. Notar esse trânsito é importante pois o projeto de economia solidária encabeçado e defendido pela CUT ao final da década de 1990, então colocado para marcar oposição ao projeto social do governo, se transforma na própria política de governo após 2002. Desde a sugestão de cooperativas como alternativa ao desemprego até assumir a economia solidária como estratégia, a CUT propõe cobrar e fazer pressão para que o Estado adote políticas públicas que subsidiem essa formulação. Após a vitória do Partido dos Trabalhadores em 2002 com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, esse quadro se transforma. O governo cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e imediatamente seu presidente passa a ser o principal defensor e formulador dessa escola: Paul Singer. Cabe a nós analisar se a postura da CUT diante desse quadro se transforma, se o que antes era proposto como estratégia se modifica, se amplia as cooperativas, etc. Por isso que nos detemos nas conceituações fornecidas por Singer no projeto da CUT. Uma por ele ter de fato participação nesse processo e outra por ser a figura que vai presidir a maior iniciativa pública de economia solidária no país.

Naquele contexto, Singer colocava-se no debate respondendo se a economia solidária seria contraditória com a estratégia na luta pelo emprego. Obviamente que a entendia como fundamental para o desenvolvimento e garantia desse. Mais que isso, ressaltava a todo momento a proeminência e importância do papel do sindicato nessa luta. Se historicamente foi responsável pela defesa dos trabalhadores e seus direitos, diante do cenário contemporâneo devia se colocar como agentes que propõe política alternativas:

os próprios sindicatos têm que ter uma cultura cooperativa, conhecer os princípios, saber quais são os direitos dos associados e começar a trabalhar com os trabalhadores, mostrando a eles quando estão sendo enganados. É preciso que desenvolvam um trabalho de formação com esses trabalhadores e, ao mesmo tempo, filiar esses cooperados ao próprio sindicato: não há nenhuma contradição nisso, ao contrário, quanto mais solidário melhor⁹⁸.

Singer vai endossar a ideia de que por meio dos sindicatos deve ocorrer uma emancipação da consciência e luta dos trabalhadores. Como veremos, no discurso geral do projeto proposto pela Central Única dos Trabalhadores a questão do papel fundamental dos sindicatos será obviamente defendida por eles. O que isso vai acarretar é pensar o papel do

⁹⁸ Idem.

Estado e a forma pelo qual se daria essa formação de uma nova consciência dos trabalhadores.

Pautada como alternativa estratégica de ação sindical em suas resoluções, no projeto que deu origem à ADS, a Economia Solidária se configurava como marco de atuação que refletia de um lado a crise no mundo do trabalho e, de outro, a crise no sindicalismo. Sobre esse último aspecto, afirmava-se que uma das principais faces dessa crise tinha raízes históricas na herança do modelo corporativo. Vimos que ao longo das reuniões e resoluções a CUT procurou sempre se distanciar desse vínculo, oferecendo uma perspectiva de horizontalidade que confrontasse o corporativismo. No entanto, naquele momento, considerava-se que a pouca organização nos locais de trabalho e a baixa capacidade de resistência dos trabalhadores é fruto dessa herança getulista que se refletiu ao longo da história de atuação dos sindicatos, alcançando o modelo da CUT, ainda que essa procurasse se desfazer dessas amarras. Somou-se a esses fatores as novas relações de trabalho que davam novos sentidos a atuação sindical. De acordo com o documento, a erosão do modelo com características fordistas de produção e o predomínio do trabalho industrial, junto ao modelo padrão de acumulação flexível, obrigou os sindicatos a repensarem suas formas de atuação. Se a princípio o sindicalismo baseava sua atuação principalmente voltada aos trabalhadores que estavam formalmente contratados, especialmente nos centros urbanos em que os operários estão concentrados no emprego industrial, naquele contexto da década de 1990, registrava-se um novo tipo de trabalhador marcado pela informalidade. Em uma pesquisa divulgada por estudiosos do IPEA e IBGE, apontava o exponencial crescimento da informalidade:

nos seis primeiros anos da década anterior, de 1991 a 1996, o grau de informalidade passou de 40% para 47% no conjunto das seis RMs [Regiões Metropolitanas] cobertas pela PME/IBGE [Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE]. De meados de 1996 até o final de 1997, o ritmo de crescimento diminuiu e a informalidade ficou próxima de 48%. Como reflexo das agruras por que passou a economia brasileira em 1998 e 1999, o funcionamento do mercado de trabalho mudou, levando a informalização a retomar fôlego: nos últimos meses de 1999, ela ultrapassou a marca de 50%, chegando a 51% no início de 2000. Ao longo desse ano houve ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50% durante os anos de 2001 e 2002⁹⁹.

⁹⁹ RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valeria. *Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no período 1991-2005*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006, p. 04.

Diante desse quadro de avanço do setor informal e com a crise econômica dos anos 1990, onde via-se avolumar desempregados e trabalhadores informais tornou-se necessário a maior central sindical do país questionar “que políticas temos para estes trabalhadores? Que formas de organização lhes estamos propondo?”¹⁰⁰. As análises sobre as perspectivas pareciam desanimadoras. Nesta publicação, fruto do Seminário Nacional, o teor era de pessimismo no que se refere as possibilidades sindicais:

E não há perspectivas de melhorias, segundo as propostas de debate entre os setores dominantes. O debate atualmente travado entre os diferentes grupos sobre a retomada do desenvolvimento não sinaliza na direção da retomada de um crescimento sustentado e com distribuição de renda. As alternativas tradicionais também não têm demonstrado resultados satisfatórios. O Proger, o Pronaf, o seguro desemprego e formação profissional, adotados nos anos 90, têm um alcance bastante limitado. Por isso o debate atual na CUT se dá em torno da necessidade de pensar novas formas de promover o desenvolvimento¹⁰¹

É notório a projeção futura sobre as novas condições de trabalho, pautada por novas relações que não a tradicionalmente vivida. Essa perspectiva era entendida tanto para os centros urbanos e o industrialismo, quanto para os trabalhadores rurais que, diante da crise, tinham cada vez mais precarizadas as condições de vida. Nesse cenário adverso, em que não havia previsibilidade de melhoras, era entendido que por mais que houvesse iniciativas como a exposta acima, do Projeto de Integração para o emprego – em parceria com FAT e MT -, essas iniciativas apenas serviriam para estancar uma crise momentânea. Serviria para amenizar um problema que era estrutural e que iria se prolongar com o avanço do neoliberalismo. Tendo isso em vista, ponderou-se que a ampliação de oportunidades para os trabalhadores deveria passar por estratégias vinda de políticas públicas nacionais de expansão e fortalecimento do emprego, no entanto, como isso não resolveria o problema ao fundo, era necessário a “promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional que viabilizem processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riqueza”¹⁰². Vê-se que a opção pela economia solidária como pano de fundo teórico era embasada de acordo com a proposta defendida pelo seu principal formulador, Paul Singer. Acima vimos que o economista afirmava que essa é um potencial frente ao capitalismo,

¹⁰⁰ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem.

alternativa ao neoliberalismo por corresponder a um novo padrão de relações de trabalho, desenvolvimento e também relações humanas. Com a ES seria possível enfrentar as mazelas do neoliberalismo pela classe trabalhadora, não só contornando os efeitos de desemprego, pobreza, carestia, mas também constituindo-se como verdadeira alternativa que corresponde a um novo projeto social pautado no socialismo como horizonte. Como vimos, a CUT defendia como posicionamento ideológico o socialismo como estratégia e única saída frente ao cenário brasileiro. A última resolução da década, tal como vimos, anos antes da afirmação da Economia Solidária como ação política, defendia a necessidade e reafirmação desses valores e já oferecia também as cooperativas como solução para o agravamento da crise econômica. Ao final de 1999 a reafirmação desses valores ocorreu por meio da ES, entendida como um potencial transformador da realidade e dos fenômenos econômicos em curso. Não apenas uma medida para aplacar crises momentâneas, uma das realidades do crédito solidário e das cooperativas, mas era necessário pensar novas formas de promover o desenvolvimento interferindo na realidade com um novo projeto de sociedade. Ou seja, nesse momento não se pensava as cooperativas e associações apenas como uma saída para as crises, embora o projeto e avanço da CUT em direção a essa ideia tenha ocorrido por causa dela, mas elaborava-se uma concepção alternativa à realidade vigente. Esse também era o fim último da ES proposta por Paul Singer em suas formulações e mais tarde defendidas por seus seguidores nessa escola do pensamento econômico.

Com a tentativa de uma leitura histórica sobre o papel das cooperativas afirmava-se que “apesar das polêmicas existentes neste campo, é bom lembrar que a ação conjunta de sindicatos e cooperativas foi uma das principais estratégias de enfrentamento do capitalismo após a primeira revolução industrial. Durante longo tempo, as cooperativas tinham estreito vínculo com o movimento sindical e com o ideário socialista”¹⁰³. Era realizada a mesma análise histórica que Singer havia ponderado em suas pesquisas para mostrar a importância desse tipo de empreendimento para os trabalhadores, que, ao contrário daquele período, agora estaria embasada por uma visão de mundo que seria a Economia Solidária. Neste mesmo documento, ao se pensar as propostas para as políticas de trabalho reforçavam o fato de que a preocupação fulcral sempre foi a busca e luta pelo emprego. Ao optar pela ES, também se optava por uma visão estratégica de desenvolvimento que iria viabilizar um novo

¹⁰³ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

processo de crescimento econômico com estabilidade e distribuição de renda. Iniciava-se então a discussão sobre a viabilidade da junção entre economia solidária e atuação sindical:

Os debates realizados pelo sindicato sobre o papel da economia solidária no desenvolvimento brasileiro colocam algumas questões de fundamental importância para a reflexão sobre as perspectivas desse projeto [o projeto nacional para criar a Agência de Desenvolvimento Solidário]. A maior incógnita presentes nos debates é sobre o papel da economia solidária num novo projeto de desenvolvimento. Dessa questão derivam-se outras de igual importância: qual o futuro do emprego? A economia solidária pode ser uma alternativa de desenvolvimento do modelo capitalista?¹⁰⁴

Na discussão sobre sindicalismo e envolvimento com projetos de Economia Solidária, debate recorrente ao longo das análises do Seminário, é possível perceber que se tenta indicar certa proeminência do papel desses com o desenvolvimento e criação de cooperativas. Isso porque, apesar de os sindicatos ingleses terem um histórico de envolvimento com a criação de cooperativas, os trabalhadores cooperados são donos dos próprios negócios e se constituem como outra categoria de associação. Não se encontra na mesma linha de sindicalização que o operário formalmente contratado. Como se daria a aproximação e elo entre sindicato e cooperativas era um tema pensado e costurado pela Central Única dos Trabalhadores. Obviamente que pode existir por parte dos próprios trabalhadores sindicalistas o interesse em defender a classe trabalhadora e seus interesses, esse é papel primordial dos sindicatos, afinal! No entanto, a conexão entre cooperados e CUT é fundamental para garantir a própria existência da instituição. Seria necessário, então, realizar pesquisas regionais que apontassem núcleos possíveis para existência de cooperativas de acordo com índices de desemprego, pobreza, falência de empresas, trabalho informal, precarizado, enfim, uma série de fatores para, em um segundo momento reunir esses trabalhadores e convencê-los a se unirem em uma associação comum. Talvez por isso em todas as propostas da Central, após debater o papel do sindicalismo e novos projetos para os trabalhadores de geração de empregos, todos os que envolvem cooperativas e fornecimento de crédito possui um tópico sobre formação e assistência na criação das

¹⁰⁴ Propostas da CUT para as políticas de Emprego. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

instituições. Fornecer assistência jurídica ou de lógica empresarial é uma maneira de garantir o vínculo dos cooperados com o sindicato.

Dessa maneira, dado o debate sobre as possibilidades de envolvimento de política sindical com economia solidária era proposto uma análise que focava no discurso das transformações do mundo do trabalho e a necessidade de uma rearticulação dos trabalhadores:

As propostas da CUT para um novo projeto de desenvolvimento no Brasil, voltado prioritariamente para a geração de emprego, tem o objetivo de superar tanto os condicionantes conjunturais quanto estruturais do desenvolvimento econômico. As limitações conjunturais precisam ser revistas através de políticas de solvência do Estado que possibilitem a redução das taxas de juros, retomada do investimento nos setores produtivos, a renegociação das condições de abertura de um sistema público de emprego¹⁰⁵.

O que se propunha, como é possível ver, era uma estratégia que interferia na realidade imediata, na conjuntura, e também algo amplo que tivesse alcance na estrutura econômica e social a tal ponto que faria o Estado tomar medidas que dessem continuidade a esse desenvolvimento benéfico para a sociedade. Nesse mesmo texto apontava-se como urgente e fundamental canalizar crédito para atividades produtivas e para outras áreas consideradas “prioritárias”. Sem definir quais áreas, apontavam-na como necessária para o desenvolvimento social.

No entanto, o foco do debate era apontar como as transformações do mundo do trabalho e a crise econômica que se iniciou desde a redemocratização brasileira com avanço do neoliberalismo e constante associação com o FMI pelo Estado brasileiro, forçaram os sindicatos a procurarem novas alternativas propositivas aos trabalhadores. Tamanha a crise provocada por essa junção de fatores que se colocava na ordem do dia a mudança dos condicionantes macroeconômicos combinado com políticas regionais de promoção de emprego. Era importante considerar, naquele momento, que “as experiências locais têm sido analisadas não só pelo seu impacto local, mas como portadoras de novos conceitos e até de profundos questionamentos aos sistemas tradicionais de promoção de crédito e produção, de

¹⁰⁵ Idem.

organização social e de política”¹⁰⁶. Esses experimentos localizados geraram uma emancipação dos trabalhadores, aos olhos da CUT, que poderiam servir como alternativas consistentes de emprego e geração de renda que, apesar de integradas à economia de mercado, poderiam ser contrárias à sua lógica. O que fazia os elaboradores desse projeto terem esse potencial em vista e acreditarem nele, eram os pressupostos de solidariedade presentes nas teses de Paul Singer. Como vimos, de acordo com ele, tanto a ES poderia ser apenas um braço do desenvolvimento capitalista propondo soluções voláteis para o momento, quanto poderiam a longo prazo colocarem-se como obstáculo ao capitalismo, superando-o como modelo de desenvolvimento. Contudo, para isso, seria necessário não só análises econômicas, financeiras e sociais, mas também a esperança na mudança de mentalidade dos envolvidos. Não à toa, o livro em que divulga essas teses carrega o título *Uma utopia militante*¹⁰⁷. Era necessário um caráter de militância nesta tarefa que reconfigurasse o cenário econômico e social. Tendo isso em vista, pautavam-se nas considerações trazidas por esse teórico e ponderavam:

Paul Singer vê a economia solidária inserida num processo de revolução social. Essa tese se contrapõe à tese da revolução política (a conquista do poder estatal como único caminho para a revolução socialista) e defende que a transferência dos meios de produção para os trabalhadores deve ser resultado de um processo em que os próprios trabalhadores estejam desejosos e habilitados a assumir o controle dos meios de produção. [...] Segundo essa visão, as experiências de economia solidária, especialmente as cooperativas, seriam também potenciais embriões de um processo de revolução social socialista¹⁰⁸.

Esse caminho aberto para a revolução social seria possível pois estariam pautados na primazia de valores mistos, solidariedade, democracia e emancipação se combinariam à uma eficiência econômica que colocariam as experiências das cooperativas não só em coexistência com o mercado capitalista, mas na condição de questionador desse. Ou seja, contava-se não só com o sucesso dos empreendimentos economicamente, mas esperava-se também uma mudança moral vinda da solidariedade entre os pares envolvidos no empreendimento. Citavam para a afirmação dessa mudança de postura entre os homens o debate provocado, no contexto, por Fernando Haddad, no qual considerava que os empreendimentos da economia solidária seriam possibilitados em função de uma “educação

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

¹⁰⁸ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999, Central Única dos Trabalhadores. Fonte: CEDOC/CUT.

cívica” que despertaria o interesse sobre o cenário da política nacional. Essa nova consciência se realizaria nos próprios ambientes de trabalho que, através do exercício da democracia forçado pela convivência o desejo de participação seria inflamado. Nas cooperativas todos são autônomos e donos do empreendimento, portanto, seria necessário que os sujeitos envolvidos conversassem entre si para chegarem a um acordo democrático sobre as decisões a serem tomadas. Além disso, dentre as benesses, teriam a capacidade de resistir aos momentos de crise econômica justamente por não responderem moralmente, por assim dizer, de forma que divida e agudize ainda mais a crise. No projeto *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, apresentava uma imagem ao público simbólica do teor do discurso sobre economia solidária:



Figura 2. O socialismo empreendedor. *Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. Central Única dos Trabalhadores, 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

Idealismo X Realismo como categorias opostas, mas complementares, uma formando e permeando a outra por meio da fusão do espírito solidário e espírito empreendedor,

característica típicas das relações pautadas pelo modo de desenvolvimento capitalista. O fruto desse processo são os empreendimentos econômicos solidários que por meio da cooperação, planejamento, capacitação, autogestão serviriam para uma realidade transformadora dos meios de produção, da conjuntura econômica e também da estrutura.

Ao garantir a igualdade de participação dos rumos da cooperativa, seja ela de qualquer ramo, pressupõe-se também a ideia de que existe a igualdade aos meios materiais, ou seja, aos recursos econômicos provenientes de seus resultados. Esses recursos também se transformariam em recursos políticos uma vez que seria necessário aos participantes garantir a democracia, através das negociações internas sobre as decisões a serem tomadas, e também dividir igualmente os resultados materiais. Sendo assim, a forma de socialização da riqueza corresponderia a uma forma de socialização da propriedade, por isso a mudança de mentalidade prevista nesses tipos de empreendimentos pautados pela Economia Solidária:

Em síntese, poderíamos considerar que as possibilidades da economia solidária se situam nos seguintes aspectos: os projetos de economia solidária apresentam grande potencial de ampliação das possibilidades de geração de novas oportunidades de trabalho. A economia solidária propicia uma maior democratização da gestão do trabalho, uma valorização das relações humanas e é também um caminho viável para uma maior distribuição de renda. A expansão de cooperativas de crédito pode propiciar uma maior democratização do crédito. As redes de economia solidária podem ainda ser instrumentos com grande potencial de fortalecer o desenvolvimento local integrado sustentável e um caminho para a transformação social.¹⁰⁹

Essa ordem de questões que se colocou sobre as possibilidades desejadas para o desenvolvimento da economia solidária que levava em consideração a emancipação do trabalhador, nova configuração econômica que estaria em rumo para uma transformação social suscitou dúvidas quanto a um problema fundamental: o papel do Estado nesse processo. Para além das indagações sobre como se configuraria o novo mercado de trabalho pautado pelos laços de solidariedade, questionava-se de que maneira se dariam a relação com o Estado, o papel desse, a pressão dos trabalhadores e cobrança por políticas públicas. Ora, uma vez que se esperava também uma transformação social, era fundamental pensar as possibilidades futuras sobre a atuação desse.

¹⁰⁹ Idem.

A grande dúvida presente neste debate é se o fortalecimento do papel propositivo via sindicato para implementação de cooperativas que garantiria geração de emprego e renda estaria reduzindo ou até mesmo desresponsabilizando um papel que seria do Estado. Já vimos que a CUT parecia se colocar como interlocutora entre sociedade civil e governo, adotando um discurso em que se colocava como imprescindível nesse processo. Por formular e dar coro não só a ideia de uma nova proposta de projeto de desenvolvimento social, mas por fornecer as bases pelo qual isso ocorreria por meio da assistência jurídica, capacitadora, etc. Esse projeto é o que daria vida a Agência de Desenvolvimento Solidário em 1999/2000. Por acreditar que a ES teria um papel transformador da realidade a preocupação sobre o papel estatal se fez presente. Ora, além de estar trabalhando e cumprindo um papel que seria do Estado, deveria se pensar também como seria a reação desse frente às transformações provocadas por um novo padrão de solidariedade. Nessa ordem, as questões que se colocavam eram: “a grande dúvida presente neste debate é se o fortalecimento propositivo da sociedade e sua participação direta na execução de políticas de desenvolvimento não estaria reduzindo a pressão política para que o Estado assuma o papel que defendemos. Quais seriam as políticas públicas para o fortalecimento da economia solidária?”¹¹⁰ Se por um lado o sindicato propunha pressionar as instâncias governamentais para garantir políticas públicas ainda inexistentes, como reagir caso as políticas que foram propostas via organização dos trabalhadores se tornassem políticas de estado?

Arelado a esse fator, sobre o papel do estado, tinha-se de volta inevitavelmente o papel dos sindicatos. Havia a crítica ao corporativismo e atribuía-se, naquele contexto, esse como o culpado pela crise em que se encontrava os sindicatos. O papel tutelador do Estado não havia sido dizimado completamente e vez ou outra a CUT via-se envolvida em demandas estatais ou até mesmo tendo que realizar negociações com o setor empresarial e governo. Como vimos no capítulo um, esse foi um debate amplo que esteve no enalço das discussões sobre atuação sindical. Ainda na década de 1990 os dirigentes, a partir de longos debates, se negavam em ceder às políticas de negociação. Recusavam encontros, não queriam manchar a opinião pública deixando transparecer via imprensa que a CUT participava desses encontros tripartites. A mudança de postura foi ocorrendo paulatinamente, conforme novas

¹¹⁰ Idem.

demandas de negociação foram sendo colocadas. Reuniões com setores do empresariado foram surgindo, embora sempre vistos com muita desconfiança e sempre denunciado como uma tentativa de cooptar os trabalhadores ou tornar maleáveis as garantias trabalhistas. Temos desse raciocínio que, ao se impor como mediadora entre Estado e sociedade a CUT acaba por cumprir o papel desse em resolver problemas sociais com propostas de políticas públicas efetivas. E, em outro plano, volta-se ao problema de ser prescindível ou não os sindicatos e a existência deles. Caso a pressão feita pela sociedade por meio das políticas propostas pelo sindicato de resolver os problemas da pobreza e desemprego sejam bem recebidas, como continuar tendo relevância e proeminência nesse percurso aberto pelo próprio sindicato. E mais, soma-se a isso a questão de como organizar os trabalhadores cooperados e que se beneficiaram dos sistemas de crédito no sindicalismo? Essas questões que pareciam imbróglios, ou ditos de outra maneira, questões que poderiam parecer uma estratégia malsucedida para a sobrevivência do próprio sindicato tiveram destaque no debate sobre a viabilidade do projeto de economia solidária. Surgia, então, após discorrer sobre as benesses de uma sociedade transformada socialmente pela ES, um novo campo de questões: “o sindicato deve representar os trabalhadores autônomos e cooperados? Que políticas o sindicato deveria executar na economia solidária? Qual deve ser a relação entre sindicatos e cooperativas? Como iniciar políticas alternativas de geração de trabalho se não há um processo prévio de organização dos desempregados? [...] Há algumas limitações concretas que precisam ser atacadas”¹¹¹.

Era necessário pensar em estratégias que garantissem o trabalhador informal atrelado ao sindicato e que o convencesse a se associar com outros trabalhadores informais em uma empreitada rumo à transformação social. Constatou-se que para além da dificuldade de identificar e reunir essas pessoas, desempregados e trabalhadores do setor informal, seria em si um processo árduo. E, a permanência deles congregados um outro nível de dificuldade, considerado mais abstrato: “são limitações subjetivas relacionados à experiência cultural dos trabalhadores e questões relacionadas à viabilização econômica dos empreendimentos solidários”¹¹². Acima vimos que a ideia de uma “educação cívica” seria uma forma de garantia e sobrevivência das cooperativas. Mas, antes desse processo que seria inerente acontecer, precisaria reunir esses trabalhadores. Afirmava-se então a constatação de que

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

“sem uma dimensão estratégica e sem processos formativos, muitos grupos não mantêm um projeto coletivo e solidário a longo prazo”. Ao confiar num processo cívico gerador de convivência democrática, parecia o sindicato confiar numa consciência de classe imanente dos trabalhadores. No entanto, quando a discussão sobre a importância da “formação” dos trabalhadores aparece, é analisada rapidamente sem maiores argumentações teóricas. É declarado que

a maioria dos trabalhadores ainda está presa ideologicamente à subordinação, possuindo precários conhecimentos de gestão e baixíssimo espírito empreendedor. O sucesso dos empreendimentos solidários depende de um processo lento de mudança cultural, de comportamentos, combinado com capacitação técnica. [...] Os elevados níveis de competitividade exigem, além da adequação das organizações, um conjunto de políticas que garantam condições mínimas de acesso aos mercados. As barreiras tecnológicas, legais, tributárias, comerciais e de escala devem ser superadas tanto por políticas públicas quanto por organizações e por redes de apoio e assessoria. Além desses problemas, um destaque especial precisa ser dado à formação, com dois objetivos: adensar a conscientização em torno do significado do cooperativismo e associá-lo às conquistas sindicais históricas”¹¹³.

Esse trecho consiste, neste momento, toda a análise da CUT sobre o papel da formação dos trabalhadores. Ao longo do projeto, ainda que o tema pairasse no debate, é neste único momento que se explana sobre o processo formativo dos trabalhadores. Genérico e amplo, de certa maneira afirma que a cultura dos trabalhadores ainda está ligada à ideia do “todos contra todos” proveniente da cultura capitalista de competição e, além disso, possuem *baixíssimo espírito empreendedor* em função da *subordinação*. Fator que, diante das barreiras já impostas pelo grau de desenvolvimento tecnológico do capitalismo, torna indispensável uma intervenção dos sindicatos que, por fornecer toda a base de funcionamento e operação, se tornariam verdadeiros assessores dos empreendimentos. *Adensar a conscientização* soa, neste trecho, em convencer o trabalhador e associados do indispensável papel do sindicato, não só por fornecer todo o suporte necessário, mas deve-se *associa-lo às conquistas sindicais históricas*. Ou seja, reforça o papel do sindicato como verdadeiro formador de consciência, que traria os sujeitos de uma condição de *subordinados* para *autônomos*, no entanto, tutelados pela imprescindível atuação deles. A conclusão geral a que se chega nesse momento, diante das questões colocadas sobre a viabilidade da

¹¹³ Idem.

economia solidária, é sobre o fundamental embate político e o processo constante de formação social para que se vença as barreiras estruturais vivenciadas pelos trabalhadores:

A expansão da economia solidária depende então de políticas que visem o apoio direto, via formação, crédito, assessoria, etc, com políticas que visem a superação de condicionantes econômicos, como as políticas macroeconômicas, os condicionantes legais e as políticas públicas. Além disso é fundamental a reorganização da agenda sindical para que os sindicatos estejam politicamente aptos a representar e organizar os trabalhadores desempregados e cooperados.¹¹⁴

Propunha-se então um novo modelo de agenda sindical que contemplasse não só a categoria dos trabalhadores formais, área típica de atuação política ao longo da existência da CUT, mas agora, diante da crise econômica e o crescente desemprego que colocava em risco a própria existência da maior sindical do país, pensava-se em um modelo que garantisse em um só lance, geração de renda e continuidade do sindicalismo. Assim, ao final da discussão do projeto foi proposto de forma genérica:

Nesse sentido, deveríamos formular a estratégia da CUT para a economia solidária em quatro frentes de ação articuladas: 1. A organização da Agência de Desenvolvimento Solidário, com políticas de crédito, formação, pesquisa, incubação e outras; 2. A formulação de propostas e a mobilização dos trabalhadores por uma nova legislação que regule e fiscalize as relações de trabalho nas cooperativas; 3. A formulação e a mobilização por políticas públicas para a economia solidária, como as políticas de crédito, tecnologia, política fiscal, políticas regionais e setoriais e abertura comercial; 4. Política de organização sindical para a incorporação dos trabalhadores cooperados na base sindical.¹¹⁵

Em todo momento vemos atrelado a formação de consciência à imprescindibilidade do sindicato no desenvolvimento das cooperativas e na formulação de políticas alternativas de geração de empregos. Uma dependia da outra. Para garantir a viabilização do projeto era necessário também garantir a própria existência e pensar estratégias que atrelasse os trabalhadores reunidos em torno da CUT. Vemos então que para além da questão principal que era encontrar alternativas ao desemprego e amenizar a condição de vida precária dos trabalhadores, havia a preocupação da garantia da própria existência. Não se afirmava isso diretamente. Como vimos, o discurso estava marcado por um tom de mostrar o sindicato

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

como agente indispensável no processo de formação de consciência e organização dos trabalhadores, ideia defendida por Singer em suas elucubrações sobre a economia solidária e o papel da CUT nessa área.

Por fim, para a proposta de criação da Agência de Desenvolvimento Solidário, que levaria a cabo a criação e progresso das cooperativas, é sugerido via Singer que “para a economia solidária crescer no Brasil é fundamental aprofundar a luta no plano legal”. Longe de propor-se como alternativa que correria de forma paralela às ações governamentais, desde o início das formulações é apregoado a ES como forma de pressionar o Estado por ações concretas nesse campo. A opção é feita pela via institucional. A defesa dessa ideia se justifica:

É preciso abrir o caminho para as cooperativas de crédito. O Augusto de Franco, conselheiro do Comunidade Solidária, conseguiu aprovar uma Medida provisória, que cria as tais entidades da sociedade civil que podem ser também entidades que concedem crédito, microcrédito, etc. Conseguiu-se que o Conselho Monetário Nacional aprovasse uma resolução permitindo isso, o que é um avanço.¹¹⁶

No contexto de elaboração, previa-se que as cooperativas pudessem ter funcionamento legal como Organizações da Sociedade Civil (Oscip). Essa denominação surgiu no final dos anos 1990 determinando que essa figura jurídica pudesse operar com carteira de crédito por meio da lei nº 9.790/99 de 23 de março de 1999, artigo 3º, Inciso IX. A lei da usura, que regula os lucros das instituições, determina que somente organizações financeiras¹¹⁷ podem trabalhar com taxas de juros de 12% ao ano¹¹⁸. A regulamentação da OSCIP provocou mudanças no cenário de fornecimento do crédito. Entidades tais como ONG's e Associações que desejassem trabalhar com carteira de crédito e microcrédito, ou se associavam a instituições financeiras regulamentadas ou reduziam essa taxa. Além dessa sugestão, Singer já vislumbrava a possibilidade de financiamento vindo pelo BNDES:

¹¹⁶ SINGER, Paul. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil. In: *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999, Central Única dos Trabalhadores. Fonte: CEDOC/CUT.

¹¹⁷ De acordo com a Lei 4.595/64 que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, no capítulo IV, que estabelece a caracterização e subordinação das Instituições Financeiras, o Art. 17 estabelece que “Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm

¹¹⁸ Decreto nº. 22.626, de 07 de abril de 1933.

Eu estou sonhando com a possibilidade do BNDES conceder um fundo rotativo às incubadoras, para que elas possam financiar as novas cooperativas. Seria um fundo em certa medida modesto, que as cooperativas devolveriam pagando algum juro e com isso aumentaria o próprio fundo que permitiria ampliar o número de cooperativas financiadas. Porque não colocar um selo sobre o produto feito por uma cooperativa, indicando que é um produto igualitário, que é um produto social, etc?

Tendo esse cenário em vista, de que a forma jurídica das Oscip's seriam uma boa maneira de se institucionalizar socialmente, Singer apontava as diversas iniciativas já existentes e que poderiam servir como exemplo para o projeto da CUT:

Há muitos Bancos do Povo municipais se multiplicando. O que eles conseguem emprestar, na ordem de centenas ou de até mil e poucas operações, é muito pouco. Ou seja, nós estamos avançando, mas eu diria que extremamente devagar. Está na hora de provocar uma ruptura, de abrir espaço e de quebrar o monopólio dos bancos sobre a intermediação financeira, permitindo a criação de milhares de cooperativas de crédito sem limites. Pelo menos a luta já está colocada. São pequenos avanços que podem ser pontos de partida para avanços muito maiores se a CUT, o PT e o movimento popular se conscientizarem da importância disso¹¹⁹.

Esse balanço realizado por Singer preconiza a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário. Neste trecho é possível ver que possivelmente ele já vislumbrava essa iniciativa da CUT como um laboratório de ações futuras, indicando para um cenário de políticas públicas. Se não previa a presidência, apontava para a pressão que o PT poderia fazer através de seus parlamentares e até mesmo do Senado Federal.

Os debates realizados até agora sobre as novas formas de organização do trabalho e mercado, sobre a viabilidade da economia solidária são anteriores à criação da ADS enquanto uma entidade jurídica e com autonomia no interior da CUT. A discussão feita até agora serviu para se elaborar a ADS no último ano da década de 1990. Vimos que no início dessa, o debate sobre cooperativas já estava colocado, no entanto, não estava inserido dentro do arcabouço teórico da economia solidária que tinha como objetivo futuro uma sociedade

¹¹⁹ SINGER, Paul. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999, Central Única dos Trabalhadores. Fonte: CEDOC/CUT.

socialista transformada pelo seu poder de penetração social. O que se segue, é o próprio projeto da ADS e os eixos de atuação e proposição dela como órgão promotor da economia solidária. Criar um setor estratégico, autônomo no interior da CUT tem vários significados. Pode ser fruto de um amadurecimento político que vê nas greves e paralisações um esgotamento político e também pode ser uma estratégia que permite a Central ter essa atividade em paralelo, enquanto continua com as táticas de denúncia e pode centrar as atividades em outras frentes.

3. Sindicalismo e “ação estratégica”: a Agência de Desenvolvimento Solidário¹²⁰

A concessão de crédito, principalmente no decorrer da década de 1990 aos países em desenvolvimento, é abordada principalmente quando o foco é pensar políticas que visam aplacar o desemprego ou combater a pobreza. Elsa Kraychete, ao estudar a relação entre crédito popular e políticas de emprego, aponta que a valorização das desse tipo de finanças no cenário internacional de modo geral, é consequência das políticas adotadas pelos governos no pós-guerra. De acordo com ela, a notoriedade das discussões ganha espaço nas últimas décadas por ser resultado do ideário neoliberal. Denis Gimenez também aponta para esta tendência ao discorrer sobre as políticas de emprego na sociedade contemporânea. Para ele, a proeminência de governos conservadores¹²¹ ocasionou a troca da opção pelo pleno emprego em nome do controle inflacionário e da liberalização dos mercados financeiros. Este cenário direcionou decisões políticas-econômicas dos países em desenvolvimento, agravando a pobreza e desigualdade social das “periferias”.

O cenário econômico da década de 1990, no qual está delimitada nossa pesquisa, é marcado por um período de avanço neoliberal e fortalecimento das instituições privadas. É importante pontuar que no período anterior, de 1981 a 1994, a taxa média de inflação de acordo com a Fundação Getúlio Vargas era de 725,47%¹²². De acordo com Barone, a partir da década de 1980 até a implementação pelo plano real, podemos considerar um período marcado por

baixo crescimento econômico, inflação elevada deterioração do poder de compra da população e escassez de crédito, onde o sistema financeiro se afastava cada vez mais da sua função básica de provedor de crédito para investimento e consumo e se concentrava no financiamento da dívida pública¹²³.

¹²⁰ A Agência de Desenvolvimento Social (ADS) em sua fundação tinha os seguintes dirigentes: Remigio Todeschini, Coordenador Geral; Francisco Dias Barbosa, Coordenador Administrativo Financeiro; Altemir Tortelli, Coordenador de Formação; Mônica Valente, Coordenadora de Pesquisa; Gilmar Carneiro, Coordenador de Crédito; Sidney Lianza, Coordenador de Incubação; Jorge Lorenzetti, Remigio Todeschini, Avelino Ganzer, Coordenadores de Projetos Especiais; Sérgio Mendonça, Coordenador de Ação Institucional. Coordenadores Adjuntos: Paul Israel Singer, Adi dos Santos Lima, Kjeld Aagaard Jacobsen, Amara de Oliveira Cunha, Reginaldo Muniz Barreto. Equipe Técnica: Reginaldo Magalhães, Ricardo Cifuentes, Egeu Furtado, Clarisse Leonel, Eveline Augusto, Eugênio Autran, Valmor Umbelino, Tatiana Velloso, Thomaz Jensen. Fonte: CEDOC/CUT.

¹²¹ Tal como o de Reagan na década de 1980 nos Estados Unidos e Margaret Thatcher na Grã-Bretanha. GIMENEZ, p. 82.

¹²² NASCIMENTO, Francisco M. G. Barone. *Políticas Públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito no Brasil*, p. 44.

¹²³ Idem, p. 45.

É nesse cenário que a CUT institui a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) na década de 1990, elaborada para produzir propostas e políticas tanto direcionada à sociedade civil na promoção de crédito e cooperativas, como na pressão em direção ao Estado para que esse desenvolva políticas públicas específicas aos empreendimentos solidários.

Para o desenvolvimento desse capítulo continuaremos a usar as fontes anteriores, essencialmente resoluções, atas, projetos desenvolvidos pela ADS e também as cartilhas e publicações produzidas por essa agência. Utilizamos somente as cartilhas e publicações disponíveis no CEDOC e listadas como publicações da Agência Nacional. Não utilizamos materiais produzidos pelas agências setoriais. Para isso, seria necessário um outro tipo de levantamento. Para nós, bastam as publicações Nacionais, pois essas orientam a prática e concepções das demais. Infelizmente não tivemos acesso às atas de reuniões dos Coordenadores envolvidos para perscrutarmos sobre a concepção e funcionamento, acompanhando as discussões que foram realizadas. A entidade, por ser autônoma, não forneceu ainda por razões institucionais, esses documentos para o CEDOC. O que encontramos no arquivo foram projetos e relatórios elaborados nos anos iniciais de seu funcionamento. Dividimos em dois capítulos por corresponder a dois momentos diferentes. Primeiro a implantação da ADS, marco que tinha no horizonte a ampliação de cooperativas e concessão de crédito. Nesse momento forjou-se as concepções teóricas que iriam nortear a atuação da entidade. Neste segundo momento, corresponde a própria implantação da Agência e sua atuação. Iremos discorrer sobre os princípios que pautaram sua fundação e sua atuação depois de sua instituição.

3.1. A instituição da Economia Solidária

Nas atas da Diretoria Executiva e Nacional em que tivemos acesso, consta no ano de 1999 o planejamento para os anos 2000. Os principais projetos a serem desenvolvidos seriam na área de luta pela liberdade sindical, economia solidária, reestruturação produtiva, estratégias sindicais e rede de Secretarias Política Sindical da CUT. Para economia solidária como eixo, constava a “organização sindical dos trabalhadores de cooperativas e autogestão, organização sindical dos trabalhadores do setor informal, intercâmbio com experiências de economia solidária no campo cutista, formulação da política cutista de economia solidária,

estímulo à organização sindical dos trabalhadores não-assalariados”¹²⁴ Ou seja, continuava-se o debate sobre formação e articulação dos trabalhadores na CUT sob novos princípios.

No Seminário Nacional de Economia Solidária, fruto do Grupo de Trabalho, em 03 de dezembro de 1999, fundou-se oficialmente a Agência. Nesse encontro firmou-se que os princípios que deveriam ser norteadores das práticas institucionais seriam baseados na educação permanente dos trabalhadores, desenvolvimento sustentável, respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero, bem como a gestão democrática. O arcabouço teórico, neste momento, era idêntico ao proposto pelas reflexões do Grupo de Trabalho:

fomentar os valores de solidariedade na sociedade; facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e realizar estudos que orientem na definição de estratégias e políticas da Agência; apoiar a criação e viabilização de empreendimentos solidários; organizar redes de economia solidária articuladas a estratégias de desenvolvimento sustentável; ampliar o acesso de trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias¹²⁵

No projeto fundacional da ADS que tivemos acesso por meio do CEDOC¹²⁶ a CUT justificava seu envolvimento com a Economia Solidária por considerar-se pioneira na defesa dos interesses dos trabalhadores. Afirmava que suas práticas eram “expressão de um sindicalismo político (não partidário) tem impulsionado uma prática sindical que combina a defesa dos direitos trabalhistas com uma intervenção no sentido de reverter os grandes contrastes, as enormes desigualdades e injustiças”¹²⁷. E que, os valores que irão nortear as tarefas da Agência, expostos acima, já eram resultados de suas defesas na luta no âmbito do mundo do trabalho.

No entanto, diante da mudança de cenário econômico, “cresce a convicção de que é necessário continuar combatendo todas as políticas perversas e excludentes dominantes,

¹²⁴ Ata de Reunião da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Fonte: CEDOC/CUT.

¹²⁵ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999. Fonte: CEDOC/CUT, p. 61.

¹²⁶ Desenvolvimento Solidário: bases para uma Ação Estratégica no Campo da Economia Solidária. ADS/CUT, 1999.

¹²⁷ Desenvolvimento Solidário: bases para uma Ação Estratégica no Campo da Economia Solidária. ADS/CUT, 1999, p. 4.

porém, isso não basta”¹²⁸. É necessário ampliar o “olhar sindical” para os milhões de brasileiros que vivem na exclusão e risco social. De acordo com o projeto, os “trabalhadores atingidos pela crise e falta de perspectiva estão demandando para o conjunto da CUT o desafio de ousar patrocinar alternativas concretas de geração de trabalho e renda numa concepção de desenvolvimento solidário e sustentável”¹²⁹. Ou seja, adota-se o discurso de que a demanda por cooperativas e crédito está vindo na direção contrária, não é a CUT e suas instâncias que, diante da desvalorização do trabalho tiveram que pensar alternativas, mas sim, os trabalhadores vítimas da precarização que demandavam essa nova política. Através dessa argumentação é possível defender-se de possíveis críticas sobre essa nova tática. Nesse mesmo texto, afirmava-se que a CUT sempre propôs mecanismos “concretos de avanço da democracia e da cidadania”. A atenção a essas demandas realizadas pela base nada mais seria que continuar nesse projeto de promoção social.

No ato fundacional ficou estabelecido que a ADS seria gerida pela CUT e seus quadros políticos e teria parceria com organizações internacionais como a Organização Intereclesiástica de Cooperação e Desenvolvimento (ICCO), da Holanda, e o Rabobank, que era banco cooperativo também situado na Holanda. Nacionalmente, a parceria firmou-se com o Departamento, no entanto, ficou também estabelecido com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) e com a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho (UNITRABALHO). Paul Singer era coordenador do Grupo de Pesquisas sobre Economia Solidária já existente na Unitrabalho desde a metade da década de 1990. Em nossas buscas no Centro de Documentação da CUT, notamos que a instituição que elaborava estudos para a CUT e forneciam subsídios para as reuniões da Diretoria Nacional e Executiva, era o DESEP, desde fins da década de 1980. Os materiais produzidos eram feitos pela própria CUT, que através desse setor fazia análises de conjuntura econômica, social e política que serviriam para nortear suas ações, tal como vimos no primeiro capítulo. O DESEP foi um dos responsáveis pelos estudos que procuravam avaliar modos de atuação política dos sindicatos na América Latina, pauta sistematicamente debatida pela CUT. Nos anos 1990 chegou mesmo a afirmar em seus projetos, tal como colocado no capítulo um, que era necessário uma nova agenda

¹²⁸ Idem, p. 5.

¹²⁹ Idem, p. 5.

sindical que procurasse alternativas de políticas públicas como modo de pressionar o Estado, para além das estratégias de greve, paralisação e mobilizações de protesto. Sugeriu a abertura de “agenda social”. Depois de uma década de existência essa entidade foi fechada. Após esse período, podemos perceber que o DIEESE passou a cumprir o papel analítico conjuntural para a CUT. Nas atas de reunião encontramos alguns relatórios e, quando não textos subsidiários, indicações por meio do que foi debatido. Dados, índices de desemprego, projeções futuras, eram colocados a partir de proposições do Dieese. Sua vinculação à ADS estava ligada neste aspecto. Trabalharia para fornecer subsídios e cenários sobre a conjuntura econômica.

A própria estrutura institucional da ADS foi pensada para ter um setor específico de análises e estudos. Encontramos um ofício dos anos 2000 que a própria Agência aponta para a Direção Nacional da CUT uma organização de funcionamento que propunha uma Sede Nacional com Secretarias Regionais. Cada Secretaria teria em seu interior o Departamento financeiro próprio, Departamento técnico e Departamento comercial. O Departamento financeiro seria o responsável pelas Cooperativas de crédito, enquanto o comercial por estudar as redes de solidariedade locais possíveis, avaliando os riscos. O Departamento técnico garantiria o cadastro, banco de dados, pesquisa e assessoria. Ou seja, seria o responsável por análises de conjuntura, possibilidades de crédito, etc.

Em sua instituição, ficou deliberado que a Agência de Desenvolvimento Solidário em seus primeiros anos de funcionamento deveria realizar relatórios de análise sobre suas atividades realizadas com os fundamentos da Economia Solidária. Enfatizou-se que suas tarefas seriam “adequadas às prioridades estabelecidas regionalmente pelo movimento sindical durante o seu processo de constituição”¹³⁰. Por ser fruto de uma nova orientação da agenda sindical, proveniente do debate entre posturas defensivas, acabou-se decidindo que suas ações corresponderiam às demandas do Sindicato. Essa postura é interessante pois, apesar de ser afirmado que a Agência seria autônoma, as propostas de empreendimentos e políticas estariam sujeitas às conveniências da agenda do movimento sindical. Ou seja, essa disposição, para além de estabelecer as hierarquias, perfeitamente natural no interior das instituições, acaba por transmitir a ideia de certa conveniência política. Ao passo que se mostrava a Economia Solidária como a garantia e solução para os problemas do desemprego,

¹³⁰ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*, 1999. Fonte: CEDOC/CUT, p. 62.

pobreza, crescimento da informalidade, aventava-se a possibilidade de trabalhar conforme a necessidade e interesse sindical da CUT. Esse fato é importante, pois, como sabemos, os quadros políticos da Central são formados por quadros de partidos políticos. Inclusive Singer, formulador da ES e propositor da ADS, foi empossado como Secretário Nacional de Economia Solidária tão logo Lula assumiu a presidência em 2002. Portanto, a criação ou não de cooperativas em cada lugar, para além dos panoramas de mazelas sociais, poderia estar ligada a simples conveniência política dos militantes envolvidos. No texto de fundação era declarado que “as políticas desenvolvidas pelo conjunto de programas da ADS/CUT deverão ser sistematizadas como um processo interno de permanente avaliação e readequação das estratégias do programa”¹³¹. Ou seja, abria-se as portas para direcionar práticas conforme a prioridade política de cada momento.

Na instituição da ADS a todo momento reafirmava-se necessidade de avaliações sobre sua viabilidade. Esse processo buscava analisar também a importância dos sistemas de crédito. Sem eles, a própria efetivação das cooperativas estaria comprometida. O modelo de fornecimento de crédito almejado era, como vimos, uma rede de cooperativas de crédito que sustentasse a criação de novos empreendimentos. Mas, para iniciar, era necessário elaborar políticas que iriam fomentar o financiamento. Assim, além da insistência na avaliação institucional, também foi repetido e reafirmado a necessidade de programas de crédito. Foi estabelecido então que a estrutura da Agência seria operacionalizada a partir de um plano trienal composto pelas seguintes ações: Programa de Crédito Solidário, Programa de Educação e Programa de Pesquisa, Programa de Incubação e Formação de Redes de Economia Solidária.

Para o Programa de Crédito Solidário mais uma vez colocavam a projeção futura de criar uma rede nacional de solidariedade. Essa malha de cooperativas visava “construir uma estratégia nacional de ação na área do crédito solidário”¹³² que forçasse os órgãos públicos a voltarem-se para esse programa. De início, receberiam apoio e recursos das instituições parceiras, a Rabobank, que era um banco cooperativo com sede na Holanda. O segundo passo era, então, a partir desse financiamento, investir em novas cooperativas para conseguir pressionar os órgãos públicos por recursos. Esperava-se que a rede de crédito possibilitada pelos investimentos estrangeiros e de recursos públicos permitissem também o

¹³¹ Idem.

¹³² Idem, p. 63.

financiamento de microcrédito para empreendedores individuais. Enquanto as cooperativas seriam necessárias pra execução 20 cooperados, o microcrédito poderia ser fornecido individualmente para produção. Contudo, esse seria somente o primeiro passo. A ideia que segue essa resolução seria para que esse empreendedor individual, recebendo o microcrédito, possa investir em empreendimentos solidários. Neste contexto, como vimos, já havia uma legislação governamental específica para o microcrédito produtivo para os microempreendedores. Havia recursos do BNDES destinado para esse tipo de atividade. Se a CUT articulasse que esses sujeitos se organizassem com o recurso recebido para investir nas cooperativas, estaria mostrando ao Estado a funcionalidade e importância desse tipo de programa, o que poderia levar aos investimentos específicos para financiamento de cooperativas com crédito a juros baixos.

De início, então, estabeleceu-se dois tipos de cooperativas que seriam foco da Agência de Desenvolvimento Solidário. As cooperativas de crédito rural e as cooperativas de economia e crédito mútuo. No caso da primeira, o quadro social seria formado por pessoas físicas que realizassem trabalhos e atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, todas relacionadas ao mundo rural. Para a segunda, poderia ser formada por pessoas físicas que estariam agrupadas por indivíduos que estivessem ligados por áreas comuns de trabalho e também por pessoas jurídicas que se conceituam como micro ou pequenas empresas. Deveriam, no entanto, estar ligadas por afinidade de trabalho por parte das pessoas físicas. Uma terceira via, seriam as Sociedades de Crédito que forneceriam financiamento e investimento com o objetivo básico de promover finanças para aquisição de bens e serviços ou ainda para capital de giro.

O Programa de Educação, segundo eixo de desenvolvimento do plano trienal, estabeleceu a formação de agentes que iriam colaborar na construção da economia solidária e formação profissional. Para isso, apontou a necessidade de implantação de cursos de pós-graduação que seriam criados “e coordenados em parceria com universidade brasileira e com o Instituto de Estudos Sociais (ISSS – Holanda), para a formação de agentes, analistas e formuladores de políticas de economia solidária e de gestores de empreendimento solidários”¹³³. O programa de educação proposto pela CUT corresponde ao plano de formar os sujeitos para conseguirem gerir as cooperativas sob os princípios de democracia e “educação cívica”, tal como vimos anteriormente. Seria necessário, de acordo com as

¹³³ Idem, p. 64.

reflexões do Seminário, um verdadeiro processo de conscientização dos indivíduos que estão *subordinados* aos princípios do desenvolvimento capitalista e com *baixíssima* capacidade de gerir. Por isso, esse processo formativo dos agentes que atuariam nesse setor, não se daria sozinho, mas estaria articulado com a Secretaria Nacional de Formação da CUT. Altemir Tortelli foi o eleito para ser o Coordenador de Formação da Agência de Desenvolvimento Social. Não ao acaso, naquele contexto ele era também Coordenador da Secretaria Nacional de Formação da CUT. Ou seja, a formação e promoção de cursos da ES estaria atrelado à uma secretaria que tem larga experiência em promover cursos e trabalhos para o movimento sindical. Ela seria responsável por coordenar “projetos nacionais, regionais e estaduais, articulando educação, desenvolvimento e trabalho”¹³⁴. Neste contexto, os projetos de formação da CUT eram também financiados com recursos públicos vindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Trava-se de uma costura, uma maneira de vincular o processo de formação de agentes que atuariam na ADS para inculcar os princípios da economia solidária, por meio de recursos públicos. Nesse processo se resolviam dois problemas: o primeiro porque a SNF/CUT possuía experiência, contingente profissional e material para educação sindical; com isso, resolvia-se também o problema de “convencer” os cooperados a participarem da CUT. A formação que se daria em torno da ES baseada nos princípios de solidariedade, humanismo, cidadania, poderiam ser direcionados para um discurso militante sindicalista. Segundo que essa ação se realizaria com recursos públicos, sem que se precisasse criar estratégias consistentes de captação de verbas para formação de agentes.

O Programa de Pesquisa, acima vimos que estaria condicionado às demandas de ação sindical, tinha como objetivo “construir novos conhecimentos no campo da economia solidária e realizar estudos que orientem a definição de estratégias e políticas da agência”. A princípio, estava ligado às pesquisas já realizadas pela Unitrabalho que tentava mapear e caracterizar os empreendimentos econômicos e solidários. Temos por hipótese que essa era uma forma de analisar não só conceitualmente as cooperativas, associações, enfim, agrupamentos já existentes e suas peculiaridades, mas também de estudar a viabilidade política em se investir ou não em determinados lugares e setores. Como ação, ainda se colocava para esse setor, a necessidade de contribuir na definição de estratégias de crédito de incubação e de mercado que indicaria a possibilidade de programas de crédito voltados

¹³⁴ Idem, p. 64.

para economia solidária levando em conta desenvolvimento tecnológico e possibilidade de financiamento público.

Por fim, o Programa de Incubação e Formação de Redes de Economia Solidária, atrelado ao anterior, foi colocado como um projeto de apoio, criação e viabilização de empreendimentos solidários que organizaria redes de ES articuladas a estratégias de desenvolvimento. Com isso, esperava-se que esse programa gerisse um processo de mobilização, formação, legalização e acompanhamento jurídico, técnico, financeiro e administrativo. O resultado seria um “selo” de produtos oriundos dos empreendimentos solidários que, mediante qualidade atestada pelo selo, validaria nacionalmente a produção e ampliação das cooperativas e as abriria para o mercado, ampliando sua competitividade. Esse era um ponto fundamental nas análises de Singer. No capítulo anterior vimos que ele mesmo, durante o desenvolvimento do projeto de Economia Solidária da CUT, propôs a criação de um selo que marcasse toda a produção vinda das cooperativas, sejam elas de serviços, produção, ou até mesmo das cooperativas que financiam o crédito para as outras. Essa ideia consiste no preceito de que, uma vez atestada a qualidade de produtos fabricados pelo setor de economia solidária, faria a opinião pública se voltar para esse ramo. O reconhecimento do trabalho e produto que são frutos de empreendimentos pautados em valores solidários, ao invés de competitivos na lógica do “moinho satânico” do todos contra todos, faria uma legitimação social de longo alcance que viabilizaria a rede nacional de cooperativas de crédito autossustentada. Os cooperados e trabalhadores pautados em uma nova consciência democrática e cidadã mostrariam a sociedade um novo patamar de produção. Além disso, faria o Estado voltar os olhos para o desenvolvimento pautado nessa lógica. Com esse movimento, viriam as políticas públicas governamentais e novas possibilidades de financiamento. Por isso a ideia de “incubar”. Aos poucos a premissa da economia solidária sairia do campo da reflexão acadêmica e conceitual para atingir a sociedade civil no mundo do trabalho, interferindo na realidade concreta.

As diretrizes analisadas até agora foram firmadas no dia da fundação da Agência de Desenvolvimento Solidário. Eram eixos definidores que iram direcionar as políticas de cooperativa da CUT internamente. Nos deteremos agora a analisar os relatórios produzidos pela Agência e também as resoluções que foram direcionadas à opinião pública.

3.2. A legitimação pública das cooperativas e da economia solidária: ação estratégica da Central Única dos Trabalhadores.

Após seu primeiro ano de funcionamento, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) produziu um panfleto para divulgar os planos de atividades, traçando metas e também fazendo projeções¹³⁵. Fez-se um relato sobre o processo de constituição, metodologia utilizada neste ano de existência e um relato das experiências de economia solidária desenvolvidas¹³⁶. O objetivo do panfleto era “demonstrar a forma com a qual a ADS atua para o fortalecimento da economia solidária, dentro de um contexto de solidarismo e sustentabilidade que valorize o ser humano, a construção de alternativas de desenvolvimento e a organização dos trabalhadores”¹³⁷. Na apresentação argumentou-se que a Agência nasceu após um “intenso processo de debate sobre as possibilidades da economia solidária e sua relação como sindicalismo” após a realização do Seminário no mês de dezembro de 1999, que regulou sua criação. Argumentou-se que os estudos e atividades regionais que culminaram no evento forneceram uma sólida base para as ações da CUT em relação ao tema.

Realizando uma projeção futura, o panfleto informava que era de suma importância criar um novo quadro de desenvolvimento para a economia solidária no Brasil. Apesar das iniciativas locais, a intervenção do Estado “em todos os níveis do governo” era fundamental para que uma verdadeira política de crédito e educação profissional se firmassem. Nesse cenário a CUT deveria atuar na busca de incentivo de programas públicos que permitam o desenvolvimento e aperfeiçoamento da ES. O material de divulgação voltava a afirmar o posicionamento da Central colocado em seu VII Congresso, que, tal como vimos, acentuava a importância de ações públicas para o setor. Promover a democratização do acesso ao crédito era fundamental para a viabilidade e existência dos empreendimentos de economia solidária. Como ainda não existia esse recurso, a estratégia elaborada pela ADS foi justamente propor a criação de um Banco de Crédito Popular.

O objetivo do programa de crédito é implementar um sistema nacional de crédito solidário e um banco cooperativo para democratizar o acesso ao

¹³⁵ Relatório de Atividades 2000. Agência de Desenvolvimento Solidário. Fonte: CEDOC/CUT.

¹³⁶ O panfleto foi escrito em inglês e português. Na página da esquerda, inglês, na direita, português. Além disso foi realizado em parceria com a Organização Intereclesiástica de Cooperação e Desenvolvimento (ICCO), da Holanda. Tiragem de 2000 exemplares. Fonte: CEDOC/CUT.

¹³⁷ Idem, p. 01.

crédito como um dos instrumentos de promoção do desenvolvimento solidário e sustentável. As ações desenvolvidas pelo programa foram: Curso de cooperativismo de crédito: foi realizado em vários estados um curso de cooperativismo que visava fornecer informações básicas sobre a concepção, implementação, e gestão de cooperativas de crédito. O resultado mais visível deste curso é o projeto de instalação de 25 cooperativas de crédito em todo país, a serem criadas em 2001; Sistema Nacional de Crédito Solidário: o grupo de trabalho de crédito da ADS elaborou o projeto de implementação do sistema nacional de crédito. Este sistema tem o seu funcionamento baseado nos seguintes princípios: gestão política democrática, participativa e solidária. Gestão profissional com filosofia de viabilidade econômica, financeira e de qualidade¹³⁸.

Em 2001, em parceria com outras instituições, publica-se o livro – que, em nossa opinião é uma espécie de cartilha – *Cooperativas de Crédito Solidário: constituição e financiamento*¹³⁹. Nele, coloca-se como objetivo contribuir para a criação de empreendimentos solidários, especificamente cooperativas, nos setores urbanos e rurais. A quantidade de parcerias é simbólica para mostrar a articulação que a ADS vinha fazendo em um ano de trabalho junto com outras referências nos assuntos sobre desenvolvimento solidário. O objetivo colocado é de que se busca “contribuir para formulação de diversos sistemas de cooperativas de créditos que sejam acessíveis e que promova o desenvolvimento econômico, com justiça social, cooperação e solidariedade. Ele fornece elementos básicos para que as organizações sociais possam criar cooperativas de crédito¹⁴⁰”. O prefácio da publicação foi escrito pela ADS.

O objetivo geral da ADS/CUT é gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável. Os seus princípios são gestão democrática e solidária do trabalho e da produção; distribuição de renda; desenvolvimento social e sustentável; educação permanente dos trabalhadores; respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero.

O programa de crédito solidário procura recuperar o papel do crédito como um instrumento potencializador do desenvolvimento local. Entre as ações desenvolvidas por esse programa está o incentivo à criação de cooperativas de crédito, as quais deverão originar um sistema nacional de crédito

¹³⁸ Relatório de Atividades 2000. Agência de Desenvolvimento Solidário. Fonte: CEDOC/CUT.

¹³⁹ Cooperativas de Crédito Solidário: constituição e funcionamento. Agência de Desenvolvimento Social ADS/CUT; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável CNDRS; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

¹⁴⁰ Cooperativas de Crédito Solidário: constituição e funcionamento. Agência de Desenvolvimento Social ADS/CUT; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável CNDRS; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001, p. 9.

solidário, na perspectiva de ampliar as possibilidades de captação de recursos financeiros junto aos trabalhadores e aos fundos públicos e privados, visando o financiamento de empreendimentos solidários rurais e urbanos¹⁴¹.

Aspirava-se ainda construir a rede de cooperativas de crédito, proposta desde o ato fundacional da ADS, que possibilitaria a criação de um sistema nacional de abastecimento das cooperativas. Os recursos poderiam ser destinados de um lugar ao outro numa ideia de rede de crédito. As cooperativas deveriam, de acordo com a proposta de Singer, ser competitivas para que possam sobreviver ao mercado. Através de um financiamento nacional garante-se que as cooperativas façam investimentos que retorna para a sociedade em forma de produtos e serviços.

Nesse momento, a única regulamentação existente sobre recursos públicos era o Programa de Crédito Produtivo Popular criado em 1996, através do BNDES. No entanto, os recursos destinados ainda eram considerados em baixa escala. O principal problema é que os financiamentos ficavam restritos às instituições que desejassem trabalhar no setor produtivo, enquanto que, no caso das cooperativas, esse leque é maior. No caso das cooperativas de crédito, ensejada acima, ficavam de fora desses recursos. A ideia do programa por meio do BNDES era estimular as organizações de microcrédito orientado. De acordo com a instituição, o objetivo deste programa era “o de formar uma indústria de microfinanças no Brasil, ofertando *funding* ¹⁴² para os agentes repassadores de microcrédito” ¹⁴³. Um ano depois, o banco firmava parceria com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição que incentivou programas de microcrédito em outros países da América Latina tal como Venezuela, Colômbia e Bolívia. Em 2003, o PCPP é sucedido pelo PM – Programa de Microcrédito que, em 2005 passa a denominar PMC – Programa de Microcrédito do BNDES. Em 2005, sofre nova denominação: PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. ¹⁴⁴

¹⁴¹ Cooperativas de Crédito Solidário: constituição e funcionamento. Agência de Desenvolvimento Social ADS/CUT; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável CNDRS; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

¹⁴² *Funding* é a obtenção de recursos financeiros. Nesse caso, o BNDES é quem obtém, por meio do governo federal, os montantes que serão destinados aos bancos do povo e instituições cadastradas.

¹⁴³ BNDES, site institucional.

¹⁴⁴ LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005.: Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a

Por isso afirmamos que a vitória do Partido dos Trabalhadores é um marco importante para a própria CUT. Quando em 2003 é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, essa passa a atuar no auxílio de diversos tipos de organizações. Essa instituição denominava de forma ampla associações, cooperativas, agrupamentos de Empreendimentos de Economia Solidária. Dessa maneira, os recursos poderiam se destinar a diversos tipos de empreendimentos, sob a forma de cooperativas ou não.

Voltando ao material produzido pela CUT em 2001, continuava-se a produzir um discurso moralizador sobre a cooperativas no âmbito da Economia Solidária. Ao informar sobre as cooperativas e empreendimentos o foco era mais falar sobre o campo filosófico, que operações técnicas. O Sistema de Crédito Cooperativo Solidário deveria ser comprometido com o desenvolvimento econômico e social, por essa razão, deveria responder aos seguintes princípios:

1. Gestão política democrática, participativa e solidária; 2. Gestão profissional com filosofia de viabilidade econômica, financeira e de qualidade dos serviços e com filosofia cooperativa (cooperação entre os trabalhadores e cooperação entre cooperativas) ; 3. Descentralização administrativa e flexibilidade quanto às condições locais, garantindo proximidade social, confiança e conhecimento mútuo entre o Sistema e seus associados, a fim de estabelecer um sistema eficaz de controle social e de valorização da comunidade; 4. Promoção da elevação e da distribuição de renda, do desenvolvimento humano e cidadania, por meio do financiamento de empreendimentos econômicos articulado a processos contínuos e permanentes de formação, de educação integral e de qualificação técnica e profissional; 5. Promoção do desenvolvimento local com ênfase no desenvolvimento social e sustentável e respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero¹⁴⁵.

Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências”. Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm

¹⁴⁵ Cooperativas de Crédito Solidário: constituição e funcionamento. Agência de Desenvolvimento Social ADS/CUT; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável CNDRS; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

O trabalho desenvolvido pela ADS e veiculado para a opinião pública carregava o um discurso heroico tanto sobre a atuação da própria Agência quanto sobre as cooperativas de crédito solidário. É notório o uso dos adjetivos para reafirmar a todo momento que se promove a cidadania através a ampliação de renda. Desenvolvimento democrático, participativo, respeito à diversidade, são valores a todo momento validados. Além disso, insiste-se ainda no discurso que a CUT irá formar os cooperados para desenvolverem suas atividades. Para além disso, no trecho acima, parece uma formação a partir de uma renovação moral por meio de uma *educação integral* que despertaria os valores cidadãos nos sujeitos. Faz parte da própria concepção da economia solidária o fim do pensamento comumente pautado pela competitividade do capitalismo. No entanto, o teor humanista que carrega suas convicções serve como um prato cheio para aqueles que, como prevê a própria CUT, estão excluídos do sistema econômico vivendo a vulnerabilidade econômica.

Os congressos que tentam definir as linhas gerais adotadas pela Central Única dos Trabalhadores no que se refere a economia solidária são o VII, VIII e IX ocorridos em 2000, 2003 e 2006, respectivamente. Também na 10ª Plenária realizada em 2002 tentou-se refletir sobre a melhor linha política. Logo nos anos 2000, primeiro ano de funcionamento da Agência Nacional de Desenvolvimento Solidário, nota-se um novo fôlego sobre o cooperativismo formulado e divulgado pelos Concut's.

Como dissemos, as sugestões de cooperativas como estratégia de combate ao desemprego apareceram já na década de 1990. A diferença é que nos anos 2000 especificamente é inserida dentro do contexto da ES, condicionada a ela. A dedicação para análise é extensa. Pela primeira vez é feito quatro tópicos de discussão para desenvolvê-la, inserida nas reflexões sobre *Conjuntura Nacional*. Sobre essa, apontava-se o avanço do neoliberalismo como causa da pobreza, desemprego, carestia e elevado custo de vida.

Diante do aumento do desemprego e da informalidade, os sindicatos cutistas não podem se manter numa posição de omissão na qual a última relação que tem com os trabalhadores desempregados é a homologação da rescisão do contrato de trabalho.

A “economia solidária” tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas ¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Construir uma economia solidária. Resoluções do VII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 15 a 19 de agosto de 2000. Centro de Convenções, Serra Negra/SP. Fonte: CEDOC/CUT.

As resoluções de Congressos são resultado de um debate primeiro colocado às instâncias sindicais, são posicionamentos políticos oriundos de teses políticas defendidas pelas correntes que, durante o encontro, é realizado um consenso e veicula-se a política a se seguir. Convencionava-se neste momento, publicamente, a Economia Solidária como a grande solução nacional para os problemas acarretados pelo desemprego.

O projeto que instituiu a ADS e as políticas solidárias ocorreu em dezembro de 1999, nesse período não houve plenária, nem outro encontro de âmbito nacional e decisório. Foi a partir desse Congresso que se afirmou perante a opinião pública uma nova estratégia em torno do movimento sindical. O texto da resolução se abre fazendo uma análise da *Conjuntura Internacional*. Ao correr do texto, além de apresentar características de recessão econômica em níveis mundiais, alertando para a interferência do FMI, abertura de mercados, etc, faz-se também uma análise sobre a nova reconfiguração do papel dos sindicatos mundialmente. Os êxitos obtidos por esses mais uma vez são atrelados às greves realizadas pelos trabalhadores na França, em 1995 contra o corte dos fundos sociais, na Coreia do Sul em 1997, contra a reforma da legislação trabalhista e finalmente a greve ocorrida nos Estados Unidos que transformou dez mil empregos em formais. Via-se, então, uma análise de linha sindical que ao abrir do novo século ainda se pautava primordialmente na estratégia das paralisações como linha de defesa, atribuindo as vitórias das greves a um novo arranjo do movimento sindical.

No entanto, para o cenário nacional optava-se por outra linha estratégia. O ponto fulcral dessa resolução era a Economia Solidária como salvaguarda dos trabalhadores para a nova década. Por isso, iniciava-se o texto apontando que “os sindicatos cutistas não podem se manter numa posição de omissão”. Era preciso renovar as estratégias e abrir caminho para novas possibilidades, associando o cooperativismo às lutas sindicais, tal qual traçado por Singer no desenvolvimento teórico que implantou a Agência de Desenvolvimento Solidário:

Cabe lembrar que o sindicalismo e o cooperativismo surgem de um mesmo movimento, no início da industrialização, quando os trabalhadores qualificados construíram os “clubes de ofícios” (sindicatos) para defender os interesses da profissão e as sociedades de consumo (cooperativas) com vistas a possibilitar o desenvolvimento de trabalho, renda e acesso a produtos mais adequados aos seus associados

A implementação de políticas alternativas de mercado, por meio da formação de redes e de sistemas de comercialização direta, é indispensável à viabilização dos empreendimentos. A criação de um selo de produtos e serviços da economia solidária é uma estratégia de inserção desse segmento no mercado, articulado a mecanismos de estabelecimento de critérios de organização e funcionamento dos empreendimentos.

Nesse contexto, a economia solidária, particularmente as cooperativas, torna-se mais do que uma alternativa de geração de trabalho e renda, representando uma contraposição às políticas neoliberais. Isso pode ser constatado em muitos países, nos quais o desenvolvimento do trabalho em regime de cooperativas autênticas e de autogestão trouxe crescimento econômico a setores que se mostravam inviabilizados. Isso representou o aproveitamento de trabalhadores excluídos do processo produtivo por idade, escolaridade, problemas de saúde ou sequelas ocupacionais, gerando com isso melhorias sociais, ganhos de qualidade de vida e cidadania.

Assim, é fundamental contextualizar a economia solidária no campo ou visão de classe da Central. É preciso deixar claro que solidariedade de classe significa, antes de tudo, respeitar conquistas históricas da classe trabalhadora. Nisso, é preciso demarcar uma radical diferença com as práticas do tradicional cooperativismo brasileiro (geralmente agrícola e de prestação de mão-de-obra) e dentro da política direitista do sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e suas ramificações estaduais que, quando não acobertam, promovem a precarização das condições de trabalho, inclusive por meio das “cooperatos”¹⁴⁷.

A resolução reflete exatamente os pontos que foram debatidos no projeto inicial, de circulação interna, que resultou no Seminário e instituição da ADS. Faz-se um resgate do histórico das cooperativas, mostrando que ela é esforço dos trabalhadores e sindicalismo em procurar alternativas de geração de renda, para, em seguida, apontar a Economia Solidária como balizadora das práticas. Por carregar uma mudança que envolve desenvolvimento econômico baseado em novo padrão de moralidade, aciona-se para o lado humanizador dessa possibilidade na tentativa de atrair os trabalhadores fragilizados pelo desemprego, crise econômica, ou até mesmo aqueles que estão alijados do mercado do trabalho em função da idade, escolaridade, problemas de saúde, etc, tal como apontado no texto acima. É importante lembrar que a CUT é uma entidade que agrega diversos sindicatos em todo território nacional nos meios urbanos e rurais. Nos anos 2000, possuía 3.088 entidades filiadas. Suas resoluções são resultado de teses políticas defendidas pelas correntes que, uma vez divulgada, serve de referência para as demais unidades. O caráter de classe foi mais uma vez reafirmado. Ainda nesse momento colocava-se como sindicato classista que aspirava ao

¹⁴⁷ Idem, p. 20.

socialismo, portanto, era essencial uma defesa que mostrasse posicionamento coerente com os princípios fundamentais.

A ES tinha o potencial de aproximar essas ideias, já que é pautada pelo discurso da solidariedade entre os homens. Por isso apontar as cooperativas como saída estratégica. O tipo de organização que envolve sua criação é marcado por laços de igualdade e democracia. Tudo é equitativo, os ganhos e as perdas. Os meios de produção seriam de todos e os produtos oriundos do trabalho também, gerando para a sociedade artigos oriundos de uma nova concepção filosófica. A mesma coisa para o caso das cooperativas de crédito. Não corresponderiam à lógica dos juros abusivos pois teriam um caráter de promoção da cidadania que garantisse “melhorias sociais e ganho de qualidade de vida”. Assim, nesse encontro, defendia-se que

resgatar a solidariedade significa propiciar condições para que aqueles que estão de joelhos, de cabeça baixa, possam estar de pé, num projeto de classe que pretende libertar os trabalhadores do jugo da exploração capitalista.

Sendo assim, uma estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego e à exclusão social é a construção de um projeto de economia solidária, visando, por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas populares autênticas e de autogestão e as empresas de autogestão, ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão¹⁴⁸.

O apelo em direção à solidariedade é quase uma exortação aos pobres. No projeto que deu origem a ADS e mesmo no Seminário Nacional que a instituiu sempre houve a defesa da cidadania e promoção do desenvolvimento humano que seriam garantias da Economia Solidária. Nas resoluções voltadas ao público possui um tom que parece querer comover os que leem. Vindo na sequência de uma análise econômica que aponta os alarmantes níveis de desemprego e aumento da pobreza, a construção da economia solidária e criação de cooperativas para os que “estão de joelhos”, baseadas em princípios de solidariedade, opostos ao modelo neoliberal, aparece como a solução que faltava. Assim, era instituído que

Diante desses princípios teóricos, as principais tarefas da CUT nessa área são: a) continuar o combate sem trégua às falsas cooperativas; b) incentivar a organização de comitês de desempregados por categorias; c) exigir que, ao invés de usar o dinheiro público para empréstimos à privatização, os bancos públicos criem linhas de financiamento e crédito para as

¹⁴⁸ Ibidem.

cooperativas de produção industrial e rurais e de investimento por parte dos bancos públicos, BNDES e do FAT; d) buscar construir propostas de exigências de apoio às iniciativas de governos estaduais e municipais; e) buscar construir ações conjuntas com as entidades que trabalham nesse campo (Fase, Anteag, MST, Contag, Unitrabalho e Pastorais Sociais e escolas técnicas e populares), com o objetivo de construir mobilizações conjuntas em defesa do emprego e de criação de créditos às iniciativas populares.

A ação sindical deve atuar na construção de um novo cooperativismo popular, como alternativa ao falso cooperativismo e à precarização do trabalho. A criação da Agência de Desenvolvimento Solidário, pela CUT Nacional, em parceria com outros atores sociais, é um passo importante.

[...]

É fundamental, portanto, aprofundar as discussões e o acúmulo de conhecimentos e experiências no tema da economia solidária, que historicamente tem estreita ligação com o ideal socialista, sem nos distanciarmos dos princípios sindicais de luta¹⁴⁹.

Apesar da resolução propor a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário pela CUT Nacional, em agosto de 2000, quando se realizou esse encontro, ela já havia sido instituída e estava em funcionamento. Nesse momento estavam publicando uma cartilha que seria direcionada aos demais sindicatos e ao público que se interessasse maneiras de se organizar em cooperativas, como vimos acima. No trecho é possível perceber que a Central já aventava a possibilidade de captar recursos públicos para o financiamento de crédito e cooperativas. Aqui, externalizava publicamente que trabalharia para pressionar os órgãos governamentais para conseguir crédito, benéfico para os cidadãos. Definia também esse novo marco da atuação sindical como uma postura socialista, na tentativa de garantir a coesão do sindicalismo proposto desde sua fundação, pautado por esses ideais. A defesa dessa nova estratégia enquanto uma ação coerente do movimento sindicalista, afirmada a todo momento como socialista e capaz de uma transformação da realidade para novos padrões de desenvolvimento, parece uma tentativa de se defender contra possíveis acusações de que essa alternativa seria “governista”, ou corporativista. Nas resoluções era defendido a necessidade de novos modelos na agenda sindical. O projeto que deu origem à ADS, tal como explanado ao longo dessa dissertação, denunciava uma crise no interior dos sindicatos. Nesse quadro, era indispensável formular novas propostas, contudo, sem cair no equívoco

¹⁴⁹ Construir uma economia solidária. Resoluções do VII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 15 a 19 de agosto de 2000. Centro de Convenções, Serra Negra/SP. Fonte: CEDOC/CUT.

corporativista ou ceder às negociações tripartites entre empresariado e governo. Ao contrário, o movimento sindical deveria cada vez mais representar os interesses da classe trabalhadora e suas demandas. A CUT, desde sua criação, afirmou-se como verdadeira representante dos trabalhadores e seus interesses confrontando por isso, as instâncias governamentais e empresariais.

No entanto, as cooperativas, mesmo que em articulação com os sindicatos, precisavam além de financiamento, regulamentação adequada para seu funcionamento. Ou seja, era necessário diálogo e embate com o Estado. Num momento em que esse é considerado oposição, o discurso vem em forma de pressão. Como vimos acima na resolução do VII Congresso, a CUT não aceitava as normas existentes para cooperativas ligadas à OCB, considerada “direitista”. Mas, supondo que o Estado aceite as condições e avaliações feitas pelo sindicato, teria que negociar e ceder às políticas públicas. Além disso, a partir do momento em que o governo para de ser oposição e se torna ocasião, as formas de negociação precisam ser alteradas para continuar sustentando a postura de defensora dos interesses da classe trabalhadora. As cooperativas, por mais que se mostrassem como solução viável naquele contexto por romper com o neoliberalismo, impõem uma nova relação de trabalho que ao final e ao cabo, podem se tornar benéficas para o empresariado.

Por essa razão, a todo momento, era necessário repetir as mesmas formulações em Congressos, projetos, relatórios e cartilhas de que a Economia Solidária possuía um potencial transformador benéfico para os trabalhadores e não possuía nada de incoerente com a atuação sindical. Ao contrário, na verdade carregava um caráter revolucionário oposto ao modelo neoliberal que levou os cidadãos do campo e dos centros urbanos à vulnerabilidade econômica. Essa é a razão que para nós, como afirmado acima, a defesa dessa nova estratégia enquanto uma ação coerente do movimento sindicalista, soa como uma tentativa a todo custo de se defender de acusações “pelegas” e firmar-se ainda como autêntica defensora dos direitos dos trabalhadores.

Sem o arcabouço teórico da economia solidária, a defesa das cooperativas poderia se tornar um calcanhar de Aquiles. Talvez por essa razão até essa resolução publicada nos anos 2000, as cooperativas tenham aparecido de forma secundárias nas resoluções. Mas, a partir do momento em que essas iniciativas não são mais “gatos” e sim instituições que a longo prazo trazem um novo padrão de desenvolvimento que rompe a estrutura do capitalismo,

ganha novo significado e peso social, coerente com a histórica postura sindical classista e socialista proposta desde sua fundação.

Para garantir a viabilidade das cooperativas e a implantação do projeto solidário, propunha-se, nesse Congresso, fazer pressão política para combater as falsas cooperativas ao mesmo tempo em que se lutava por nova regulamentação da área:

Articular com os parlamentares comprometidos com os interesses dos trabalhadores uma criteriosa e enérgica intervenção no campo da produção legislativa, visando não somente à erradicação das atuais experiências de falso cooperativismo (cooperativas-laranja, “gatos”, precarização disfarçada etc.), mas buscando conquistar uma legislação inovadora que amplie as possibilidades de avanço das cooperativas, como autênticos instrumentos de organização, autogestão e produção solidária, realmente competitivas, tanto em termos de colocação de produtos e serviços, quanto para assegurar aos cooperados uma distribuição de sobras, proporcional à contribuição do cooperado, direitos, no mínimo equivalentes aos já consagrados na CLT etc.

Viabilizar, com a participação da ADS, linhas de crédito, principalmente junto ao BNDES, que tenham tratamento diferenciado (juros, carência etc.) nos casos nos quais os trabalhadores, organizados em cooperativas autênticas, tenham a intenção de adquirir empresas em dificuldades econômicas, bem como para a constituição de novos negócios, com o claro objetivo de manter e/ou gerar trabalho, renda e desenvolvimento social¹⁵⁰.

A luta pela regulamentação das cooperativas sob um novo formato, diferente do modelo existente que acabava por ocasionar os falsos empreendimentos, e também a pressão por recursos públicos que garantisse o financiamento de linhas de crédito, necessariamente passa pela discussão sobre as negociações tripartites entre CUT, setores governamentais e empresariais. A CUT propunha um modelo que confrontasse o neoliberalismo e a agenda econômica governamental. Qual interesse tem o Estado, diante das formulações teóricas provenientes da Economia Solidária e do modelo de desenvolvimento em curso, em destinar recursos que apoiem esse tipo de empreendimento? Lutar para que o BNDES fomentasse políticas específicas de crédito para empreendimentos solidário era buscar institucionalização dessa área enquanto política pública. Como sabemos, naquele contexto, o banco já financiava linhas de crédito específicas para o setor produtivo orientado. Não para o crédito ao consumo. A verba era repassada para instituições que possuíam a forma jurídica

¹⁵⁰ Construir uma economia solidária. Resoluções do VII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 15 a 19 de agosto de 2000. Centro de Convenções, Serra Negra/SP. Fonte: CEDOC/CUT, p. 23.

de Oscip, destinada a microempreendedores individuais. Através dos recursos do BNDES conseguiam crédito a juros baixos para alavancar microempresas. Apesar da CUT ter vislumbrado na instituição da ADS que microempreendedores individuais, a partir desse investimento inicial, migrassem para cooperativas, esse não era o fim último de sua proposta. As cooperativas precisavam de 20 interessados para sua existência formal. Precisavam de uma linha de crédito específica. A proposição que mais parecia coadunar com algum interesse estatal consistia na ideia de patrocinar linhas de crédito para empresas em processo de falência. Essa já era uma prática realizada não só pela ANTEAG, que norteava-se também sob princípios de economia solidária, mas pela OCB, a organização alvo de críticas pela CUT. Ainda que se resolvesse por parte do Estado a questão do repasse de recursos públicos, era necessário sempre firmar posicionamento e oferecer saídas para o combate aos “gatos”. Nessa linha, era proposto que

a política de crédito da ADS deve ser um instrumento de apoio aos empreendimentos solidários, conciliando aumento de produção e produtividade com ampliação do trabalho, adequado manejo do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida. Deve alavancar potenciais de desenvolvimento local, priorizando áreas menos desenvolvidas e com menor capacidade de autofinanciamento. A organização de um sistema nacional de crédito cooperativo e solidário é fundamental para a viabilização de uma política de crédito democrática e sob o controle dos trabalhadores¹⁵¹.

Aumento de produção, produtividade e a capacidade de chegar em localidades com quadros de baixo desenvolvimento e níveis altos de pobreza e desemprego pode ser uma oferta atrativa ao Estado. Tomar a iniciativa de investigação, pesquisa, estudos de identificação de municípios e regiões carentes para implementação de políticas sociais é cumprir um papel estratégico para ele. Enfim, com o apoio governamental e crédito disponível, seriam criadas as condições adequadas para o funcionamento das cooperativas. Uma das maneiras encontradas para fiscalizar os “gatos”, era justamente criar uma rede nacional, possibilitada pelo amplo acesso ao crédito, que acabaria democratizando e fiscalizando os empreendimentos. A condição pra obter financiamentos era pautar-se sob os princípios solidários.

Em 2003 é realizado o VIII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Esse momento é simbólico para a CUT. Apoiando publicamente Luís Inácio Lula da Silva,

¹⁵¹ Ibidem.

candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência, vê na vitória das eleições a possibilidade de uma nova ordem econômica que pusesse fim ao “Deus mercado”. Dessa maneira, abre as discussões enfatizando a necessidade de uma agenda política pautada no controle democrático e dos limites que devem ser impostos ao capital financeiro. Rompimento imediato com o FMI e Organização Mundial do Comércio deveriam entrar imediatamente na nova ordem política. Era fundamental reduzir o poder do mercado no cenário nacional. Uma vez tomada essa atitude, propunha-se que o Banco Central deveria voltar-se para os interesses dos “objetivos nacionais”. Para efetivação desses objetivos a “economia solidária deve passar a ser núcleo central da política de desenvolvimento, organizando setores econômicos cada vez mais amplos com uma lógica distinta da capitalista”¹⁵². Vê-se, claramente delineado, a proposta da economia solidária sendo afirmada como objetivo do interesse nacional ao desenvolvimento econômico e social. A economia solidária deveria ser agenda transferida das propostas do movimento sindical para os objetivos estratégicos nacionais. Em seguida, nessa argumentação, apresentava seu principal projeto nesse âmbito e as elaborações desenvolvidas:

A Agência de Desenvolvimento Solidário, criada em 1999, vem desenvolvendo metodologias pioneiras e sofisticadas para promover processos de desenvolvimento local integrados a formas solidárias de organização econômica. Um importante aspecto da formação dos complexos cooperativos e das cooperativas de crédito é o papel fundamental que os sindicatos da CUT vêm desempenhando, com a mobilização das comunidades e das categorias para o debate e a organização de iniciativas de economia solidária. Os avanços alcançados são nítidos, mas apresentam também uma forte restrição. A economia solidária é uma atividade econômica que apresenta uma especificidade com relação a outros tipos de formas de organização da produção e do trabalho. Além do caráter econômico, imprescindível para o fortalecimento da economia solidária, é fundamental que os trabalhadores desses empreendimentos sejam protagonistas de movimentos políticos que possibilitem uma maior coesão e identidade deste segmento, bem como políticas públicas e um quadro institucional que permita o seu pleno desenvolvimento¹⁵³.

¹⁵² VIII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Palácio das Convenções, Anhembi, São Paulo/SP, 2003, p. 153. Fonte: CEDOC/CUT.

¹⁵³ VIII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Palácio das Convenções, Anhembi, São Paulo/SP, 2003, p. 16. Fonte: CEDOC/CUT.

O debate sobre economia solidária e cooperativas nessa resolução foi extenso. Dedicou maior análise que em relação à resolução dos anos 2000, no próprio contexto de instituição da ADS. Entendemos, que essa característica não é coincidência. Procurava-se “vender” ao novo governo esse novo modelo de desenvolvimento. O interesse público para esse setor pode facilitar as redes de cooperativas de crédito através de financiamentos e abrir canais para novas proposições oriundas do movimento sindical. Por isso apontava-se, tal como vemos no trecho acima, que a CUT possuía um papel fundamental na articulação com sindicatos regionais e trabalhadores, desenvolvendo “metodologias pioneiras e sofisticadas” que poderiam servir ao interesse governamental. Vislumbrando um horizonte político e econômico beneficiado pelos empreendimentos de economia solidária, realizando contraste com as proposições do governo anterior:

Um dos legados mais trágicos da era FHC é a multidão de desempregados que vivem à margem da sociedade ou na economia informal, resultado mais sinistro da chamada “modernização” neoliberal. Essa massa de excluídos que vive abaixo da linha de pobreza e fora do mercado de trabalho foi colocada, corretamente, como uma das preocupações prioritárias do governo Lula. A solução desses graves problemas passa não só por políticas solidárias, que visem melhorar as condições de vida dessa população, mas principalmente pelo alavancamento de um desenvolvimento econômico e social sustentável. A CUT tem um papel fundamental a desempenhar no combate à exclusão social, participando na elaboração e na gestão de políticas públicas voltadas para esses setores que, em geral, não possuem um grau de coesão e organização que lhes permita assumir um papel ativo como integrantes da sociedade civil. Forjar a união entre os excluídos e os não-excluídos, entre empregados e desempregados, é uma tarefa de importância fundamental para a consolidação de uma sociedade justa, solidária e democrática. A CUT deve aprofundar o debate sobre a organização desses setores, levando em conta as especificidades e as diversidades presentes em seu interior.¹⁵⁴

O trecho acima é simbólico por diversas razões. Atesta a um só tempo sua importância na histórica luta dos trabalhadores, mas também como formuladora de propostas inovadoras, que qualquer solução de políticas solidárias para resolver o problema ocasionado pela pobreza, passaria por ela. Por isso afirma que possui um papel importante ainda a *desempenhar*, participando da elaboração de propostas para políticas públicas. E tem o potencial, além disso, de *forjar a união* entre aqueles que dispersos pelo mercado de trabalho

¹⁵⁴ VIII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Palácio das Convenções, Anhembi, São Paulo/SP, 2003, p. 82. Fonte: CEDOC/CUT.

sem oportunidades de emprego e renda. *Forjar* união de trabalhadores em torno de cooperativas pode ser extremamente conveniente para o Estado. O fornecimento de crédito, ao passo que tem o potencial de trazer dignidade para os sujeitos, também possui a capacidade de apaziguar conflitos.

De qualquer modo, reafirmava a proeminência que considerava ter na organização dos trabalhadores e na formulação de novas proposições:

Reafirmamos que é papel da CUT e dos sindicatos cutistas promover a formação política e exigir do Estado a educação formal integral em todos os níveis e modalidades. O direcionamento de políticas de financiamento por parte do FAT e do BNDES deve atender o aumento das parcelas do seguro-desemprego e motivar e incentivar a geração de empregos, com todos os direitos trabalhistas assegurados. A CUT deve continuar problematizando tal situação e provocar no âmbito do Condefat um debate sobre as prioridades para o uso do FAT.

O FAT e suas linhas de financiamento devem priorizar o desenvolvimento econômico, social, sustentável e solidário, potencializando as diversas políticas públicas voltadas para o fortalecimento do mercado de trabalho, as formulações e estratégias para uma nova política industrial e de comércio exterior que revigore as políticas agrícola e agrária, bem como ações fundamentais para o fortalecimento das experiências no campo da economia solidária¹⁵⁵.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador é um fundo vinculado ao Ministério do Trabalho que destina recursos ao seguro desemprego, PIS, e Programas de Desenvolvimento Econômico. Assim, nessa resolução, apresentavam alternativas que almejavam vinculá-lo a estratégias da economia solidária. Para isso, era necessária uma associação com o Ministério do Trabalho que passaria, de maneira direta, a responder demandas dos trabalhadores organizados em cooperativas. A partir de 2003 a Secretaria Nacional de Crédito Solidário, com Singer na Coordenação Nacional, vincula-se ao Ministério do Trabalho. De acordo com o intelectual, essa aproximação ocorreu “sem maiores atritos”¹⁵⁶.

Ainda que tivesse elaborado uma resolução em que se apresentava como representante dos interesses da classe trabalhadora, e ainda, como formuladora de políticas efetivas no combate à pobreza, a Central fez questão e defender-se como entidade autônoma

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ SINGER, Paul. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia solidária. *Economia Solidária e Políticas Públicas*, Ipea, 2013.

que continuaria não aceitando pactos com governos e setores empresariais, postura desde sempre defendida em suas resoluções. Assim, debruçou-se em uma longa explicação afirmando que pressionaria o Estado no que fosse preciso e também continuaria a ser a verdadeira representante dos interesses da classe trabalhadora. Deveria, de acordo com ela, influenciar as decisões do governo, sem, contudo, alinhar-se às suas proposições. Essa defesa era mais que necessária. Durante os governos de oposição também precisou, como vimos acima, garantir que as políticas de cooperativas não fariam a instituição ceder às negociações que beneficiariam o empresariado ou isentaria o Estado de promover igualdade social e democracia. Nesse novo momento político, precisava justificar para a variedade de sindicatos que representava que suas proposições não seriam um alinhamento automático ao governo.

Autonomia e independência. Este deve ser o eixo orientador da postura da CUT frente ao governo Lula. Ou seja, apoiar as políticas e medidas que respondem aos interesses históricos dos trabalhadores e dos setores menos favorecidos da sociedade brasileira e ser dura nas críticas, reagindo com ações concretas as medidas que estejam em contradição com tais interesses. A CUT não é e não será uma extensão do governo Lula e nem de qualquer outro. Por outro lado, participou ativamente do amplo movimento social que contribuiu para a derrota político-eleitoral do neoliberalismo. Nossa relação com esse governo será de afirmação programática no âmbito do mundo do trabalho. Nós nos identificamos com vários itens da plataforma democrática e popular que sustenta as alianças históricas do PT, mas não aceitamos a pecha de *braço sindical* do governo ou do partido.

A CUT e seus sindicatos devem se inserir fortemente na disputa de rumos da sociedade, e nesse sentido incidir sobre os rumos do governo, rejeitando um alinhamento automático, como a defesa das políticas do *nosso governo*. Da mesma forma, deve rejeitar o entendimento das contradições e tensões internos do governo como sua *capitulação à lógica neoliberal*, e o posicionamento da Central no campo da oposição. Nem a postura voluntarista que desconsidera a realidade e, de forma indireta, faz o jogo da direita; nem a postura passiva, de apoio incondicional, que transformaria a Central num apêndice do governo, sem vida e sem perspectiva de classe. Para tanto é fundamental desdobrar a visão de projeto nacional em medidas concretas nas mais diversas áreas, combinando a defesa de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras com a construção de uma outra política econômica e social. Assim, a CUT deve:

- a) Incentivar as cooperativas de produção e autogestão, abrindo possibilidades para que os trabalhadores se tornem os donos de seus meios de produção, combatendo as falsas cooperativas, que existem com o objetivo de fraudar direitos.
- b) Combater a informalidade e as péssimas condições de trabalho, com fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho.¹⁵⁷

¹⁵⁷ VIII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Palácio das Convenções, Anhembi, São Paulo/SP, 2003, pp. 9-10. [grifos originais]. Fonte: CEDOC/CUT.

A discussão sobre a viabilidade, potencialidade e alternativa ao trabalhador frente ao desemprego promovido pelas cooperativas e financiamento de crédito, tal como foi proposto e formulado pela CUT, é alvo de diferentes análises. De um lado, temos os estudos que analisam o fornecimento de crédito para população pobre como o próprio combate à pobreza, se constituindo como uma alternativa ao sistema financeiro tradicional. De outro, aqueles que, embora considerem que o crédito popular possa ter esse viés social, apenas o consideram como mais uma ferramenta de desenvolvimento ou até fortalecimento do sistema financeiro¹⁵⁸.

O ponto em que se insere este último aspecto, é a capacidade do capitalismo em modificar ações sociais. Economistas que defendem o microcrédito dentro de uma perspectiva da Economia Solidária¹⁵⁹ questionam se o microcrédito se tornou um braço do desenvolvimento capitalista, ou pode ser de fato uma alternativa a esse sistema. Para nós esse debate é importante por evidenciar o potencial de alcance das reflexões sobre o crédito, os impactos provocados e também pela a expansão do crédito e a forma pelo qual é realizada. O papel deste é democratizar o acesso ao crédito, combater a pobreza e garantir a cidadania ou é apenas mais uma ferramenta do capital a serviço do sistema financeiro – mascarado pela justificativa da ampliação da cidadania? Qualquer resposta a essa questão deve levar em consideração que o microcrédito passou do esforço de cooperativas populares para uma ação de política pública não só no Brasil, mas em diversos Estados da América Latina, tais como Argentina, Uruguai, Colômbia e Bolívia.

¹⁵⁸ O debate aqui proposto pode ser encontrado nas discussões de Ellen Wood, por exemplo. No prefácio à edição brasileira da obra *Democracia contra Capitalismo*, Ellen Wood afirma que é pouco provável que a nação-Estado tenha poder para desafiar o capital, dado seu poder de penetração e transformação das práticas humanas em mercadorias no mundo globalizado. Apesar disso, a autora faz uma provocação, ao ponderar que essa situação cria um paradoxo: *O capital foi capaz de estender seu alcance econômico para muito além das fronteiras de qualquer nação-Estado, mas o capitalismo ainda está longe de prescindir da nação-Estado. O Capital precisa do Estado para manter a ordem e garantir as condições de acumulação, e, independentemente do que tenham a dizer os comentadores a respeito do declínio da nação-Estado, não há evidência de que o capital global tenha encontrado um instrumento mais eficaz.* In: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 8.

¹⁵⁹ “Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma”. In: SINGER, Paul. *Desenvolvimento Solidário: significado e estratégia*. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2004b

Francisco Barone, economista e pesquisador do desempenho do crédito solidário no Brasil, ao analisar a política de crédito popular a partir de dados fornecidos pelo Banco Central, aponta a importância do desenvolvimento solidário no contexto econômico brasileiro relatando que o impacto do microcrédito no desenvolvimento social possui resultados positivos que melhoram as condições de moradia, de saúde e também da alimentação para os usuários do crédito, e, para além disso, “contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com respectivo fortalecimento da dignidade [...] e a inclusão em patamares de consumo superiores”¹⁶⁰. De acordo com ele

a geração de trabalho e renda para as famílias usuárias [do microcrédito] vem introduzindo um papel estratégico [...], com o favorecimento de formas alternativas de ocupação e o aumento da produtividade dos pequenos empreendimentos. Também é ferramenta importante no processo de combate à pobreza, na medida em que o acesso ao crédito produtivo contribui para a melhoria da qualidade de vida do segmento pertencente à base da pirâmide econômica e social¹⁶¹

Em outro estudo, analisando o desenvolvimento do microcrédito durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Barone em parceria com Debora Zouain, reafirmam o argumento no qual o microcrédito propulsiona a cidadania, ao considerarem que o acesso ao crédito é uma forma de combate à pobreza. A existência dessa possibilidade “leva ao desenvolvimento do indivíduo e de sua unidade produtiva”¹⁶². Em suma, os autores consideram que o microcrédito é parte importante na democratização do acesso ao crédito e um meio fundamental de desenvolvimento social.

Na mesma linha de análise, João Cláudio Tupinambá Arroyo e Flávio Camargo Schuch, ao analisarem as políticas de crédito popular, ponderam que “as duas maiores escolas do pensamento econômico são o neoliberalismo [...] e a economia solidária [...] que, do ponto de vista político-econômico, expõe com muita clareza para a sociedade a disputa entre projetos societários antagônicos”¹⁶³. Os estudiosos consideram que a importância da economia solidária e do crédito popular se justifica por configurarem não somente acesso ao

¹⁶⁰ BARONE, F. M. *Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002, p. 11.

¹⁶¹ BARONE, F. M. *Introdução ao microcrédito*. Op. Cit, p.21

¹⁶² ZOUAIN, Deborah Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. *Revista de Administração Pública*, vol.41 nº2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2007, p. 372.

¹⁶³ ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 77.

crédito e instauração de novas relações de produção, mas também, o mérito e relevância do crédito popular para beneficiar aqueles que estão na base da pirâmide social. Vê-se, portanto, a preocupação com o desenvolvimento da cidadania atrelada ao desenvolvimento econômico, onde, por meio do crédito e suas raízes históricas de resposta à crise capitalista, os economistas a enxergam como possibilidade de redistribuição dos frutos do crescimento econômico em benefício dos cidadãos que estavam à margem do processo produtivo.

O crédito popular diferencia-se do crédito concedido pelos bancos privados. De acordo com o economista Francisco Barone, o ponto crucial que os diferencia e valida, portanto, sua viabilidade é a rede de solidariedade formada para dar sustentação ao sistema de garantias, já que o crédito popular é destinado à população pobre que não possui fianças tradicionais:

Outro ponto que diferencia o microcrédito do crédito tradicional são os sistemas de garantias, importantes para a cobertura de possíveis inadimplências. A prática de concessão do crédito tradicional é a exigência de garantias reais. O microcrédito adota sistemas de garantias mais próximos das condições socioeconômicas dos pequenos empreendedores, cuja ausência de bens para oferecer como garantia real é compensada pelo capital social da comunidade (relações de confiança, reciprocidade e participação). Assim, as garantias podem ser oferecidas: individualmente, com o tomador indicando um avalista/fiador; coletivamente, por meio de aval solidário, que consiste na formação de grupos, geralmente de três a cinco pessoas, em que cada um é ao mesmo tempo tomador do crédito e avalista dos demais.”¹⁶⁴

O sistema de garantias é importante pois é um dos fatores que coloca a expansão do microcrédito na contramão dos sistemas tradicionais de financiamento. Ao levar em conta fatores sociais e agregar valores morais, o chamado “aval solidário”, tanto na concessão de crédito produtivo orientado, quanto para consumo. No caso das cooperativas, vem apoiado na ideia de desenvolvimento sustentável e geração de emprego e renda¹⁶⁵.

No percurso de ampliação de crédito no Brasil e das novidades trazidas por essa perspectiva, o economista Fernando Nogueira da Costa faz um contraponto à defesa da

¹⁶⁴ BARONE, F. M. *Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002, p. 12.

¹⁶⁵ A relação entre desenvolvimento sustentável e economia solidária não foi abordada nesta dissertação. Vale aqui ressaltar que este flanco forma um dos pilares mais resistentes sobre dentre muitos dos que sustentam os argumentos da relação entre crédito, geração de trabalho e renda e solidariedade.

análise anterior. Ao examinar expansão do crédito tanto para consumo quanto para o produtivo, faz importantes ponderações para se pensar o papel desse atualmente. De acordo com ele, “Os ‘banco do povo’ não devem ser cobrados pelo que não se propõem a fazer: política de emprego [...] Representam conquista do direito de produzir e gerar renda por conta própria. Integram os excluídos à economia de mercado. Ocupam, mas não empregam. O nível de emprego formal depende do crescimento da parte capitalista da economia”¹⁶⁶. Assim, de acordo com ele, os programas de apoio aos trabalhadores informais com viés empreendedor devem se constituir como política social vindo das instâncias governamentais em formas de garantias efetivas, e não como solução momentânea. Por outro lado, o investimento em crédito a juros baixos para o mundo dos bens ou ainda, para cooperativas de consumo, é um dos meios possíveis para o desenvolvimento da cidadania.

A política de crédito defendida pela CUT ao longo de suas resoluções e atas se inserem nesse debate da alternativa do crédito como sinônimo de expansão da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O fator que se soma a esse debate, no caso da CUT, é que o crédito está condicionado às políticas de cooperativas. Inseridos na lógica da Economia Solidária esses dois teriam o caráter de financiar empreendimentos que garantissem geração de emprego e renda para aqueles que estão formalmente fora do mercado de trabalho.

Em 2006, ao defender a expansão das cooperativas e ainda clamar pela necessidade de crédito, no IX Congresso Nacional a CUT voltava a afirmar a importância dessa alternativa:

Nossa proposta combina a legitimidade dos mais de três mil sindicatos filiados à CUT, estruturados nos diversos Ramos Estaduais e Nacionais, com a necessidade de, em conjunto, viabilizar a organização das famílias dos trabalhadores, das comunidades e dos diversos segmentos econômicos. Por exemplo: pela legislação atual do Banco Central, cada sindicato precisa fazer sua cooperativa. Como cada Ramo da CUT tem, em média, mais de cem sindicatos filiados, em vez de se constituir milhares de cooperativas, cada Ramo constitui apenas uma cooperativa nacional, criando-se postos de atendimento aos cooperados – PAC’s, nos municípios e regiões¹⁶⁷. Finalmente, quando todo mundo reclama das taxas de juros realizadas pelos bancos e pelo governo, nossa rede nacional de cooperativas de crédito e economia solidária pretende contribuir efetivamente para mostrar que é possível oferecer juros mais baixos para os trabalhadores que querem investir nas suas famílias e comunidades, valorizando a economia solidária

¹⁶⁶ COSTA, Fernando Nogueira. Microcrédito no Brasil. Texto para discussão, IE/Unicamp, nº 175, abril de 2010, p. 03.

¹⁶⁷ Resolução do IX Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 2006. Fonte: CEDOC/CUT.

e o bem-estar social. Afinal, se um outro mundo é possível, vamos construí-lo!¹⁶⁸

Apelava agora não só aos benefícios de garantia de emprego, mas ao seu potencial de mobilização. Novamente parecia mais se configurar como uma proposta direcionada ao Estado e à opinião pública, do que uma plataforma de pressão afirmada nas resoluções anteriores, tal como na de 2000.

¹⁶⁸ Idem.

Considerações Finais

Marcelo Badaró considera que “a arraigada tradição de vinculação dos sindicatos ao Estado, marcada pela unicidade, monopólio da representação e poder de tributação dos sindicatos, características de matriz corporativista, desempenham, com certeza, um papel explicativo importante na análise dos rumos do sindicalismo brasileiro. Porém, nossa trajetória sindical foi marcada também por momentos significativos de luta dos trabalhadores contra a exploração econômica e exclusão política”¹⁶⁹. Coadunamos com essa ideia. Consultando as atas desde os momentos fundacionais podemos perceber o esforço que é atuar contra a corrente. Se de um lado havia as negociações e conveniências políticas, de outro, havia a estrutura. Para cada passo que o movimento dos trabalhadores dá, é necessário muita reflexão e estratégia. É preciso analisar possibilidades minuciosamente até decidir qual o próximo passo a ser dado. Badaró considera ainda “que a identidade de classe dos trabalhadores é um processo forjado em meio a um constante recurso às memórias, de subordinação e de lutas”¹⁷⁰. Por isso é que consideramos que a reflexão histórica sobre um processo dessa luta, a reivindicação por crédito e cooperativas pode também ser encarado como um ato de resistência e luta por ampliação da cidadania. Os sujeitos estão inseridos em condicionantes da estrutura social. Mas, ainda assim, não podemos ter um olhar de passividade que o tempo todo os considera vítimas de um processo ardiloso do capitalismo. Os homens possuem sua capacidade de se reinventar e resistir. Uma coisa é a capacidade dos trabalhadores ressurgirem e criarem condições de subsistência num quadro de miséria e desemprego. Outra, é a capacidade do capitalismo, largamente debatida por historiadores e economistas, de engolir essas articulações. Assim, apesar de considerarmos que as cooperativas acabam por servir como um braço ao desenvolvimento do capitalismo e também servir como uma espécie de “tapa buracos” por parte do Estado que não resolve de fato o problema dos trabalhadores, também consideramos que elas são fruto da criatividade

¹⁶⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 72.

¹⁷⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 72.

e capacidade dos próprios trabalhadores em construir sua história cotidianamente. Uma verdade não invalida a outra.

Nesta dissertação procuramos estudar o papel do crédito e das cooperativas no processo de estruturação da Central Única dos Trabalhadores durante o período de 1983 a 2006. Nosso intuito foi analisar como esse debate foi permeando a agenda sindical neste período. Essa demanda aparece, quando, em meados da década de 1990, uma nova realidade de informalidade nas relações de trabalho e procura por novas ocupações se coloca na ordem do dia. Em pouco tempo, esta nova reivindicação por cooperativas passou a compor as análises e pautas da Central e também de partidos políticos, endossado pelos economistas e setores da militância sindical.

A pesquisa identificou que, de 1983 até metade da década de 1990, a agenda sindical centrava-se em estratégias defensivas e reivindicativas tendo a greve e as paralisações o cerne da luta política. Passa-se a elaborar e pressionar por políticas de crédito e cooperativas quando se vê nessas a alternativa ideal frente ao desemprego e crescimento da informalidade no mundo do trabalho. Nesse momento, com o esgotamento da estratégia grevista, a CUT passa a formular políticas propositivas.

Consideramos que há duas ordens de problema que guiam nossas considerações finais. Uma diz respeito à própria mudança de orientação política da CUT em direção a agenda sindical propositiva. A segunda, diz respeito à economia solidária e a proposta de cooperativas feitas pela Central a partir de 1999 como um fator que amplia a cidadania.

O que se observa, a princípio, é uma iniciativa por cooperativas e crédito que visa de fato aplacar as mazelas do capitalismo sob uma perspectiva cidadã. Mas ao mesmo tempo, buscava também a própria garantia de existência da Central Única dos Trabalhadores. Era pautada a todo momento a necessidade de formação dos cooperados, de maneira que esses ficassem vinculados à Central. Assim, buscar por alternativas de crédito para esse público, pode se configurar não só como uma preocupação com relação a pobreza (não temos nenhuma dúvida de que efetivamente seja) mas, pode também, ser fruto de uma avaliação sindical que indicava para a falência da CUT se não buscasse alternativas frente ao contexto.

No primeiro capítulo foi possível observar que a CUT mantinha uma postura rígida. Sua postura, pautada na tática da greve como pressão, se manteve coerente ao longo da década. E, mesmo diante da recessão econômica, a Central optava por dias de paralisações e protestos. Junto a esse posicionamento, havia a recusa forte em sentar para realizar negociações com setores empresariais e governamentais.

Socialista, democrática e classista foram as concepções que forjaram a pedra angular da CUT. Tecidas pelas greves que se seguiram ao longo da década de 1980 e início de 1990, foi difícil adotar uma nova agenda sindical à CUT. Através dos debates parecia que romper com essa estratégia e formular uma nova ação para defesa dos trabalhadores seria ou ceder ao modelo corporativista tutela estatal, ou soar entreguista aos olhos da militância e da sociedade civil. Aos nossos olhos, em contato com as fontes, a Central parecia perder forças diante dessa contradição. Foi um longo processo de análise e esgotamento de estratégia que impuseram a urgência de uma nova postura diante do cenário brasileiro de recessão econômica, desemprego e novas relações de trabalho na década de 1990. Uma perspectiva foi substituída por outra.

Vivia-se um quadro de crescente informalidade. Sem as garantias formais do mundo do trabalho, o cenário se alterava. De defensora ferrenha de uma postura defensiva e reivindicativa, passa-se para um discurso de sindicalismo preocupado com a questão do desenvolvimento da cidadania.

Ao longo do tempo, principalmente com a mudança de orientação política no governo com a posse do Partido dos Trabalhadores em 2003, passa-se a “vender” um projeto de sociedade já esboçado pela Central desde 1999. O cooperativismo e o crédito passam a corresponder uma nova agenda política, econômica e social que inclui o sujeito no mercado para o consumo interno se mostrar equilibrado. Aplaca-se, assim, o desemprego, amplia-se o setor de serviços e produção e se cria um clima de “tranquilidade” social sem fazer confrontos com governo e empresariado. Enquanto em diferentes países do mundo a pauta se concentra na garantia dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, no Brasil em nome de uma valiosa (e justa) agenda política, protela-se o debate sobre os mundos do trabalho. O preço a ser pago será a Lei 13467/17.

O próprio Paul Singer já considerava em suas análises que se a Economia Solidária fosse mera resposta às crises do sistema capitalista, estaria fadada a desacelerar e que não passaria de uma “forma complementar” da economia capitalista. Nossa percepção, é que apesar de sua proposta revolucionária, o que se realiza de fato é esse quadro.

Como defesa das cooperativas como garantias de trabalho, passou a fazer parte do projeto da CUT, publicado em suas resoluções, pedir regulação do setor por meio do Estado não só de uma melhor conceituação do que significava a própria economia solidária como também regulamentação de uma legislação específica para essas demandas. No meio do caminho surgiram as cooperativas oportunistas. Também surgiram os “gatos”. Ao estado

ficou definido o papel de controlar esses distúrbios. No entanto, como se trata de definições que dependem de um arcabouço teórico moralizador, a fiscalização se tornou fluida.

Paul Singer, que coordenou a Secretaria Nacional de Economia Solidária, afirmou dez anos depois de sua implantação que “o objetivo da Senaes era precisamente ajudar os trabalhadores sem trabalho a se organizar em cooperativas, obviamente autênticas. Não demorou para se descobrir que muitas cooperativas de trabalho autênticas estavam sendo fechadas pelos fiscais do MTE, na suposição de que eram falsas”¹⁷¹. Dessa maneira, temos que por mais que as cooperativas sejam propostas embasadas em premissas de desenvolvimento humano, acaba, mesmo que sob os princípios da Economia Solidária, desempenhando um papel útil para o desenvolvimento do capitalismo.

No entanto, apesar de considerarmos que as cooperativas contribuam para um quadro de precarização do trabalho, ela não significa só isso. Adotar somente esse discurso é desconsiderar o lado propositivo feito pelos próprios trabalhadores diante de suas condições objetivas. A discussão sobre a expansão de cooperativas e serviços de crédito engloba os sujeitos, suas práticas e as diferentes experiências sociais. A reivindicação por cooperativas e financiamento de crédito feita pela Central Única dos Trabalhadores deve ser analisada também dentro dessa perspectiva. No início deste trabalho, defendemos, assim como o historiador Frank Trentmann que não podemos ficar presos ao debate economicista de classes ou enviesados por uma visão somente econômica dos fatos. Mas também não podemos deixar de considerar o peso do acesso aos serviços e políticas públicas na sociedade contemporânea como um sinônimo de avanço da cidadania na sociedade contemporânea. Como historiadores, devemos ter uma visão que perceba as contradições que envolvem a dinâmica da proliferação das cooperativas no atual desenvolvimento econômico. A contradição presente, em nosso ponto de vista, é o entendimento dela como promotor de cidadania.

Do fruto das análises que realizamos nessa dissertação, através do percurso das fontes e bibliografia, temos que os embates, consensos e discursos formulados no processo de amadurecimento da agenda sindical sobre economia solidária e cooperativas produziram um conjunto de práticas que apontou para a expansão do crédito como promotor da cidadania. Mesmo afirmando que a expansão das cooperativas possibilitadas pelo crédito, tem a

¹⁷¹ SINGER, Paul. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia solidária. *Economia Solidária e Políticas Públicas*, Ipea, 2013.

capacidade de significar tanto cidadania, quanto interesses que servem ao setor empresarial e patronal que se vê livre de vínculos empregatícios; acreditamos que, em última instância há o caráter cidadão.

Dessa maneira, entendemos que a constituição das cooperativas e da busca por crédito deve ser entendida não só como uma ação que vem de cima para baixo, mas também um esforço resultado de alternativas que são colocadas frente ao desafio da classe trabalhadora. O contexto de desemprego, falta de habitação, condições de saneamento e dignidade mínima se coloca aos sujeitos e, esses, na medida de seu poder de inserção e enfrentamento, buscam e bolam alternativas cabíveis tanto em seu poder de ação – dada a falta de estrutura, ativismo, etc -, quanto à realidade já imposta.

E se no meio do caminho havia desvios, ao historiador cabe considerá-los como contradições que informam sobre uma realidade sonhada, uma realidade vivida e uma realidade em construção.

Lista de Fontes:

Agências de Desenvolvimento no Brasil: Levantamento das organizações que operam políticas de financiamento e apoio a cooperativas e microempresas. ADS/CUT, junho de 1999. Fonte: CEDOC/CUT

Análise de Conjuntura. Central Única dos Trabalhadores. Anexo a reunião da Executiva Nacional, outubro de 1998. Fonte: CEDOC/CUT.

Ata da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), 1994. CEDOC/CUT

Ata da Reunião Executiva da Nacional da CUT, 1988. CEDOC/CUT

Ata da Reunião Executiva Nacional da CUT, 1993. Fonte: CEDOC/CUT

Ata da Reunião Executiva Nacional da CUT, 1993. Fonte: CEDOC/CUT.

Ata de Resolução da Reunião da Direção Executiva Nacional, 1986. CEDOC/CUT.

Ata de reunião da Direção Executiva Nacional. 1985. CEDOC/CUT.

Ata de Reunião da Direção Executiva Nacional. Fonte: CEDOC/CUT

Ata de Reunião da Direção Executiva Nacional. Planejamento anexado junto à ata da reunião de março de 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*. 1999. Fonte: CEDOC/CUT.

Desenvolvimento Solidário: bases para uma Ação Estratégica no Campo da Economia Solidária. ADS/CUT, 1999.

Estatuto do Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos da CUT. Fonte: CEDOC/CUT.

IV Congresso Nacional da CUT – CONCUT. 4 a 8 de setembro de 1991, Palácio das Convenções do Anhembi - São Paulo – SP.

IX Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 17 a 20 de agosto de 1999. Memorial da América Latina, São Paulo. Fonte: CEDOC/CUT

Ofícios do DESEP, São Paulo, 19 de maio de 1989. Fonte: CEDOC/CUT

Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ramos>

Planejamento da Direção Executiva Nacional da CUT para os anos 2000, por secretaria. Caixa 0009. 1998 – 2000. Fonte: CEDOC/CUT.

Plano de Trabalho - DESEP, 1991. Fonte: CEDOC/CUT.

Projeto Centro de Atendimento Integrado ao Trabalhador: rumo ao trabalho e a cidadania. Central Única dos Trabalhadores; Fundo de Amparo ao Trabalhador, Ministério do Trabalho. Fonte: CEDOC/CUT.

Projeto de Desenvolvimento Solidário. Proposta de Seminários Regionais. Fonte: CEDOC/CUT.

Relatório de Atividades 2000. Agência de Desenvolvimento Solidário. 113920. Fonte: CEDOC/CUT.

Relatórios DESEP, 30 de abril de 1991. Ofícios. Fonte: CEDOC/CUT.

Resolução do IX Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 2006. Fonte: CEDOC/CUT.

Resoluções da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. 21, 22 e 23 de agosto de 1981, Praia Grande (SP) – Colônia de Férias dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis. Fonte: CEDOC/CUT.

Resoluções da IV Plenária da Central Única dos Trabalhadores. Fonte: CEDOC/CUT.

Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT, 13 a 17 de agosto em São Paulo. Fonte: CEDOC/CUT.

Resoluções do VII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 15 a 19 de agosto de 2000. Centro de Convenções, Serra Negra/SP. Fonte: CEDOC/CUT.

Resoluções do VIII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 3 a 7 de junho de 2003, Palácio das Convenções, Anhembi, São Paulo. Fonte: CEDOC/CUT.

Reunião da Direção Nacional Colegiada da Central Única dos Trabalhadores - CUT 29 de agosto de 1983. Primeira reunião. São Bernardo Campo/SP. Fonte: CEDOC/CUT.

Reunião da Direção Nacional Colegiada da Central Única dos Trabalhadores – CUT, 10 de setembro de 1983. Segunda reunião. Santo André/SP. Fonte: CEDOC/CUT.

Reunião da Direção Nacional Colegiada da Central Única dos Trabalhadores – CUT, 12 e 13 de novembro de 1983. Terceira reunião. Fonte: CEDOC/CUT.

Texto subsidiário para reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. 19 de maio de 1997. ADM.DIPO. CT/04. Acervo CSBH/FPA

VIII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Palácio das Convenções, Anhembi, São Paulo/SP, 2003. Fonte: CEDOC/CUT

Bibliografia

ABREU, Marcelo; WERNECK, Rogério. The Brazilian economy from Cardoso to Lula. A interim View. *Texto para discussão PUC-RJ*. No. 504, 2005.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARONE, F. M. *Introdução ao microcrédito*. Brasília: CCS, 2002.

BARONE, F. M; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *Revista de Administração Pública*, vol. 42(6). Rio de Janeiro 1249-67, nov./dez. 2008.42(6)

BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editor Xamã, 1999.

CALDER, Lendol G. *Financing the American Dream: a cultural history*. New Jersey: Princeton University, 2006.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COHEN, Lizabeth. *A Consumers' Republic: The politics of mass consumption in Postwar America*. New York: Knopf, 2003.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.

GLICKMAN, Lawrence. Consumer activism, consumer regimes, and the consumer movement: rethinking the history of consumer politics in the United States. In: TRENTMANN, Frank (Ed.). *The Oxford handbook of the history of consumption*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HARTOG, François. *O Século XIX e a História: o caso de Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003. P. 63.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LOGEMANN, Jan. Different paths to mass consumption: consumer credit in the United States and West Germany during the 1950s and '60s. *Journal of Social History*, vol. 41, n. 3. (Spring, 2008), pp. 525-559.

MAAR, Wolfgang Leo. Habermas, esfera pública e publicidade. In: BACEGA, Maria Aparecida (Org). *Comunicação e Culturas do Consumo*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

McGOVERN, Charles. Consumption and Citizenship in the United States, 1900-1940. In: McGOVERN, Charles; et al. *Getting and Spending: European and American Consumer Societies in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.

MOTTA, Márcia Maria Menedes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PADRÓS, Enrique. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RODRIGUES, Iram Jacome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT (1983-1993)*. São Paulo: LTR 75 Editora, 2011.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Solidário: significado e estratégia*. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2004b

SINGER, Paul. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia solidária. *Economia Solidária e Políticas Públicas*, Ipea, 2013

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

THOMPSON, James. *British Political Culture and Idea of Public Opinion, 1867-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TRENTMANN, Frank (Ed.). *The Oxford handbook of the history of consumption*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

TRENTMANN, Frank. Beyond consumerism: new historical perspectives on consumption. *Journal of Contemporary History*, 39 (3), pp. 373-401.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

ZOUAIN, Deborah Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. *Revista de Administração Pública*, vol.41 no. 2. Rio de Janeiro Mar./Abr. 2007.